



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Instituto de Medicina Social

Viviane Mattar

**Moralidades em torno do Programa Bolsa Família,
gênero e alimentação: um estudo de caso a partir de
uma favela no Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2019

Viviane Mattar

**Moralidades em torno do Programa Bolsa Família, gênero e
alimentação: um estudo de caso a partir de uma favela no Rio
de Janeiro**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós- Graduação em Saúde Coletiva, do Instituto de Medicina Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Rogerio Lopes Azize

Coorientador: Prof. Dr. Rodrigo de Araujo Monteiro

Rio de Janeiro

2019

Viviane Mattar

**Moralidades em torno do Bolsa Família, gênero e
alimentação: um estudo de caso a partir de uma
favela no Rio de Janeiro.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, do Instituto de Medicina Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Aprovada em 21 de fevereiro de 2019.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Ana Carolina Feldenheimer da Silva
Departamento de Nutrição Social – UERJ

Prof.^a Dra. Carolina Parreiras Silva
Departamento de Antropologia - USP

Prof. Dr. Martinho Braga Batista e Silva
Instituto de Medicina Social – UERJ

Rio de Janeiro

2019

Dedicatória

Esta dissertação é dedicada à Luiza, Alice e Júlia

Agradecimentos

Essa dissertação é resultado de um trabalho coletivo, onde tive o privilégio de contar com o apoio de algumas pessoas para a sua realização. Eu gostaria de nomear algumas delas.

Ao meu orientador Rogerio Azize, pela orientação dedicada e precisa, pelo apoio, confiança e por ter acreditado no meu tema de pesquisa.

Ao meu coorientador Rodrigo Monteiro, por todo o incentivo, sensibilidade e competência.

Ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social, pela oportunidade e, aos meus professores, que tanto contribuíram para minha formação acadêmica: André Rios, Claudia Mora, Horácio Sívori, Jane Russo, Laura Lowenkron, Martinho Silva, Rogerio Azize e Sérgio Carrara.

Ao Centro Latino Americano de Sexualidade (CLAM), pela acolhida, interlocução e apoio em todos os eventos organizados. Em especial à Vanessa Leite pelo incentivo, carinho e cuidado.

À professora Paula Lacerda, pela oportunidade de desenvolver estágio docente em uma de suas disciplinas.

Às funcionárias do IMS, por todo o apoio institucional, sempre dado com muito carinho e respeito.

À CAPES, pelo financiamento, sem o qual esse trabalho não teria se realizado.

Agradeço aos professores Martinho Silva, Ana Carolina Feldenheimer e Carolina Parreiras por terem aceitado compor a minha banca e pela leitura cuidadosa dessa dissertação. Igualmente agradeço às professoras Juliana Farias, Paula Lacerda e Vanessa Leite, que gentilmente aceitaram compor a suplência da banca.

À Carol Parreiras, minha sempre professora, principal incentivadora acadêmica, desde o EGES, e que enxergou os caminhos possíveis para que eu conseguisse traduzir meu amor e minha militância em um trabalho acadêmico. Além disso, se tornou minha companheira de campo, minha amiga de vida e um lugar de acolhida em momentos de inquietações no mestrado e na favela.

Agradeço a todos os moradores da Favela do Tripé, em especial às mulheres, que abriram as portas de suas casas e de suas vidas e me ajudaram a tornar possível essa trajetória. À Bruna, por ser a primeira mulher que me deu a mão, me emprestou o Tripé enquanto lar e tornou possível todo meu trabalho no local. Cada conversa, com cada uma delas, fez parte de um aprendizado e da construção de uma amizade. Foi um privilégio poder conviver durante todo esse tempo com todas, não apenas no âmbito profissional, mas principalmente no pessoal.

Agradeço às crianças que me receberam todos os dias com um abraço e um sorriso no rosto. Vocês foram meu sopro de felicidade e esperança em momentos difíceis. Em especial, meu pequeno Arthur e João que me deram tanto carinho e garantiram minha diversão diária.

Ao Bruno e ao Gustavo, meus meninos que, em diferentes momentos da minha história na favela, se tornaram minha força, minha vontade de continuar e de lutar por igualdade e justiça.

À Luíza, Alice e Júlia, é necessário fazer um agradecimento especial, pois, além de confiarem em mim enquanto pesquisadora, elas acreditaram que eu poderia fazer parte da vida delas e me chamaram de família. O amor e a generosidade, que recebi e aprendi com elas, é difícil conseguir colocar em palavras e foi o que me trouxe até aqui. Cada dia foi um suspiro, uma esperança e um obstáculo que pude, de mãos dadas com elas, ultrapassar para que hoje esse trabalho fosse possível. Meu amor e gratidão eternos a vocês.

Agradeço aos meus amigos por terem entendido os momentos de reclusão, por me darem força nos momentos difíceis e por sempre estarem presentes e dispostos a me ouvir, em especial: Bruna Brito, Marisa Parreira, Aloysio Ribeiro, Beta Profice, Mônica Machado, Julia Concha, Alessandra Sili, Bruna Matos, Ingrid Edwards, Bianca Castro e Julia Junqueira.

Aos meus queridos afilhados Aloysio Ribeiro, Eduardo de Laurentis e Júlia que me dão tanto amor e equilíbrio.

À minha turma de mestrado, em especial minha dupla Renata Carvalhaes, sempre tão carinhosa e atenciosa e Alessandra Brigo, minha amiga e incentivadora que

dividi a representação estudantil, minhas aflições, as lutas acadêmicas, os congressos e as mesas de bar.

Agradeço à minha família por ter sido sempre meu porto seguro, meus maiores incentivadores e meu maior motivo de orgulho. À minha avó Léa, meu avô Eugênio e minha tia Maria, que sempre foram exemplo de generosidade e amor ao próximo e conseguiram transmitir e ensinar isso para todos da família. Minhas irmãs de vida Ana, Bia, Heloisa e Olivia, que sempre tinham uma palavra de carinho e de incentivo. Meus tios Antônio, Zezé, Maninho, Leila, Jorge e Ana Claudia, que ajudaram a me criar com todo o amor do mundo e sempre torceram por mim.

Em especial, agradeço à minha mãe Eliane Mattar. Sem ela, nada teria sido possível. Ela sempre exerceu com maestria o papel de mãe, trilhando comigo todos os caminhos possíveis, sem nunca me deixar desistir e me mostrando sempre que o amor é a solução e a resposta para qualquer dificuldade. Além disso, é uma educadora excepcional, que sempre me serviu de exemplo e de inspiração.

À proteção e ao amor dos que me acompanham e abençoam minha caminhada no plano espiritual.

Ao Prego, pelas risadas e companhia nos momentos de escrita.

E, por fim, à Lu Felipe, por todo amor, dedicação, coragem, incentivo e paciência quando precisei de colo e atenção. Tudo isso foi fundamental para a conclusão dessa dissertação. Além disso, serei sempre grata à sua compreensão, generosidade e sensibilidade de entender minha paixão e dedicação à Favela do Tripé e aos seus moradores, que se tornaram nossa família. Espero poder sempre retribuir todo o seu apoio.

Os que comem bem, dormem bem e têm boas casas possivelmente pensam que o governo gasta demais em políticas sociais.

Pepe Mujica

Resumo

Nesta dissertação, o objetivo central é compreender as relações, as moralidades e os arranjos de gênero que aparecem através de hábitos alimentares, fofocas, disputas, julgamentos e conflitos, gerados por meio de uma política pública – o Programa Bolsa Família. Além disso, propõe pensar em como esta política pública se relaciona com o corpo dos indivíduos, tendo como contexto de campo uma favela do Rio de Janeiro, que será chamada aqui Favela do Tripé. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa e tem como inspiração as técnicas etnográficas. Considera-se este importante programa de transferência de renda em um momento de sucessivos ataques aos direitos sociais e cortes no programa, o que torna indispensável pensar nas consequências disto à população de baixa renda, não apenas relacionado à alimentação, mas também nos estigmas designados a estas pessoas e às moralidades. A partir da fala de beneficiárias do programa, a dissertação traz uma reflexão sobre maternidade, convenções de gênero e cuidado, mostrando como o PBF assume um caráter ambíguo, em meio às relações cotidianas, servindo como meio de emancipação e empoderamento feminino, por um lado e, por outro, reiterando normatividades de gênero que demarcam papéis de homens e mulheres.

Palavras-chave: Bolsa Família. Favela. Alimentação. Cuidado. Gênero. Moralidade

Abstract

The main goal of this dissertation is to understand the relationships, moralities and gender arrangements that appear through eating habits, gossip, disputes, judgments and conflicts, generated through a Brazilian public policy - the Bolsa Família Program (PBF). In addition, it proposes to think about the ways in which this public policy relates to the body of the individuals. The fieldwork was done in a favela of Rio de Janeiro called Favela do Tripé. The methodology of this research is qualitative in nature and is inspired by ethnographic techniques.

This important program of income transfer is considered at a time of successive attacks on social rights and cuts in the program, which makes it necessary to think about the consequences of this to the low-income population, not only related to food, but also in the stigmas and moralities that these persons are subjected to. The dissertation is based on the program beneficiaries' speech. It brings a reflection on maternity, gender conventions and care showing how the PBF assumes an ambiguous character in everyday life of this people: Bolsa Família Program serves as a means of emancipation and female empowerment, on the one hand and, on the other hand, it reiterates gender norms that demarcate the roles of men and women.

Keywords: Bolsa Família. Slums. Food. Gender. Care. Moralities.

Sumário

Dedicatória.....	4
Agradecimentos.....	5
Resumo.....	9
Abstract.....	10
Introdução.....	12
Capítulo 1 - A Favela do Tripé: percursos metodológicos e afetivos.....	23
1.1- Um caminho até a Favela do Tripé.....	24
1.2 O “talvez” Conjunto.....	27
1.3- Favela do Tripé.....	30
Capítulo 2 - Compreendendo gênero, alimentação e cuidado através do Programa Bolsa Família.....	52
2.1- “Depois do Bolsa Família virei gente”: alimentação e convenções de gênero.....	57
2.3- “Só sei que é assim”: fluxos de desinformação sobre o benefício.....	72
2.4. Uma outra face do cuidado: os documentos.....	79
Capítulo 3 - Bolsa Família entre moralidades.....	82
3.1 - “Tem gente que não merece ser mãe”: moralidades, maternidade e Bolsa Família...94	
3.2. “Falar que sou uma mãe ruim, não sou eu que fico sentada o dia todo, com aquela barriga de fora sem fazer nada”: Um corpo moral.....	103
Considerações finais.....	111
Referências Bibliográficas.....	116
ANEXO A.....	120
ANEXO B.....	122
ANEXO C.....	124

Introdução

Vivi, não tenho conseguido fazer a dieta pra ele. Sei que ele não emagreceu tudo que devia, mas as coisas estão difíceis lá em casa. Meu marido trabalha, você sabe, mas nem tudo vem pra minha casa. Na verdade, eu nem sei o que ele faz com o dinheiro não, estou tão confusa...não sei o que te dizer, estou embaralhando as coisas na minha cabeça. Mas sabe o que é? Eu compro as coisas da comida deles com o dinheiro do Bolsa Família. Recebo pelos dois, a menina ainda não consegui colocar. Aí o pão francês é 6 por 1 real, a mortadela, 2 reais, a coxinha com o refrigerante é 3 reais, a salsicha 4. Sei que ele deveria se alimentar melhor, mas eu não estou conseguindo comprar tudo que eu devia, porque não tenho dinheiro pra comprar uma coisa pra um e outra pro outro. Mês passado você viu, todos emagreceram, até eu emagreci. Fiz feira, cozinhei pra eles, ele começou a comer legumes, verduras, a alimentação da família toda mudou sabe? Mas esse mês...as coisas estão ficando muito caras, mas eu mesmo que estou triste.

Queria te falar uma coisa...minha filha está sendo abusada, como vou te falar isso? Mas é. Para, Carlos, deixa eu contar pra ela, vou contar pra ela. Não sei como vou sair disso porque tenho medo. Não quero ver meus filhos passando fome, sabe? Mas não consigo, não tenho tido vontade de ir à xepa da feira, não consigo mais cozinhar, lavar, passar. Nem me arrumando eu estou mais...os vizinhos comentam, você acha que não? Eu sei que preciso resolver isso, não posso deixar de cuidar dos meus filhos. Sei que ele está sem saúde, você me disse nos exames aí, mas está difícil.... sou só eu por eles e eles por mim. (Vera)

Este relato de uma interlocutora representa o momento em que surgiram as primeiras questões que, tempos depois, se traduziriam no projeto de mestrado e nessa dissertação. Escolhi iniciar o texto com ele, porque acredito ser importante demarcar minhas primeiras inquietações quando da chegada à favela e ao que posteriormente se tornaria meu projeto de mestrado. Mais significativo do que isso, este foi o momento em que, durante um atendimento nutricional, algo chamou minha atenção para a necessidade de iniciar uma investigação, de que havia algo em jogo e que passava pelo Programa Bolsa Família.

Do modo como vejo, esta história traz os principais temas trabalhados na dissertação. O primeiro deles, e talvez o mais óbvio, diz respeito à alimentação e à sua relação com o Programa Bolsa Família (PBF). Nesse caso, fica clara a associação que a mãe faz entre o recebimento do benefício e a possibilidade de aquisição de alimentos, ainda que de baixa qualidade nutricional. Em meio a uma vida familiar de precariedade e de um pai/homem ausente, é o dinheiro do PBF o responsável por garantir subsistência.

O segundo tema, também notável na fala de Vera, diz respeito à responsabilidade materna em cuidar de seus filhos. Um tema recorrente nesta dissertação é a ideia de convenções de gênero. Como ficará claro ao longo do texto, existe um campo reconhecido de estudos que abordam a relação entre PBF e gênero. Isto não surpreende, já que a diretriz básica do Programa concede às mulheres a responsabilidade pelo recebimento do benefício. Desse modo, a pesquisa buscou compreender de que modo convenções de gênero são contextualmente mobilizadas a partir do recebimento do Bolsa Família, entre moradoras de uma favela do Rio de Janeiro. O marcador gênero aparece em muitos momentos, seja pela subversão ou pela reiteração das categorias de gênero.

No caso do depoimento trazido aqui, fica nítida a demarcação de uma fronteira entre as tarefas de homens e mulheres neste contexto. Trata-se de um homem que trabalha, que frequenta o espaço público e ganha dinheiro (ainda que a companheira não saiba para onde vai esse dinheiro e que ele não seja usado com o cuidado com os filhos). Em oposição, há a mulher, beneficiária do PBF, que fica em casa e é a responsável pelo cuidado com o lar e com os filhos – e isso inclui alimentação e proteção.

O terceiro tema gira em torno das questões morais presentes nas relações sociais daqueles indivíduos. Nesse caso, podemos observar quatro pontos onde o sujeito se torna alvo de julgamento moral: (a) a culpa por não conseguir comprar o que é saudável para o seu filho; (b) o medo de ser julgada por mim, já que sua filha está sendo abusada - um exemplo disso é que seu filho a interrompe, pedindo que ela não me conte; (c) a preocupação com as fofocas que os vizinhos fazem em relação a ela não estar cuidando bem das crianças; (d) o receio em ser responsável por uma possível doença de seu filho, já que ele se encontra acima do peso e com exames alterados.

Todas essas moralidades descritas acima apareceram em diferentes narrativas ao longo da pesquisa de campo. Minha hipótese é que as moralidades são responsáveis por organizar a vida social de grande parte das famílias e das mulheres que aparecerão nas páginas seguintes. Trabalho com o conceito de moralidade a partir de uma perspectiva crítica, tal como proposta por Fassin (2012), para quem as questões morais estão embutidas na própria base do social, sendo que elas não podem ser pensadas em separado de problemas econômicos, políticos, religiosos e sociais. O que proponho é entender como essas moralidades circulam e criam normalidades¹ (FOUCAULT, 2005) e normatividades² (CANGUILHEM, 2009).

Dessa forma, essa dissertação apresenta como objetivo geral compreender as relações, as moralidades e os arranjos de gênero que aparecem através de hábitos alimentares, fofocas, disputas, julgamentos e conflitos, gerados por meio de uma política pública – o Programa Bolsa Família -, que vem sendo alvo de cortes e encolhimentos. Além disso, propõe pensar em como esta política pública se relaciona com o corpo dos indivíduos tendo como campo uma favela do Rio de Janeiro, chamada aqui de Favela do Tripé. Sinteticamente, a Favela do Tripé é uma comunidade que faz parte do Conjunto, um grupo de seis favelas localizadas entre as zonas Norte e Oeste do Rio de Janeiro. Realizei a mudança do nome destes locais para garantir proteção a mim e aos meus interlocutores, já que se trata de favelas com presença do tráfico de drogas e de confrontos com a polícia. Desse modo, criei um nome fictício para os locais e segui a mesma estratégia com os nomes das pessoas que me concederam entrevistas ou falaram comigo em alguma ocasião.

¹ No livro *Em defesa da sociedade*, Foucault mostra diferentes mecanismos do que chama de normalização, isto é, das operações da norma em diferentes campos da vida social. Um exemplo disso são as disciplinas como a medicina, ou a psiquiatria que operam por meio de códigos que refletem este processo de normalização. Ainda em Foucault, podemos encontrar a ideia de “sociedade de normalização” (Foucault, 2005, p.46), isto é, uma sociedade em que as normalizações disciplinares passam a “colonizar” os procedimentos da vida social. As ideias de norma e normalização também aparecem na definição do que ele denomina de poder disciplinar, que operaria a partir de quatro operações: seleção, normalização, hierarquização e centralização.

² Um conceito central para Canguilhem é o de normativo. De acordo com o autor, para a filosofia, normativo significa a qualificação de um fato em relação a uma norma. Em outras palavras, *normativo é o que institui as normas*. (Canguilhem, 2009, p.48). Podemos distinguir dois tipos de normas: norma social ou norma vital. A normatividade social, é ligada à história do local, à cultura e por isso aumenta a fluidez do indivíduo. Já a normatividade vital é inconsciente, ocorre em decorrência da vida.

Quando iniciei meu trabalho no Conjunto, não era frequente ouvir reclamações sobre a suspensão do benefício. Entretanto, durante a minha pesquisa de campo, notei novos conflitos emergindo a partir da perda³ do PBF, pois os moradores se queixavam de que estava sendo tirado deles, o que, para muitos, representa a única fonte de renda.

É importante salientar que, pensando nos temas acima citados e no objetivo da pesquisa, é possível encontrar o PBF entrelaçado em todas as questões presentes na fala dessa mãe e de outras que aparecerão no decorrer de minha escrita. Por isso, ainda que breve, se faz necessária uma apresentação do programa, já que ele se afigura como o fio condutor para todas as discussões dessa dissertação.

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em outubro de 2003, unificando os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. Baseia-se na transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Além disso, desloca para a população de baixa renda investimentos em direitos sociais básicos como saúde, alimentação, educação e assistência social. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social, o PBF surgiu com o desafio de “combater a fome e a miséria e promover a emancipação das famílias em situação de maior pobreza no país⁴.” O PBF contém três eixos: complemento de renda⁵, acesso a direitos⁶ e articulação com outras ações⁷.

Desde o início do Programa, foram criadas as condicionalidades, que são regras que visam o controle e a eficácia das ações e que precisam ser cumpridas pelos seus beneficiários. As exigências são relacionadas à educação e à saúde. Dizem respeito mais especificamente à frequência escolar, comparecimento no pré-

³ As análises oficiais vêm mostrando esse dado, como se pode verificar em algumas reportagens:

<https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/311247/Bolsa-Fam%C3%ADlia-tem-maior-corte-da-hist%C3%B3ria-menos-543-mil-fam%C3%ADlias-em-1-m%C3%AAs.htm>;

https://oglobo.globo.com/economia/apesar-da-criese-proporcao-de-domicilios-com-bolsa-familia-cai-22578790?utm_source=Twitter&utm_medium=Social&utm_campaign=O%20Globo;

<https://www.cut.org.br/noticias/governo-corta-bolsa-familia-de-quase-1-milhao-de-familias-1817>

⁴ <http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa.asp>

⁵ Recebimento de um benefício em dinheiro pelos beneficiários do PBF transferido pelo Governo Federal.

⁶ Com o objetivo de estimular o acesso à educação, à saúde e à assistência social, as famílias devem cumprir com algumas condicionalidades que, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social, não devem ser vistas como punitivas, pois o propósito é garantir que os direitos sociais básicos cheguem à população em situação de pobreza e extrema pobreza. Para tal, o poder público deve garantir a oferta desses serviços.

⁷ O PBF tem como responsabilidade incorporar e vincular políticas sociais para estimular o desenvolvimento das famílias para que excedam a situação de vulnerabilidade e de pobreza.

natal, participação nas atividades educativas sobre aleitamento materno e segurança alimentar.

O PBF suscita reações dentre os diferentes grupos da sociedade brasileira: para alguns, representa uma política social inovadora que de fato funciona no combate à pobreza e à miséria; para outros, é caracterizado como “esmola”, “caridade”, “política apenas assistencial” ou “bolsa para sustentar vagabundo⁸”.

Por se basear em condicionalidades – saúde e educação –, o PBF gerou resultados que não estão presos às questões que motivaram sua criação. Alguns desdobramentos são: diminuição da evasão escolar, ampliação do acesso ao sistema de saúde, fortalecimento da estrutura de assistência social, aumento da autonomia das mulheres e mudanças até mesmo no exercício de seus direitos.

Martins (2013) nos mostra que é positiva a contribuição dos programas de transferência de renda, no que diz respeito principalmente ao enfrentamento da desigualdade social. Para tal, a autora analisa a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD), que aponta para uma redução de 20% da desigualdade no Brasil, entre os anos de 1995 e 2005, e indica o PBF como principal responsável por essa diminuição.

Campello (2017), no livro *Faces da Desigualdade no Brasil*, traz um quadro explicativo com dados quantitativos desses mais de dez anos de Bolsa Família. Um capítulo do livro é dedicado à questão da saúde, sendo que os principais dados apresentados, com base no Ministério da Saúde e na PNAD, são: recuo na mortalidade infantil, aumento do número de atendimentos na atenção básica, aumento nas consultas pré-natal e aumento no número de crianças atendidas.

Pesquisas como a de Cacciamali, Tatei e Batista (2010) mostram a eficiência do PBF em atingir seus principais objetivos. Mais especificamente, no caso deste estudo, observam como o programa se mostra responsável por aumentar a frequência escolar das crianças, ainda que apontem a necessidade de investir mais no combate ao trabalho infantil. Uma vez que os beneficiários possuem uma renda extremamente baixa, o trabalho infantil, em alguns momentos, se torna essencial para o sustento da família. É preciso pontuar também que quando falamos de trabalho infantil entram em jogo uma série de outros fatores, sendo que existem

⁸ Esses discursos conflitantes aparecem espalhados pela sociedade brasileira e estão ligados às divisões políticas mais amplas, que têm aumentado nos últimos anos, e que chegaram ao seu clímax com a recente eleição de Jair Bolsonaro, candidato de extrema direita, como presidente da república.

políticas públicas específicas⁹ para esta questão. Meu objetivo é mostrar como o PBF traz consequências e resultados que estão além daqueles previstos inicialmente.

Outra consequência do recebimento do Programa se refere ao que Rego e Pinzani (2013) chamam de “espectro de escolha”. Ou seja, a partir do recebimento do benefício, fica claro o aumento do exercício do direito de escolher, seja relacionado ao alimento, a roupas ou a produtos de beleza. A mulher sai do que os autores chamam de “ciclo da pobreza”, no qual tem sua capacidade de escolha privada e restrita, para um empoderamento.

Feita essa apresentação do PBF, é importante situar o papel que eu ocupo no contexto estudado. Sou nutricionista de formação e venho trabalhando, nos últimos sete anos, no Conjunto. Em um primeiro momento, minha função era de coordenadora de projetos em Organizações Não Governamentais (ONGs) que desenvolviam projetos sociais nessas favelas. A princípio, o meu trabalho nessas ONGs envolvia apenas o acompanhamento nutricional de crianças, adolescentes e suas famílias. Com o passar do tempo, minha atuação se ampliou em termos do leque temático de projetos e minhas relações se tornaram mais densas com aquela comunidade. Por um lado, fui me envolvendo na produção e no acompanhamento de projetos pedagógicos, culturais, de saúde e de prevenção ao uso de álcool e outras drogas; por outro, desenvolvi laços afetivos com aquelas pessoas, ao ponto de estabelecer relações íntimas de amizade e compadrio.

Segundo Becker (1999), uma das maiores dificuldades de um pesquisador é conseguir se introduzir no campo de pesquisa. Obter autorização em comunidades, grupos e organizações em geral pode ser um obstáculo quando se deseja observar e realizar questionários para a realização do estudo. Por esse motivo, dentre as seis favelas do Conjunto, escolhi como local para a pesquisa de campo a Favela do Tripé, na qual tenho maior facilidade de trânsito e as autorizações necessárias para realizar o trabalho de campo, além de grande proximidade com algumas moradoras, o que me garante a possibilidade de acompanhar de perto suas rotinas diárias. Outro motivo essencial para a minha escolha foi o fato de grande parte da

⁹ Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Importante salientar que o PBF é um dos eixos estratégicos contidos nas 3 edições do Plano Nacional. O foco é a família e sua “emancipação e inclusão social”. Vieira (2006) apresenta algumas contribuições para entender as possíveis relações entre PBF e PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil).

população desta favela viver em condições insalubres e precárias, sob um viaduto da Avenida Brasil. Apesar de não existirem dados oficiais do Censo, da PNAD ou do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD), levantamentos extraoficiais conduzidos por ONGs, que atuam neste território, contam cerca de 4 mil moradores na Favela do Tripé, sendo quase mil em moradias feitas com restos de madeira, sem saneamento básico e sem água encanada, o que eles chamam de barracos. Estive ativamente envolvida em um desses levantamentos e a intenção, na época, era tentar diminuir a defasagem de dados quantitativos sobre a Favela do Tripé. Na medida em que este é um dos vários locais invisíveis da cidade, não havia dados com os quais trabalhar e, por exemplo, justificar a proposição de determinados projetos para captação de dinheiro.

Nesse envolvimento com ONGs e a partir dos atendimentos realizados com crianças e suas famílias, conforme o trecho de um diálogo que abre esta dissertação, fui observando que o Programa Bolsa Família era recebido pela grande maioria das pessoas e que ele funcionava como um organizador da vida dos moradores da Favela do Tripé. Sendo assim, ele aparecia não apenas ligado às suas condicionalidades ou ao objetivo central do programa, mas estava presente também em discussões sobre corpos e moralidades e desencadeava diversos novos arranjos na comunidade. Percebi que o benefício era uma espécie de sujeito, um personagem que atravessava experiências, relatos e conversas cotidianas. Estou ciente das implicações das ONGs nesse contexto e de como ter feito parte, ter entrado na favela por meio do terceiro setor é algo que traz implicações tanto positivas quanto negativas. Pretendo desenvolver e discutir essas questões no primeiro capítulo.

De acordo com o que já foi dito, pretendo compreender, por meio dessa pesquisa, as relações entre moralidades, Bolsa Família, gênero, corpo e alimentação. Para tal, utilizei algumas ferramentas da etnografia¹⁰ para a realização da pesquisa de campo, como observação participante, imersão prolongada no

10 Um bom exemplo de recolhimento de “fatos testemunhais” dos beneficiários do Programa Bolsa Família é o livro de Rego e Pinzani (2014). Neste livro, eles buscam compreender o papel do Programa Bolsa Família para a geração de autonomia, a modificação da relação com o dinheiro e seu impacto na redução da pobreza e desigualdades sociais. Há o início de uma reflexão sobre Bolsa Família e gênero. O livro traz importantes reflexões sobre como e porque “ouvir a voz dos pobres”.

contexto de pesquisa e entrevistas semiestruturadas¹¹. Como trabalhei com significados, valores, símbolos e motivações, minha pesquisa foi qualitativa.

Minha escolha pela técnica de observação participante esteve relacionada à minha atuação na vida dos moradores da Favela do Tripé. Desta forma, interpretei os acontecimentos e comportamentos cotidianos e suas práticas diárias. A etnografia também foi útil porque leva em consideração até mesmo minha presença em campo (nada neutra) e me permite captar narrativas e dar voz aos moradores daquele espaço. Sendo assim, minha imersão no campo foi sempre fluida, ora como nutricionista ou como “a pessoa que trabalha com comida”, ora como pesquisadora, ora com relações de compadrio.

Levando em consideração todo esse emaranhado de papéis citados acima, durante minha pesquisa de campo, adotei para a etnografia o que Favret-Saada (1990) chama de participação observante, sendo essa participação necessária para que fosse possível a observação. Como proposta pela autora, me deixei “ser afetada” pelo campo de estudo. Não assumi uma nova identidade, mas o que tornou possível a realização da pesquisa foi o encontro entre as diferentes posições que ocupo na Favela do Tripé – trabalhadora social, pesquisadora e amiga/conhecida. Outro fator importante e que garante a realização da pesquisa é a questão dos afetos, ou seja, o estabelecimento de relações próximas e de amizade com moradores da favela. Fassin e Rechtman (2007) também chamam a atenção para a inversão do termo observação participante para participação observante, demonstrando a importância da posição do pesquisador como ator durante a pesquisa de campo, com bastante envolvimento e proximidade com os contextos estudados.

Utilizando o vocabulário de Whyte (2005), “assim como seus informantes, o pesquisador é um animal social”. Assim, busco refletir sobre a possibilidade de separar minha vida pessoal e a minha vida de pesquisadora na favela. Isso porque passo muito tempo naquele local e minha vida social já está inseparável e embaraçada ao meu campo, tendo participação direta na dinâmica social que tento compreender.

11 Questionário em anexo.

Na observação participante, realizei a coleta de dados a partir da minha inserção nas atividades cotidianas, como as compras dos alimentos, em momentos de refeições familiares ou com a participação de vizinhos, em festas e bailes funks. Os conflitos e fofocas muitas vezes aparecem no momento da comensalidade, que diz respeito não ao hábito mecânico de comer, mas à sua dimensão coletiva e simbólica. Sendo assim, aceitei muitos convites para almoços, festas e churrascos. Com objetivo de recolher informações mais estruturadas sobre os modos como o PBF aparece mobilizado em relações contextuais e também sobre as eventuais perdas do benefício, foi necessária a aplicação da entrevista semiestruturada e, para tal, fiz um recorte de cinco mulheres participantes, todas elas com o benefício cortado nos últimos meses. A principal vantagem dessa técnica foi trazer respostas mais objetivas sobre o corte do benefício, visto que o tema aparecia de forma nebulosa durante as conversas e observação participante. No entanto, além de compreender a questão dos cortes e os impactos que isso gera (essa era a questão inicial do projeto de pesquisa), o que a dissertação traz é a descrição de diferentes modos como o PBF é algo fundamental na Favela do Tripé, possibilitando discutir questões como gênero, moralidades, vigilância e vulnerabilidades.

A presença do gravador, em ambas as técnicas, muitas vezes foi negativa, uma vez que o objeto demarcava meu papel de pesquisadora e não mais de amiga. Assim, as mulheres passavam a responder o que elas acreditavam ser a melhor resposta, o que eu esperava ouvir. Ao desligar o gravador, elas começavam a contar muito além do que eu havia perguntado, com mais riqueza de detalhes e clareza. Por isso, meu diário de campo foi essencial na montagem da dissertação.

O texto a seguir está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo é dedicado a uma descrição detalhada da Favela do Tripé. Parto de um esmiuçamento do trajeto que percorro desde a saída da minha casa até a favela. Neste percurso, realizo algumas discussões sobre a precarização e invisibilização das condições de vida de populações de baixa renda, a omissão do Estado e a paisagem criada pelas favelas que vão me acompanhando até chegar ao Conjunto e à Favela do Tripé.

Ao chegar à Favela do Tripé, faço uma apresentação em relação às pessoas que ali habitam e em relação à sua disposição espacial. Para tal, conto a história de vida de alguns personagens-chaves para a minha pesquisa, utilizando dados de observação participante. Neste sentido, discuto a divisão espacial da favela em três

partes e, para melhor localização, trago um mapa da região para demarcar cada uma delas e tentar explicar como, a partir da segmentação desse espaço, surgem e são reproduzidos estigmas em relação aos moradores. É nesse capítulo que inicio a discussão sobre um dos eixos condutores da dissertação: a questão das moralidades.

No segundo capítulo, faço uma reflexão sobre a forma como as moradoras significam a alimentação e falam sobre ela, em relação ao benefício. Realizo também uma discussão sobre a posição da mulher no que diz respeito ao seu papel enquanto cuidadora e enquanto mãe e as expectativas daquele grupo em relação a ela, reafirmando muitas vezes as convenções de gênero e deixando evidente a moralização do lugar feminino e da condição materna.

Frente a uma moralização de senso comum sobre o Programa Bolsa Família, aparece uma mais interna e complexa, de quem o recebe, do dinheiro do benefício e de sua perda. Também realizo uma discussão sobre a importância simbólica do cartão magnético que elas utilizam para sacar o dinheiro do benefício do PBF e o que ele representa não apenas enquanto uma ferramenta que simboliza o dinheiro, mas enquanto algo que incorpora a autonomia dessas mulheres.

No terceiro capítulo, busco refletir sobre moralidades e corpo. Em diálogo com a discussão já feita no capítulo anterior, analiso como, a partir do recebimento do PBF, as beneficiárias significam e constroem relações com e a partir do seu corpo, pensando na oposição entre saúde e doença, por meio do peso e do julgamento moral que se reflete nos moradores. Além disso, o conceito de moralidade, já esboçado nos capítulos anteriores, torna-se o centro da discussão, especialmente a partir da ideia de estigma (GOFFMAN, 1981). Análises em relação ao Programa Bolsa Família e moralidades não são novidade (REGO e PINZANI, 2014; e EGER, 2013); no entanto, meu objetivo é entender moralidades não apenas no que se refere ao dinheiro e seu uso, tal como aparece nesses autores citados. A pesquisa de campo reitera a importância do dinheiro nestes contextos, mas minha proposta é ir além dessa linha analítica. Assim, a partir dos dados da observação participante, de conversas informais e das entrevistas, realizarei uma análise sobre como o PBF se torna uma ferramenta para o aparecimento de conflitos, fofocas e brigas entre os vizinhos da favela, o que, mais uma vez, permite refletir sobre a questão das moralidades e dos julgamentos morais feitos de uns sobre os outros. (EGER, 2013;

REGO e PINZANI, 2014; FASSIN, 2012; MAUSS, 2003; BOURDIEU, 2014; FONSECA, 2004; e PHELAN, LINK e DOVÍDIO, 2013).

De forma resumida, podemos dizer que a pergunta central que tento responder nessa dissertação é: de que modo o bolsa família aparece mobilizado em relações sociais – de gênero, moralidades, violência, dinheiro e autonomia - que estão para além das diretrizes do programa? Ofereço algumas respostas possíveis e parciais nas páginas seguintes.

Capítulo 1 - A Favela do Tripé: percursos metodológicos e afetivos

Quando fui convidada a trabalhar na ONG X, no ano de 2011, nunca havia ouvido falar do Conjunto. Em um primeiro momento, minha prática envolvia apenas o trabalho com nutrição, sendo que eu era responsável por projetos que lidavam com acompanhamento nutricional de crianças e suas famílias. Como em geral acontece no trabalho no terceiro setor¹², em pouco tempo, assumi outras funções: produção e o acompanhamento de projetos pedagógicos, culturais, de saúde e de prevenção ao uso de álcool e outras drogas. Além disso, estabeleci grande proximidade com os moradores das favelas, não apenas ligadas ao trabalho, mas também de amizade e afeto.

Já trabalhando em uma segunda ONG, a partir de meados de 2014, pude participar da elaboração de todos os projetos, pois era uma instituição ainda no seu início. Por isso, a equipe fez questão de ouvir as narrativas dos moradores com o objetivo de produzir espaços e desenvolver atividades que lhes fossem interessantes e proveitosos. Foi nessa perspectiva que iniciei minha aproximação com os personagens da favela, ouvindo, absorvendo e tentando entender as suas necessidades. Esses projetos, principalmente os relacionados à saúde, que eu coordenei ou escrevi, me tornaram uma pessoa conhecida no Conjunto. Enquanto trabalhadora social, era procurada para resolver diversos problemas diferentes, inclusive os de saúde.

Quando iniciei meu mestrado, passei a atuar apenas como voluntária em projetos e ações sociais que acontecem dentro da favela. Foi então que, enquanto pesquisadora, pude perceber que, para os moradores, independentemente do cargo que ocupasse, eu já havia me tornado uma personagem criada por eles, com direitos ali dentro, mas também com alguns deveres implícitos em algumas estratégias de devolução. Ou seja, meu trabalho era bem-vindo, mas eles tinham algumas expectativas em relação ao retorno que eu daria à generosidade deles em participar da pesquisa.

Entretanto, havia uma diferença que estava clara para eles. Enquanto trabalhadora do terceiro setor, eu ajudava nas necessidades e carências e, por isso,

¹² Conjunto de instituições que são iniciativas privadas sem fins lucrativos e que gera serviços de caráter público.

de forma semelhante ao que observou Eger (2013), eu notava que havia uma reiteração da pobreza para que eles continuassem a participar dos projetos e receber alguma doação. Isso ocorria, por exemplo, quando me convidavam a entrar em suas casas e mostravam armários e geladeira vazios. Também foi comum escutar todos os tipos de demandas, que sempre reiteravam a falta (de comida, de roupa, de móveis, de gás, de remédios) e a precariedade de suas vidas. Era quase como se houvesse uma performance do que acreditavam ser pobreza e miséria dentro do vocabulário de seleção para participação nas atividades das ONGs.

Já no papel de pesquisadora, comecei a notar que, quando eu esclarecia que já não poderia mais ajudá-los com essas questões, as narrativas se tornaram mais próximas da realidade de seus modos de vida. Isto me fez sentir mais próxima a eles, compartilhando as dores, as carências e comemorando as vitórias. Sendo assim, fica claro que a afetação foi mútua, já que a modificação deles de performar a pobreza resultou em uma mudança na minha postura em relação a esses sujeitos.

Concordo com a noção de “razão humanitária” de Fassin (2008), como forma moral em jogo nas relações institucionais e de poder. Posso afirmar que a base do trabalho social é a razão humanitária, já que são os problemas sociais e as desigualdades que resultam em organizações baseadas e justificadas, por meio do humanitarismo, com a função de criar possibilidades de diminuir o sofrimento do indivíduo.

A relação de quem doa e de quem recebe acaba por criar relações de desigualdade, pois, de certa forma, espera-se que o receptor se mostre humilde e continue nesse papel inferior, ao invés de buscar direitos. Isso reitera minha afirmação acima que mostra que, enquanto trabalhadora acadêmica, não estou em um papel de doação, mas de ouvinte, um papel que eles consideram mais horizontal, que me situa mais próxima da vida deles e de seus problemas cotidianos.

1.1- Um caminho até a Favela do Tripé

Enquanto ainda trabalhava em ONGs, no complexo de seis favelas, chamado Conjunto, notei que a Favela do Tripé era a que apresentava maior desigualdade e vulnerabilidade sociais. Foi por este motivo que optei por realizar a minha pesquisa

neste local. Mas essa não foi a única justificativa: a invisibilidade geográfica; o silenciamento das vozes de seus moradores, o que os torna invisíveis enquanto indivíduos; a presença massiva de pessoas recebendo o PBF naquela localidade e os cortes no benefício, que já começam a aparecer nos últimos meses de 2018; e, por último, mas não menos importante, meu acesso já existente àquela favela, o que permite uma relação diferenciada com o local, com as colaboradoras e com as informações a que tenho acesso.

Para chegar à Favela do Tripé, atravesso as regiões Centro e Norte, seguindo pela Avenida Brasil, um longo caminho tomando como ponto de partida a minha casa. A Avenida Brasil é uma das principais vias expressas do Rio de Janeiro, responsável pelo maior fluxo de carros da cidade, com seus 58,5 km de extensão e cortando 26 bairros. Trata-se da maior via em extensão do Brasil e, além de possuir o maior trecho urbano do país¹³ é responsável pelo acesso a outras cidades, ligando a BR-101 norte (Ponte Rio-Niterói e Rodovia Rio-Vitória/Niterói-Manilha) à BR-101 sul (Rodovia Rio-Santos). Ela também faz parte da BR-040, BR-116 e BR-465. Ou seja, todas as rodovias federais do Rio de Janeiro são cortadas pela Avenida Brasil.

A avenida ainda faz cruzamento com a Ponte Rio-Niterói, Linha Vermelha, Linha Amarela, Rodovia Washington Luís, Via Dutra, Antiga Estrada Rio-São Paulo e a Rodovia Rio-Santos, assegurando a comunicação direta com a Baixada Fluminense, a Zona Norte, a Zona Sul, a Zona Oeste e o Centro carioca.

Assim como bairros, a Avenida Brasil, ao longo do seu extenso caminho, também é cortada por inúmeras favelas, entre elas: Complexo do Caju, Complexo da Maré, Complexo da Cidade Alta, Parada de Lucas, Chapadão, Favela de Acari, Vila Vintém, Serrinha, Vila Kennedy e Cesarão. A extensão e as diversas entradas e saídas da Avenida Brasil facilitam a comunicação e a circulação de facções criminosas que conseguem fugir em caso de invasão da polícia ou de grupos rivais.

As favelas citadas acima possuem suas respectivas facções criminosas e não é incomum que a proximidade, o desejo por território, o anseio por conseguir um lucro maior advindo do tráfico de drogas e as guerras constantes com a polícia façam da avenida um palco de violência, com trocas de tiros, arrastões e perseguições.

¹³ [https://pt.wikipedia.org/wiki/Avenida_Brasil_\(Rio_de_Janeiro\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Avenida_Brasil_(Rio_de_Janeiro))

Quase chegando ao meu destino, cruzo com a Favela da Parada de Lucas e o Complexo do Chapadão. Este último sofre muita influência do tráfico e é tão visível da Avenida Brasil que se confunde com a pista, invadida por barracos à margem da via, e, por muitas vezes, usada como rota de fuga. Por isso, a presença de carros de polícia e do exército é muito comum no que se entende como a entrada da favela.

Desde fevereiro de 2018, tornou-se habitual cruzar com o exército, tanto no meu trajeto quanto na entrada e dentro da Favela do Tripé. Usando vestimentas de guerra, com os rostos cobertos e as armas em punho, os soldados transitam na Avenida Brasil, realizando operações nas favelas da região. Essas operações acontecem em caso de conflito e no enfrentamento ao crime organizado e ao tráfico de drogas, quando os órgãos locais de execução de lei não são capazes de fazê-lo. Isto porque, desde fevereiro de 2018, o então presidente da república decretou uma intervenção federal, baseado nos artigos 34 e 36 da Constituição Federal, que regulamentam a intervenção federal nos Estados em algumas situações, como a manutenção da integridade do território brasileiro. O presidente, “por temor a grave comprometimento da ordem pública¹⁴”, permitiu a intervenção federal.

No entanto, algumas pesquisas¹⁵ apontam que a criminalidade que justificou a intervenção está, desde 1990, presente no Rio de Janeiro. Mais do que isso, os crimes de homicídio estiveram com a taxa mais elevada por mais de duas décadas, bem acima das médias nacionais. Atualmente, o Estado do Rio de Janeiro não é o mais violento do país. Pelo contrário, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2017, o estado está em 11º lugar em relação aos homicídios. Estes homicídios não são apenas o resultado de uma letalidade violenta, mas de mortes derivadas de intervenção policial, principalmente nas favelas, onde podemos observar procedimentos violentos no que diz respeito ao uso de força, execuções associadas a práticas de corrupção policial.

Na Favela do Tripé, a intervenção já fez algumas vítimas e este novo momento de violência não deixou de aparecer em seus relatos:

¹⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9288.htm

¹⁵ Intervenção no Rio à deriva: sem programa, sem resultado, sem rumo. https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Relat%C3%B3rio-01-Observat%C3%B3rio-da-Interven%C3%A7%C3%A3o_final.pdf

Ontem os soldados entraram aqui, eu tava dormindo com meus irmãos e a gente foi se esconder no quartinho, era tanto tiro... minha irmã só chorava, parecia que eles tavam dentro de casa. (Alice, 15 anos)

Eles já entraram atirando e jogando pra cima tudo que encontrava no caminho. Eles já estavam filmando aqui porque eu tinha percebido um robozinho no céu filmando a gente. Entraram e sabiam os lugares certinho dos meninos, mas a rua ficou deserta, todo mundo com medo. Não pegaram ninguém. (Luíza, 33 anos)

Os soldados atiraram na cara dele e levou o corpo. A mãe teve que pagar 1.500 pra eles devolver pra ela poder enterrar. O dente dele ficou até aqui no chão. (Luíza, 33 anos)

1.2 O “talvez” Conjunto

No meio da Avenida Brasil, entre duas passarelas¹⁶, desvio para a saída que me leva ao Conjunto e meu trajeto começa a tomar outros contornos.

O Conjunto é composto por seis favelas situadas entre os bairros das Zonas Norte e Oeste do Rio de Janeiro. Na tentativa de traçar a história do local, minhas descobertas empíricas mostram que a ideia de agrupar essas favelas não corresponde à visão nativa de partes e conjunto, e nem ao modo como o poder público entende esta região.

Esta nomeação e essa incorporação das seis favelas como o Conjunto foi idealizada por uma ONG que atende crianças e adolescentes da região, com a finalidade de organizar e facilitar a descrição do local. Vale salientar que a maioria dos moradores não se considera enquanto parte de uma unidade, até porque muitos deles não se reconhecem enquanto moradores de favela. Um exemplo disso são os moradores de um conjunto de prédios, criado na década de 50, que, embora tenha se “favelizado”, não é visto pelos residentes como parte da favela. Sendo assim, podemos pensar em um conjunto que foi imaginado para facilitar a organização de uma ONG.

¹⁶ A Avenida Brasil dispõe de 34 passarelas, todas elas com rampas ou escadas.

Benedict Anderson (1991) propõe a definição de uma nação como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (p. 98). Ele explica como os membros das comunidades talvez nunca se encontrem, se conheçam, mas é como se eles vivessem em comunhão e, por isso, essa ideia existe, na tentativa de imaginar que essa nação tenha muito em comum.

O caso da organização dessas favelas acima citadas enquanto Conjunto pode ser um exemplo disso. Na tentativa de organizar as favelas e buscar encontrar convergência entre elas, não se levou em consideração que os moradores não se reconheciam como parte dessas confluências. A ONG apenas levou em conta a existência da mesma facção criminosa para organizá-los enquanto Conjunto, mas existem intermináveis nuances que estão em desacordo com essa denominação.

No entanto, opto por continuar utilizando o termo “Conjunto” para facilitar a descrição e porque os dados disponíveis sobre estes locais são ligados à ONG em questão, que reúne todas essas favelas como um agrupamento coeso. Em outras palavras, a classificação espacial da prefeitura, da ONG que fez o levantamento de dados e dos moradores das comunidades não coincidem. Os dados oficiais existentes sobre a região são incompletos, tendo em vista que só consideram três das seis favelas como parte do Conjunto. Apesar da proximidade espacial, cada uma delas tem suas próprias características, mas compartilham a presença da mesma facção criminosa, que acredito ser responsável pelo controle da região em diversos aspectos.

Um exemplo sobre as diferenças entre esses locais diz respeito à água encanada. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (IDH), no Conjunto, 99,09% das casas possuem água encanada. Se levarmos em conta que o Conjunto reúne as seis favelas, este dado não reflete o saneamento local e fala da invisibilidade de uma parte mais pobre daquela região, além da sua heterogeneidade. Minha experiência empírica mostra que este número apresentado no Atlas está muito longe da realidade. Outro conflito que podemos encontrar, em relação a esta divisão, diz respeito aos próprios moradores. Durante meu trabalho em ONGs, realizei diversos eventos nesses locais e pude perceber que dificilmente os moradores de uma favela frequentam a outra vizinha, mesmo que para participar

de um projeto pontual. Muitas vezes, notei o espanto e o desconforto dos que possuíam mais infraestrutura com a presença de alguém da favela mais pobre.

Ainda que as divisões entre essas favelas não sejam claras nos dados oficiais, os moradores sabem precisar o limite entre cada uma delas e o processo de segregação caminha em conjunto com o limiar percebido por eles, como pretendo demonstrar mais adiante. No entanto, a divisão da favela não é fechada, sendo que o importante é prestar atenção às zonas fronteiriças. Como advertem Gupta e Ferguson (1992), as fronteiras são “lugares de contradições incomensuráveis”. Deste modo, não há qualquer fixidez na delimitação do território estudado, sendo que a divisão realizada e descrita tem a função de apresentar contradições, misturas e as dificuldades que os mesmos colocam.

Segundo o já citado Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, a população das 3 favelas recenseadas gira em torno de 11.099 habitantes e o IDH é muito baixo (0,60), principalmente se comparado ao restante da cidade. A favela onde realizo pesquisa de campo sequer é incluída nestes dados, sendo praticamente invisível aos olhos dos moradores do restante do Conjunto e do poder público. Na Favela do Tripé, encontramos um IDH ainda menor, já que parte dos moradores vive em condições insalubres, em barracos. O silêncio de dados específicos mais precisos sobre esta área fala de sua invisibilidade pública, quase na mesma medida em que nos diz sobre uma clara consciência de espaço daquela favela, na qual o termo “Tripé” é de uso corrente.

Em termos gerais, os moradores do Conjunto enfrentam questões como falta de saneamento básico, falta de moradias seguras, problemas com fornecimento de água e de luz, descarte do lixo e dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Além disso, o tráfico de drogas representa uma importante influência na organização de partes da vida social.

Uma das favelas do Conjunto é a Favela do Tripé, na qual eu realizo minha pesquisa de campo. Pensando em um mapa¹⁷, vista de cima, a Favela do Tripé é a única que fica ao lado esquerdo do Conjunto e que é separada das outras favelas pela Estrada do Rio.

¹⁷ O mapa pode ser visto em anexo

1.3- Favela do Tripé

A Estrada do Rio é uma via que liga diversos bairros das zonas Norte e Oeste e é cercada por favelas. É considerada uma das vias mais perigosas do Rio de Janeiro, devido ao alto número de roubos de carros particulares e caminhões de carga e por ter virado cemitério de carros roubados.

Quem passa pela Estrada do Rio não imagina que uma pequena entrada, escondida ao lado de um Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Sest/Senat), debaixo de uma alça de acesso do Bus Rapid Transit (BRT)¹⁸ e atrás de um ponto de ônibus, abre caminho para a Favela do Tripé. Essa estreita entrada confirma a invisibilidade também geográfica da favela.

Assim que você cruza a entrada da favela, já é possível observar a presença do tráfego. Pichações em muros feitas com tinta spray com as iniciais da facção criminosa e sinalizações locais, sem autorização da prefeitura, estão penduradas em um poste. Ao lado da primeira casa da região, existe uma placa com os seguintes avisos: “Desligue o farol, ligue a luz interna e abra os vidros”, o mesmo tipo de procedimento que se indica ter quando se passa por uma blitz da polícia. Após esse aviso, três grandes pedaços de madeira e algumas pedras fazem uma barricada que diminui e dificulta o acesso à favela. Ao passar por essa barricada, já é possível observar algumas pessoas com pequenos rádios transmissores que são responsáveis pela comunicação dentro do local, conhecidas como “radinhos”, os primeiros que autorizam ou não a entrada das pessoas na favela.

A favela está dividida em três partes bem diferentes: a Rua do Serviço e o Pátio Redondo, na parte da frente; a Rua Reta e a Rua da Linha, na parte do meio; e uma parte sob o viaduto, na parte dos fundos, que não possui ruas com nomes. Além dessas principais ruas, existem pequenos becos, que geralmente levam o nome de algum morador, algum bar ou alguma característica do local. Esta divisão diz respeito não apenas ao tipo de moradias e ao tempo de residência dos seus moradores, mas também à forma como eles se classificam e ao modo como vivem.

Apesar de não haver grandes variações étnicas, sendo a maioria dos moradores negros ou pardos, no nível de desenvolvimento econômico, educacional

¹⁸ Bus Rapid Transit é uma categoria de transporte público cujo objetivo é melhorar a qualidade do sistema e assim evitar atrasos.

ou na atividade profissional, os moradores da primeira parte do Tripé, em geral mais antigos na área, tendem a não se relacionar com os que eles chamam de “moradores lá debaixo do viaduto”; quando o fazem, essa relação, na maioria das vezes, não é tão íntima como a que estabelecem entre si.

A configuração que encontro ali nos remete à proposta por Elias e Scotson (2010) na análise da região de “Winston Parva”: um grupo de moradores mais antigos se vê como mais estruturado, ocupando um ponto mais alto em uma hierarquia moral, do que um grupo/área de chegada e ocupação mais recente. Para os moradores mais antigos, os residentes “do viaduto” – de chegada posterior, há cerca de 25 anos – são responsáveis pela transformação daquela região, no sentido de seu empobrecimento e deterioração moral. Antes da chegada destes *outsiders*, aquela região, afirmam os moradores mais antigos, seria “um bairro” - que passa a ser um termo êmico, que se afirma em oposição e tensão à favela - conhecido como Fazenda Mauá.

Para eles, os moradores recentes também são os responsáveis por terem mudado o nome deste bairro. Eles afirmam que Tripé nunca foi naquela região, era em uma região mais à frente, mas os recém-chegados, que não conhecem a história do bairro e não apresentam nenhum sentimento de pertencimento com o mesmo, passaram a chamar a região inteira de Tripé. Os novos moradores são estigmatizados e vistos como imorais, sujos, desorganizados, falsos e baderneiros. Por isso, devem ser tirados de lá, para que a ordem retorne. São considerados os “favelados”, os “pobres”, os que não pertencem à Fazenda Mauá e não possuem qualquer relação de afeto com aquele local. Eles também são responsabilizados pela entrada de drogas na região, pois antes da invasão dos barracos, os moradores antigos relatam que era um bairro tranquilo e sem a presença do tráfico.

Inspirada em Mary Douglas (2010), ao buscar entender a relação simbólica entre puro e impuro (associado ao perigo), procuro refletir sobre a visão que os moradores mais antigos possuem “do viaduto”. Douglas relaciona a impureza com a desordem e afirma que, ao eliminá-la, organizamos o meio e reestabelecemos a ordem. Sendo assim, para os moradores mais antigos, a ordem precisa retornar ao bairro e tudo de negativo que vem acontecendo com aquela região, seja pela entrada do tráfico, o aumento da violência ou a favelização, é responsabilidade dos novos moradores. Para que a ordem retorne, a única saída visível para eles é o

deslocamento daquelas pessoas para outro local, reestabelecendo assim uma suposta paz anterior.

Por outro lado, os moradores que moram sob o viaduto também relatam não gostar dos moradores lá da frente. Eles se sentem injustiçados pelo estigma imposto e dizem que sofrem maus tratos, são vítimas de fofocas e até mesmo nas festas, que são organizadas pelos moradores da parte da frente da favela, as crianças que moram embaixo do viaduto são preteridas em relação às outras, recebendo os piores presentes, conforme mencionou uma informante:

Eu não vou lá na frente mesmo. Pegaram uma senha pro Juninho participar do sorteio, mas já sei que ele não vai ganhar. Só quem ganha os melhores presentes são os filhos deles lá da frente. Não gosto de ir lá, já falo mesmo. Todo mundo nariz em pé. E muitas vezes as casas deles é pior do que as nossas e ficam com esse nariz em pé. (Márcia, 36 anos)

A área mais à frente da Favela do Tripé, especialmente mais próxima da Estrada do Rio, é a parte mais antiga. Segundo relatos dos moradores e alguns documentos aos quais tive acesso, originalmente era uma área de vacaria. Na década de 40, foi ocupada por trabalhadores da empresa férrea, hoje chamada de Supervia. Esta área vai desde a Estrada do Rio, na região frontal, até os viadutos da Avenida Brasil, na área posterior, que também é a cortada pela linha férrea.

Nessa primeira parte, da Rua do Serviço, as casas são de alvenaria, antigas e com mais estrutura. Os terrenos são maiores, possui coleta de lixo e podemos encontrar, em algumas casas mais antigas, árvores frutíferas e criação de animais.

O primeiro comércio, assim que se entra na Favela do Tripé, é o de Marina Branca, de aproximadamente 30 anos, mãe de três filhas e avó de uma menina, ela é nascida e criada no Tripé, neta de um antigo trabalhador da rede férrea, que arrendou o terreno quando ainda era conhecido como Fazenda Mauá e que hoje abriga seus descendentes. Parte desse terreno, onde residia sua mãe, Bruna, durante as remoções para construção da transolímpica¹⁹, foi ocupado por uma alça de acesso de BRTs.

¹⁹ Via expressa que liga a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes à Magalhães Bastos e Deodoro e também a um corredor de BRT, que liga o Recreio dos Bandeirantes à Vila Militar.

Bruna foi a primeira moradora do Tripé que me apresentou à favela. Quando entrei para o meu segundo trabalho social naquela região, foi ela quem me mostrou como percorrer as ruas e becos e como acessar os moradores. Sempre que eu chegava à favela, ela me recebia em sua casa e, sentadas embaixo das suas árvores frutíferas, das quais ela tinha muito orgulho e zelo, ela ia me contando sobre as histórias dos moradores mais antigos do local. Foi assim que nos tornamos amigas. Após um tempo daquelas tardes de conversas, ela me levou para conhecer essas pessoas que eu, até então, só conhecia de nome. Foi em uma dessas incursões que conheci Dona Silvia, a moradora mais antiga do Tripé, que guardava em sua varanda uma bala de canhão que caiu em seu terreno após a explosão, na década de 50, do paiol do exército.

Bruna sempre me convidava para o almoço, mas é a sua filha Marina que é conhecida por ser uma cozinheira de mão cheia, o que explica sua recente dedicação ao comércio de alimentos. Eu mesma já experimentei o “pastel com tudo dentro”, carro chefe de suas produções, e realmente faz jus ao nome²⁰. Ela também já vendeu empadas, bolos, quentinhas, sorvetes, batata frita, churrasquinho e calabresa frita. Os moradores que mais consomem os lanches são os da parte da frente da favela (da Rua do Serviço e do Pátio Redondo), pois os outros raramente têm condições para comprar esses produtos, que variam de R\$5,00 a R\$35,00²¹.

Assim como Marina, é comum no Tripé que os moradores, sazonalmente, produzam algum tipo de alimento para vender. Eles não mantêm o comércio como ocupação fixa, mas, quando precisam de alguma renda extra, vender comida é a principal escolha. Para aumentar a renda, Marina também atua como um tipo de babá de crianças cujos pais trabalham fora o dia todo, levando-os à escola e supervisionando suas atividades posteriores.

As casas e pessoas que cuidam de crianças não são novidade em pesquisas realizadas em favelas. Camila Fernandes (2017), em sua pesquisa na Favela de São Carlos, encontrou diversas casas que cuidavam de crianças. Chamadas pelos nomes da dona da casa, esses locais eram referências para as mães que precisavam deixar seus filhos para poderem trabalhar. Seja por falta de escolas, ou

²⁰ O recheio do pastel é preparado com dois tipos de queijo, ovo de codorna, azeitona, calabresa, carne moída, cebola, presunto, bacon e orégano.

²¹ Entre U\$ 1,30 e U\$ 9,00.

no contraturno escolar, esses locais surgem como formas alternativas para criar as crianças.

Ao lado da casa de Marina, há uma banca de frutas e legumes, que foi montada na frente da residência do dono do comércio. Eles compram os alimentos no CEASA (Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro) e revendem por preços um pouco maiores. Segundo alguns dos meus interlocutores, que moram embaixo do viaduto, os produtos já foram mais baratos. Agora, eles só compram naquele local quando se trata de uma emergência. A princípio, era uma banca unicamente de venda de frutas e legumes, mas, atualmente, eles inseriram produtos como refrigerantes, biscoitos salgados e doces.

Quando questionei o dono da banca, Sr. Zé, sobre o motivo que o levava a vender outros produtos, além das frutas, verduras e legumes, ele me explicou que ele precisava aumentar a renda da família e os produtos industrializados eram algo que chamava a atenção, principalmente das crianças. Os legumes e frutas ficam expostos em cima de uma grande bancada de madeira sob uma toalha de plástico. A variedade dos produtos é bem grande e eles estão sempre bem ordenados, bonitos e vistosos. Já os outros produtos ficam pendurados de forma vertical no telhado que cobre sua bancada. Na barraca, trabalham o dono, que é o responsável por ir comprar os alimentos no CEASA diariamente, sua esposa, que está sempre lavando o chão da barraca - que acaba sendo uma continuidade do chão de sua casa; e o filho do casal, que, na maioria das vezes, fica sentado em uma cadeira de plástico em frente à banca.

Este trecho da entrada do Tripé virou um canteiro de obras há dois anos, quando teve início a construção de um viaduto para a passagem do BRT, relacionada ao contexto olímpico no Rio de Janeiro. Neste momento, eu já trabalhava na favela, como coordenadora de uma ONG, e os moradores pediram ajuda da instituição para mediar um acordo deles com os arquitetos e engenheiros da obra. O que aconteceu foi que, para a passagem do viaduto, destruíram a única praça da localidade, que também era um local de lazer, com brinquedos para as crianças e um campo de futebol para os moradores. Os brinquedos, como balanço, escorrega e gangorra, deram lugar aos tratores, e o campo de futebol deu lugar às vigas e ao estacionamento dos que trabalhavam na obra. Aos poucos, o que era diversão virou a sombra do viaduto.

A praça era o único local onde os moradores realizavam exercícios físicos, as crianças brincavam e eventualmente eles se organizavam para promover algum tipo de campeonato. Também havia uma construção de um cômodo que armazenava documentações referentes aos moradores, que haviam sido coletadas pela Associação dos Moradores e, de vez em quando, alguns corpos (dependendo da importância na favela) eram velados no local. Fica claro que ali era o local da construção e afirmação do associativismo e dos laços de vizinhança. Com a construção do viaduto, os moradores não possuem mais um local de entretenimento e coletividade.

Realizaram ainda a desocupação de doze residências. Alguns moradores - como Bruna, citada acima - foram encaminhados para o Programa Minha Casa, Minha Vida²², no bairro de Curicica, e outros receberam uma quantia que variava entre 10 e 20 mil reais. Os moradores que receberam dinheiro acabaram se deslocando internamente na favela. Alguns passaram da frente da favela, que é um local mais valorizado, para debaixo do viaduto, pois o valor oferecido a eles não era o suficiente para comprar outra casa na mesma localidade.

Além da construção da alça do BRT, a região foi um dos palcos da Olimpíada Rio 2016, com a construção de um Parque. O Parque tem cerca de 500 mil metros quadrados e foi construído na Vila Militar, um bairro da Zona Oeste que foi planejado com o objetivo de reformar os estabelecimentos da Escola Militar. Segundo os moradores do Tripé, o Parque ficou um longo período fechado para o público, mas, desde o final do ano de 2017, ele serve como área de lazer para a população. Além disso, está sendo usado para treino dos atletas de canoagem do Brasil. Ainda assim, é necessário sublinhar o grau de contradição e contraste quando um parque olímpico é construído às margens de um complexo de favelas em que os moradores vivem com constantes necessidades de todos os tipos, como alimentação, infraestrutura, saúde e educação.

Voltando à descrição da Favela do Tripé, após a banca de frutas, a rua se bifurca. À direita, está a Rua Reta, e à esquerda, em continuação à Rua do Serviço, está a Rua do Pátio Redondo, onde as casas são maiores, geralmente com um jardim na frente e com muita estrutura. As construções das casas são mais distantes

²² O programa subsidia a aquisição da casa ou apartamento próprio para famílias com renda até 1,6 mil reais e facilita as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda de até 5 mil.

umas das outras e, por isso, os grandes terrenos propiciam a construção de outras pequenas casas, que são dadas a membros da família, geralmente aos filhos com seus companheiros. A ocupação dessa área foi feita, majoritariamente, por antigos trabalhadores da linha férrea. É nessa rua que se concentra a maioria dos moradores mais antigos, com população mais idosa, que se lamenta pela favelização da região, pela suposta desordem trazida pela construção dos barracos e chegada de novos moradores.

De acordo com Park (1916), é inevitável que as pessoas se segreguem e se agrupem segundo seus interesses e gostos. Essa distribuição não tem relação com a ocupação ou condições econômicas dos indivíduos. Para essa conexão, ele dá o nome de “zonas morais” que, segundo o autor, aparecem a partir da necessidade de libertação do controle que a vida urbana impõe. Além disso, o autor também pensa no espaço como responsável pela identidade do sujeito. Entretanto, o que observamos no Tripé é um movimento mais fluido, onde as bordas dessas divisões - Rua do Serviço, Pátio Redondo e Rua Reta - são embaçadas. Os moradores não têm sua identidade construída a partir de determinada localidade em que habitam, mas do agrupamento de uma série de incoerências, que não diz respeito apenas ao isomorfismo de espaço, lugar e cultura, como sugerem Gupta e Ferguson (1992).

Partindo da ideia de Stuart Hall (2006), a identidade está em constante processo de construção, é algo fragmentado e fluido e não se trata de um sujeito coerente e unitário, um sujeito unívoco. Retomando Gupta e Ferguson (1992), precisamos ser mais sensíveis ao desafio de pensar em como determinado espaço é imaginado, como forma de entender como a construção de um lugar específico está em paralelo com as condições políticas e econômicas. Este espaço imaginado pode trazer tensões, como no caso da favela, quando o “aqui” e “lá” se tornam determinantes para criar a identidade do sujeito.

Se levarmos em conta a classificação técnica da nutrição, é nesta área que se concentram mais pessoas na faixa do sobrepeso e obesidade, ainda que, pelos mesmos parâmetros, tendam a se alimentar melhor, com maior variedade de alimentos e certa visão do que seja alimentação saudável. Ainda que eles frequentem e tenham acesso ao mesmo posto de saúde da região, minha experiência de campo, o mapeamento realizado por uma das ONGs e as conversas que tive com alguns deles me fazem acreditar que essas pessoas têm mais acesso a

informações sobre alimentos e, por isso, tentam seguir o que elas acreditam ser mais saudável, com maior diversidade e qualidade alimentar.

Também nessa localidade encontramos duas igrejas evangélicas. Os frequentadores do culto são, em sua maioria, moradores do Pátio Redondo e da Rua Reta. Os moradores de debaixo do viaduto tendem a fazer cultos itinerantes nas suas próprias residências. Poucos frequentam a Igreja “da parte da frente”, apesar de muitos terem sido batizados assim que a Igreja chegou à região, principalmente as crianças. Essas igrejas também são responsáveis por distribuir possíveis doações de roupas, móveis, eletrodomésticos e cestas básicas. Não é incomum que pessoas que morem fora de favelas procurem Igrejas para realizar essa distribuição por acreditarem que, desta forma, terão garantida uma repartição justa.

A Rua do Pátio Redondo continua até o Rio Jacaré, quando começa o viaduto da Avenida Brasil, que passa em cima da linha férrea. Eles não reconhecem mais a rua com esse nome e, em paralelo com a Rua da Linha, começa a parte de debaixo do viaduto da Favela do Tripé.

Voltando à bifurcação, se entrarmos ao lado direito, estaremos na Rua Reta, que se localiza no centro da favela. As casas dessa rua também são de alvenaria, entretanto são mais recentes e menores do que as da Rua do Serviço. É nessa região do centro que se localizam os bares, padarias, armazéns e igrejas evangélicas.

A primeira padaria pertence a Paulo, que, além de comerciante, é pastor e morador antigo da região. Talvez esta tripla condição explique porque ele acaba sendo mediador em algumas situações cotidianas de conflito. No seu comércio, podemos encontrar pães salgados e doces, sorvetes, refrigerantes, biscoitos salgados, arroz, achocolatado, açúcar, feijão e farinha, com preços mais altos do que no supermercado. No entanto, a padaria de Paulo é alvo de muitas críticas no que diz respeito à higiene e à qualidade dos alimentos. Muitos moradores me contaram que, ao comprarem pães, acharam pernas de baratas e rabos de lagartixa e, por isso, preferem ir à padaria na favela vizinha.

A segunda padaria, logo em seguida, é menos movimentada do que a primeira. A proprietária é Letícia que, assim como Paulo, além de produtos de panificadora, também vende alguns outros como itens de limpeza. Com o passar do

tempo, noto que, para tentar fugir da concorrência com Paulo, ela acabou transformando a padaria em quitanda, oferecendo mercadorias diferentes, como legumes e frutas.

O bar logo em seguida chama-se “Bar dos Companheiros” e é o que fornece a bebida para os bailes e resenhas²³. O bar é muito pequeno - apenas um balcão com um corredor e um pequeno banheiro -, mas é este comércio que está autorizado a vender bebida em dias de festa.

O segundo bar da rua leva o nome do dono: “Bar do Aloisio”. Aloisio é um senhor negro, de meia idade, que expandiu seu negócio para além das bebidas, pois vende prato feito²⁴, porções e diversos outros produtos culinários, como arroz, feijão, farinha e leite. Os dois bares só são frequentados pelos moradores da favela. Ou seja, ninguém que não more nessa região, ou que não tenha qualquer contato com algum morador, frequenta esses locais. Além disso, os estabelecimentos servem como um ambiente neutro, onde os moradores mais antigos e os mais recentes acabam se encontrando e convivendo.

A Rua Reta geralmente é muito movimentada. As crianças ficam livres brincando, enquanto os adultos conversam sentados na porta de suas casas. Quase sempre há muita música e barulho de animadas conversas. É nesse momento que eles falam sobre a família, sobre os últimos acontecimentos do tráfico, sobre a filha da vizinha que engravidou, sobre a traição do outro vizinho, sobre a comida que farão para o dia seguinte, sobre o PBF que foi cortado, ou os valores que sempre são divergentes de um beneficiário para o outro, fazem julgamento sobre quem merece ou não receber a transferência de renda, comentam sobre como a sobrinha emagreceu ou engordou. E é nessas ocasiões que fica evidente a naturalização da violência, que faz com que a circulação de traficantes com armas em punho não seja vista como um empecilho para que a vida siga seu rumo.

Quando essa rua está silenciosa, sem ninguém andando, sem crianças brincando e sem vizinhos conversando, possivelmente o movimento do tráfico está anormal. Isso porque, segundo relatos, existe uma negociação entre os policiais e o

²³ Festas menores, geralmente particulares.

²⁴ O prato feito é um prato que já é servido pronto e que geralmente é composto por arroz, feijão, macarrão e uma proteína (carne).

tráfico e, quando esse acordo não é realizado, as chances de haver tiroteio é muito grande. A polícia entra atirando, colocando a vida de todos em risco.

No entanto, nos últimos meses, a intervenção militar mudou um pouco a dinâmica do local. Segundo relatos e minha própria experiência (que contarei mais à frente), quando o exército entra na favela, a rua fica vazia. Os vizinhos avisam uns aos outros para entrar em casa, como se apenas o tiro de bala não fosse suficiente para alertar sobre o perigo. A diferença entre polícia e exército são duas: a negociação e a violência. Conforme já explicado, o acordo entre os policiais e o tráfico já não é mais tão frequente após a intervenção. Segundo minhas interlocutoras, após a entrada truculenta do exército, um dos principais traficantes se negou a continuar entrando em consenso e concedeu autorização para os traficantes responderem aos tiros dos soldados. Desta forma, aquela população fica no centro, entre o tráfico, a polícia e o exército, os quais deviam lhes proteger.

Os moradores da região já aprenderam a sentir o perigo no ar e, algumas vezes, fui convidada a entrar em algumas residências quando eles sentiam “o cheiro do perigo”, conforme costumam falar. Outras vezes tive que pedir abrigo para fugir das balas disparadas após a entrada do exército ou polícia. Durante muito tempo, tentei entender o que, para eles, poderia provocar essa sensação de risco, mas não encontrei resposta. Tentei observar se as ruas ficavam mais vazias, se os olhares pareciam mais nervosos, se os bares fechavam e as músicas eram desligadas, mas nada me pareceu concreto para conseguir explicar o que eles denominam como “o cheiro do perigo”. O fato é que, em todas as favelas do Conjunto que eu frequentei, os moradores são unânimes em relação ao sentimento, ou à prévia de uma sensação de perigo.

O acordo entre policiais e o tráfico implica diretamente na vida cotidiana local, propiciando o desenvolvimento de novos arranjos. De certa forma, ainda que indiretamente, todos os moradores acabam por se envolver nessa negociação já que, com objetivo de manter o funcionamento do acordo, o tráfico muda algumas dinâmicas do local, como o preço dos produtos alimentícios e aumento do gás. Para se ter uma ideia, o preço do gás sofreu alterações no ano de 2017, aumentando

54%²⁵. Essa modificação conseqüentemente foi repassada pelo tráfico aos moradores.

Além disso, eles também modificaram o dia do baile. Antes no domingo, agora acontece no sábado, para aumentar a participação na festa e, em consequência, o consumo de álcool, drogas e lanches, que são vendidos durante o evento.

Para entender essa negociação, utilizo o termo “mercadoria política”, proposto por Misse (1996, 1999, 2006, 2009). O autor define essa noção como as trocas ilícitas entre o poder público e o privado e defende que essa corrupção atinge e afeta mais o Estado do que o indivíduo. Isto porque o poder público perde, a partir dessas negociações, seu poder, sua capacidade de administrar conflitos e, o mais importante e como exemplifica caso da Favela do Tripé, a perda do controle exclusivo de regular o mercado econômico, que passa a ser controlado pela economia criminosa. Ou seja, o governo criminoso gerencia o cotidiano da favela a partir da demanda de agência da segurança pública.

O baile funk acontece na Rua Reta e, diferentemente de outras favelas do Rio de Janeiro, para participar do baile naquele local, você precisa ser morador da favela ou convidado de algum deles e obter autorização (a negociação é feita com o morador que fez o convite) por parte do tráfico para se integrar. Fui a apenas um baile e a descrição se baseia nessa ida e em relatos dos moradores. O baile funk é sempre muito cheio e, neste dia, todos os moradores, antigos e recentes, estão na mesma festa se divertindo juntos. Entretanto, é possível notar que dificilmente eles estão no mesmo grupo conversando ou dançando. Mas, neste dia, parece que as diferenças são esquecidas, pois não há um clima de indisposição como é comum entre eles. No dia em que fui ao baile, a presença do tráfico era notada. Muitas armas de diferentes tamanhos eram exibidas nas cinturas e nas mãos dos traficantes. Havia muitos radinhos, porque os gerentes do tráfico estavam presentes, o que não é frequente.

A música era muito alta e o DJ, em alguns momentos, interrompia o som para dar parabéns a algum aniversariante, agradecer a presença de alguém e para mencionar os organizadores e a facção criminosa. Havia muitas drogas e vidros de

²⁵ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/11/16/alta-no-preco-do-botijao-faz-pobres-trocarem-gas-por-lenha-fogao-faz-falta.htm>

lança perfume que eram jogados no ar pelos “donos da favela”, seguindo o ritmo das batidas do funk. Eles também eram os únicos que tinham mesa, cadeiras e baldes de cerveja e energético, que eram repostos incansavelmente.

Ainda que esta rua seja relativamente comprida, neste dia específico, chovia muito e, por isso, armaram uma tenda que, apesar de grande, era insuficiente para a quantidade de pessoas que estavam na festa. Em vista disso, frequentemente alguém esbarrava em alguma arma. Notei também que há uma preocupação com fotos. Isto porque algumas pessoas pediram autorização do tráfico para usar seus celulares para fotografar e sempre havia um cuidado de não fotografar determinados indivíduos.

Ouvi constantemente de alguns moradores que muitas pessoas vão ao baile e usam o dinheiro do PBF para o consumo de drogas e bebidas e depois ficam sem dinheiro para a comida. Neste caso, fica evidente como o PBF é também utilizado para acusar, fofocar, rotular e estigmatizar os beneficiários, sendo uma ferramenta para classificações no local.

Como mostra Eger (2013), algumas despesas não são aceitáveis, o que também é notável na minha pesquisa de campo. Cigarros, bebidas, drogas, produtos de beleza e alguns eletrodomésticos são os principais produtos que não devem ser comprados, segundo as narrativas de minhas interlocutoras. No entanto, existe uma diferença no que ele descreve enquanto gasto do benefício. Na pesquisa do autor, as mulheres utilizavam o PBF para pagar aluguel, luz, roupas, sapatos e materiais escolares. Já na Favela do Tripé, o PBF se apresenta principalmente como principal fonte de renda para obtenção de produtos alimentícios. Outra diferença também notável entre a pesquisa do autor e a favela onde realizei minha pesquisa, diz respeito a presença de pelo menos uma pessoa trabalhando nas famílias. O que pude notar no Tripé é que existe um número grande e crescente de desempregados onde o PBF se torna a principal renda da família.

Durante meu trabalho em ONGs, realizei um Mapeamento Quantitativo e Etnográfico da Favela do Tripé, cujo objetivo era, a partir de aplicação de questionários e de entrevistas em profundidade, obter mais dados da região e de seus moradores. Na falta de dados oficiais, o Mapeamento foi útil para criar uma visão mais ampliada dos problemas e déficits da favela, além de entender quem

eram seus moradores (a partir de critérios IBGE e de outros como nutrição, violência e educação).

Dobrando uma esquina à direita e depois à esquerda, a rua muda de nome, tornando-se Rua da Linha. Ali já se percebe casas mais simples e menores e uma rua mais estreita. Ao final dessa rua, quando se avista o viaduto da Avenida Brasil, começam os barracos e o que eles chamam de favela: o local que se situa debaixo do viaduto. Na classificação local, importante lembrar, favela não responde pelo todo do Conjunto, mas somente pela área conhecida como Tripé.

No Rio de Janeiro, há milhares de pessoas em situação de rua, vivendo em condições insalubres de sobrevivência. As ocorrências desses indivíduos ainda são pouco conhecidas, pois os dados oficiais do governo são escassos, tornando-os seres ignorados e não incluídos nas estatísticas²⁶. Esta população mora em praças, calçadas, jardins, terrenos baldios e embaixo de pontes e viadutos. O senso comum difunde que estes moradores de ruas são vagabundos, desviantes sociais, perigosos, drogados e dignos de pena. Sendo assim, os moradores da região sob o viaduto, na Favela do Tripé, vivem praticamente em situação de rua, sendo protegidos apenas por casas feitas de pedaços de madeira e de aço. Estas pessoas são rotuladas e estigmatizadas e têm suas identidades sociais modeladas a partir dessas situações, tais como os moradores de rua. São apenas diferenças sutis o que separam suas condições, mas o descaso, o estigma e a invisibilidade os aproximam.

Existe uma classificação nativa de favela que vai além de um limite físico, mas diz respeito a um limite moral, em que os moradores demarcam o nós e os outros. Acredito que os dois lados, os moradores mais antigos e os recentes, delimitem o

²⁶ Pesquisa realizada pela Prefeitura do Rio de Janeiro indicou que, entre 2013 e 2016, o número de moradores de rua da cidade praticamente triplicou. Apesar de haver um compromisso do poder público de realizar levantamentos periódicos para monitorar essa população e tentar reverter o aumento, isso não vem sendo feito sistematicamente. As notícias abaixo dão uma ideia da situação, nos últimos anos:
<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/prefeitura-do-rio-fara-levantamento-de-moradores-de-rua-e-oferecera-cursos-profissionalizantes.ghtml>
<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/levantamento-da-prefeitura-do-rio-indica-que-cidade-tem-4628-moradores-de-rua.ghtml>
<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/numero-de-moradores-de-rua-aumenta-nas-praias-do-rio-de-janeiro.ghtml>

local de moradia como algo que vai além de apenas geografia, mas que diz muito sobre os sujeitos.

Essa terceira parte é a mais recente e está localizada embaixo de viadutos da Avenida Brasil, entre o Rio Jacaré e a linha férrea. Mais especificamente, as construções dessa área ficam, quase em sua totalidade, embaixo do viaduto. Neste local, as moradias são construídas com pedaços de madeirite, lonas, folhas de alumínio e qualquer resto de construção. A localização impede a entrada do sol, o que torna o lugar úmido, escuro e frio. Naturalmente, as noções comuns dos indivíduos entendem que um local úmido e escuro deve ser evitado, por ser visto como um lugar potencial para a procriação de animais que transmitem doença, proliferações e transmissões de vírus, bactérias e infecções e, desta forma, representam um grande risco à saúde. Além de fatores ligados a patologias, um local escuro causa medo e repugnância. Neste lugar, os aglomerados de barracos causam em muitas pessoas, pelo menos na primeira impressão, sentimentos ligados à repulsa e ao medo de estar colocando a saúde em risco. Desta forma, é frequente que os moradores daquele local sejam vistos também como um risco, um problema a ser solucionado.

A experiência de vida dos moradores da favela me faz, inspirada em Duarte (2003), realizar uma reflexão sobre o “físico-moral”. Segundo o autor, situações anormais, desarmônicas e irregulares que o indivíduo vivencia, não influenciam somente o seu corpo, mas também sua vida moral, seus sentimentos e o seu desempenho na vida. Sendo assim, além de doenças no corpo, que essas pessoas podem adquirir pela insalubridade do local, também existem as doenças morais, por estarem sendo expostas, junto às suas famílias, a condições de descaso que poderão influenciar na maneira com a qual esses indivíduos lidam com a vida.

Logo no início deste local, há um pequeno bar, o Bar do João, conhecido como Barraca. Ele vende bebidas alcoólicas, refrigerantes, cigarros, biscoitos doces e salgados. Apesar de ser a região mais pobre, quando se trata de renda, a Barraca do João tem o mesmo preço de qualquer bar da favela. Além do comércio, João também é o responsável por receber as correspondências e encomendas dos moradores da região, pois os Correios não entregam para além da casa dele - uma construção de tijolos bem no início do Tripé. Sendo assim, além de comerciante, o

controle da distribuição de correspondências faz dele o mediador entre a agência do Estado e a favela, unindo dois mundos.

Os barracos quase não têm infraestrutura (saneamento básico, luz, coleta de lixo) e os moradores disputam lugar com alguns bichos que são atraídos em função da umidade, proximidade com o rio e o lixo que, na maioria das vezes, precisa ser queimado para solucionar o acúmulo. Diante disso, não é incomum que muitos moradores apresentem doenças relacionadas ao consumo inseguro de alimentos e água e a contato com fezes e urina de animais transmissores de doenças.

A Associação dos Moradores do Tripé não é atuante nessa região abaixo do viaduto. O atual responsável pela associação faz muito pouco pela favela. Os moradores costumam se queixar dizendo que o único serviço prestado é a produção do comprovante de residência quando solicitado. Ainda sugerem que ele se beneficiou das obras realizadas nas Olimpíadas, pois, ao mesmo tempo em que o BRT ia sendo construído, sua casa também passava por uma reforma que duplicou seu tamanho original. Os moradores também reclamam que, após procurarem presidente atual da associação, ele teria dito que aquela região não era contemplada e por isso não recebia benefícios ou qualquer tipo de mobilização para melhorar a situação de vida deles. Durante esse tempo em que estive lá, não observei qualquer iniciativa para nenhuma região do Tripé.

A última contagem realizada informalmente pela penúltima gestão da Associação dos Moradores da Favela do Tripé (2012) indica a quantidade de 100 barracos, ocupados por aproximadamente 5 pessoas cada. Entretanto, sou capaz de afirmar, pela minha experiência e presença em campo, que este número é muito maior atualmente do que o registrado há seis anos.

Trabalho no Conjunto há 7 anos. Quando fui convidada a integrar a equipe da primeira ONG na qual que trabalhei, lembro que coloquei o caminho no GPS e me preocupei apenas com a distância que teria que percorrer todos os dias para chegar ao meu trabalho. Esta primeira ONG era cercada por grandes muros, que a isolavam da favela, gerando uma falsa sensação de segurança. Quando eu participava de alguma reunião e as pessoas me diziam do perigo iminente no meu trabalho, eu me dava conta, apesar de incrédula, de onde estava e das implicações disto.

Considero que, nos dois primeiros anos, por mais que eu trabalhasse e vivenciasse as dificuldades dos moradores da favela, não poderia afirmar que eu vivia de fato a favela. Não entendia como se organizavam ou tensionavam suas práticas cotidianas. Por mais que houvesse narrativas que me aproximassem disso, não ficava muito evidente para mim, pois eu não participava e não observava o que eles me contavam em campo. Após esses dois anos, já em outra ONG, comecei a vivenciar mais a vida dos moradores da favela. No começo, surgiram algumas dificuldades, pois muitos adultos se negavam a conversar, atitude justificada pela desconfiança de que minha presença poderia estar atrelada a alguma figura política, que só aparecia na favela para angariar votos. Pedro foi explícito nesse questionamento:

Na hora da eleição é assim, aparece todo mundo. Dá tijolo, comida, brinquedo pras crianças. Depois, todo mundo vai embora e num volta mais. Você veio de qual político? (Pedro, 45 anos)

Quando eu explicava que estava lá enquanto trabalhadora de uma ONG e lhes inteirava efetivamente sobre a finalidade da minha presença, muitos aceitavam conversar comigo, mas, na maioria das vezes, pediam algum tipo de ajuda, como cestas básicas, emprego, vaga para jovem aprendiz e acesso a serviços médicos. Outros ainda optavam por não participar da conversa, alegando que as ONGs só realizavam algum tipo de trabalho em benefício próprio:

Vocês vem aqui, tiram fotos nossas e dos nossos filhos e sei lá onde colocam. Devem colocar tudo na página da internet. Trazem todo mundo aqui, mas quando a gente vai pedir alguma coisa ninguém quer dar. (Luíza, 33 anos)

Com o passar do tempo, a confiança foi aumentando, eu comecei a transitar pelas ruas e becos e já nos reconhecíamos. Comecei a fazer parte da vida deles a ponto de não ser mais uma pessoa estranha, que recebia olhares curiosos e desconfiados. Não consigo precisar o dia exato a partir do qual me senti à vontade na favela, mas acho que os convites para participar de confraternizações, como aniversários e churrascos, são um marco.

O tráfico sempre esteve muito presente em todo esse tempo, já que todas as ações que eram realizadas pela ONG precisavam do seu consentimento. O contato era feito pelos próprios moradores e costumávamos ter apoio, que podia se

cristalizar simplesmente em uma permissão: em dia de eventos da ONG, as armas eram guardadas e conseguíamos entrar na favela com convidados, o que nem sempre é possível em dias normais, sem que haja um aviso prévio. Quando comecei o mestrado e conseqüentemente tudo se direcionou para que eu saísse da ONG, precisei informar a algumas pessoas que agora eu estava naquele local enquanto pesquisadora e não mais enquanto funcionária da ONG, até porque eu precisava dessa mesma autorização do tráfico para realizar esse novo trabalho. É importante ressaltar que este tipo de autorização escapa da lógica do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido²⁷, já que se trata de relações que necessitam de mediação e que estão longe de serem formais. No entanto, foram elas as responsáveis por me garantir segurança e reconhecimento para a realização da pesquisa.

Entretanto, mesmo enquanto pesquisadora, ainda sou identificada na favela como “a menina da ONG” e os moradores continuam me solicitando alguns serviços que eu realizava antes de me tornar pesquisadora. Por mais que eu lhes explique que não exerço mais essa função, as demandas continuam chegando. Quando entro na favela, é comum ouvir algumas pessoas me chamando e outras dando recados sobre assuntos que precisam da minha ajuda para serem resolvidos. De marcação de consulta no dentista à matrícula da escola, acabo exercendo o papel do que Zaluar (2000) descreveu como “mediador intelectual”, pois eu esclareço e resolvo questões práticas para eles.

No entanto, também posso afirmar que muitos me colocam na posição de mediador emocional, pois me procuram para desabafar sobre problemas familiares e afetivos que afligem suas vidas. Torna-se muito difícil conseguir me distanciar sentimentalmente de problemas de ordem emocional e até mesmo econômica. Acabo sendo absorvida mais ainda para a vida de cada um deles, ajudando inclusive financeiramente em alguns casos.

Este envolvimento não é novidade. Zaluar (2000) descreve como foi difícil para ela, ainda na década de 80, cultivar o que ela chamou de “envolvimento compreensivo”:

²⁷ Existia a possibilidade de dispensa do TCLE, baseada na resolução 510/2016 do CONEP, para algumas situações da pesquisa. No entanto, para a realização das entrevistas e para a abordagem de algumas questões, essa autorização foi necessária.

Aprendi, a duras penas, a cultivar o envolvimento compreensivo, isto é, a participação afetuosa e emocionada nos seus dramas diários, sem me deixar levar pela piedade que desemboca no paternalismo e na recusa à dignidade deles. (ZALUAR, 2000, p. 11)

Ainda na tentativa de amenizar a pobreza daquelas pessoas, trabalho como voluntária na organização de alguns eventos em datas festivas, como Dia das Crianças, Páscoa e Natal, além de participar também da elaboração de alguns eventos pessoais de moradores, como chás de bebê, aniversários, batizados e casamentos.

No entanto, ao mesmo tempo em que pertenço ao cotidiano daquelas famílias, não deixo de estar em situações de vulnerabilidade. A vulnerabilidade é algo relacional, dinâmico e não é específico ou característico de um determinado grupo, mas diz respeito a determinadas condições e conjunturas. Estar vulnerável é estar exposto a um combinado de diferentes riscos, podendo ser econômicos, naturais, culturais ou sociais, e que demandam ser enfrentados na tentativa de diminuir a vulnerabilidade. Um indivíduo vulnerável constrói o que Ayres (2018) qualifica como “relações de vulnerabilidade”, ou seja, quem está vulnerável está sempre vulnerável a algo e, por isso, seria mais coerente falar em “relações de vulnerabilização”. Esta relação relacional da vulnerabilidade, que pode remeter o leitor a uma díade, é uma dimensão pública, coletiva, que envolve aquela comunidade de sujeitos, diferentes níveis de vulnerabilidade marcados por divisões espaciais dentro do Tripé.

Enquanto pesquisadora, naquele contexto, eu me encontro vulnerável em inúmeras situações. Desde que começo este texto descrevendo meu trajeto, já mostro o quanto a distância e as diversas favelas, que estão sofrendo com as operações do exército e da Força Nacional, me colocam em risco, uma vez que o meu trajeto é fechado – isto é, não há uma rota de fuga possível - e que as balas perdidas são comuns nessa situação.

Quando chego ao meu destino, encontro barricadas de madeira, radinhos e armas em punho e devo abaixar o vidro para que me reconheçam. Caso isso não ocorra, posso sofrer algum tipo de violência. A entrada da polícia, a revista do exército, os tanques da força nacional e o tráfico trazem diferentes tipos de violência, a partir de determinadas construções de relação de vulnerabilidade durante minha presença em campo.

No entanto, apesar do meu corpo estar em risco de sofrer algum tipo de violência, existe algo maior que me deixa vulnerável: a dor. Ver o outro sofrer, definitivamente foi o maior desafio que precisei conseguir equilibrar para estar na favela, seja enquanto trabalhadora social, seja enquanto pesquisadora. Behar (1996) nomeou como “observador vulnerável” o momento em que a etnografia encontra, em sua escrita, o equilíbrio entre a conexão intelectual e emocional. Concordo com ela, ao afirmar que a vulnerabilidade deve estar explícita no texto para que contextos e argumentos sejam melhor compreendidos, explicitando a construção de relações intersubjetivas (na medida do possível) e as evidências empíricas. Não foi possível me desligar das emoções, da dor e da compaixão ao realizar essa pesquisa; algumas situações relatadas a seguir tornam esse fato evidente.

Era uma segunda feira de manhã e eu estava indo levar a Júlia na sua casa após o final de semana que passamos juntas. Júlia é minha afilhada e posso afirmar que este foi o melhor presente que a favela me deu. Ela é filha de Luíza, que aparece muitas vezes no meu texto enquanto interlocutora. No entanto, nossa relação transcende a de uma personagem chave, uma informante privilegiada ou alguém que me garante entrada e segurança naquele local. Luíza se tornou minha amiga pessoal, minha comadre, minha família, parte essencial do que sou hoje.

Conheci Luíza logo no início de meu trabalho em ONGs e, no começo, não tínhamos uma relação boa. Isso porque o local onde eu trabalhava só fazia doações de cestas básicas se pudéssemos tirar fotos das crianças e Luíza nunca aceitou isso. Encarava como uma exposição desnecessária de seus filhos e das outras crianças fotografadas. Desta forma, toda vez que eu chegava na favela e tentava me aproximar dela, ela virava as costas e se negava a receber qualquer tipo de doação ou ajuda que eu estivesse lhe oferecendo.

Quando Júlia nasceu, sem nenhum motivo aparente, aquele bebê gorducho e risonho se jogava no meu colo sempre que eu aparecia na favela, ainda que sua mãe não me dirigisse a palavra. Quando eu ia embora, ela chorava e esticava os bracinhos para que eu a pegasse no colo. E foi assim que fui convidada para ser madrinha, sempre com a ressalva que o convite se dava pelo amor que Júlia cultivou por mim e eu por ela. Mas, a partir dessa relação de compadrio, aquela família se tornou extensão da minha.

Voltando àquela segunda feira de manhã, quando eu estava entrando na favela para levar Júlia para sua casa, me deparei com uma blitz do exército e diminuí a velocidade. O soldado pediu que eu encostasse e eu fui abrindo a janela e já procurando meus documentos para tornar aquela parada o mais breve possível. Nos últimos meses, os relatos de desrespeito, abusos e extorsão advindos do exército ou forças armadas cresceu paralelamente com a entrada dos mesmos nas favelas do Rio de Janeiro. Por este motivo, um frio percorreu meu corpo e eu desejava acabar com aquilo rapidamente.

Entreguei meus documentos e ele solicitou que eu saísse do carro, me perguntando o que eu estava fazendo na favela. Acredito que, em um primeiro momento, ele imaginou que eu estivesse indo comprar drogas, mas como avistou Júlia sentada no banco de trás na cadeirinha, acredito que essa primeira impressão tenha desaparecido e, ao mesmo tempo, surgido outra: o que uma mulher branca, estudada (entreguei minha carteirinha da UERJ como justificativa para que eu estivesse na favela, por meio da pesquisa de mestrado) e visivelmente de outra classe social estava fazendo ali? Percebi nos olhos que percorriam meu corpo, como para achar uma explicação para minha presença naquele local, que, para ele, eu não devia estar ali. Aquela realidade não era minha e era quase inaceitável para ele que eu frequentasse aquele local.

Após eu explicar sobre a minha pesquisa e minha relação de compadrio com uma moradora da favela, ele me informou que faria uma revista no carro e eu me encaminhei à porta de trás para pegar a Júlia. Neste momento, o soldado se colocou na frente da porta, justificando que não era necessário retirar a criança do carro, pois era apenas uma revista. Eu insisti dizendo que não deixaria que ele entrasse no carro com uma arma e com uma criança dentro e o empurrei com a porta traseira. Quando retirei a Júlia e ele terminou a revista, ele ainda ratificou que, da próxima vez, eu deveria deixá-la dentro do carro. Eu novamente deixei claro que nunca teria permitido e nunca permitiria que isso ocorresse.

Quando já me afastava da blitz, olhei pelo retrovisor e avistei o Sr. José: um homem negro, de aproximadamente 50 anos, que estava saindo da favela para mais um dia de trabalho como tantos outros. Ele foi interceptado pela violência do exército. Eles pediram que o Sr. José lhes entregasse sua mochila e jogaram todo o seu conteúdo no chão. Seus objetos foram se misturando com a terra quente e suja

e, diferente de como se comportaram comigo, era como se a sua cor, diversa da minha, não merecesse respeito e um tratamento digno.

Virei a rua com as pernas trêmulas e o ar preso na garganta, pensando em como as relações de vulnerabilidade são relacionais. Eu estava em uma situação em que me senti em risco, desrespeitada, exposta a algo que me trazia medo, pois era desconhecido para mim. Entretanto, minha voz foi ouvida e respeitada pelo corpo pelo qual sou reconhecida e pelos privilégios que ele garante. O Sr. José não merece o mesmo respeito que eu e sua cor vale mais do que qualquer merecimento de respeito que todo indivíduo deva ter.

Quando cheguei à casa da Luíza, ainda com as pernas trêmulas, lhe contei o ocorrido e ela começou a enumerar nomes de moradores da favela que tinham passado por experiências piores do que aquela, afirmando, mesmo sem querer, que meus privilégios e o fato de eu ser branca, amenizaram o tratamento do soldado. Deu como exemplo sua filha Ana, mulher, negra, com 15 anos, que no dia anterior havia saído para ir à escola com a arma na cabeça.

Concordo com Parreiras (2018) que relatos como este são essenciais para gerar o que ela chama de um “corpus de conhecimento antropológico” que leve em consideração os aspectos afetivos, emocionais e os riscos da pesquisa de campo. Ou seja, o que narro aqui, ainda que seja subjetivo, ajuda a construir os sujeitos e, não menos importante, produzir o que a autora descreve como “persona pesquisadora”, que se torna parte fundamental de nossa constituição enquanto sujeitos. Desse modo, ainda de acordo com a autora, refletir sobre os riscos em campo não é apenas um detalhe, mas um modo de dar sentido ao próprio contexto de pesquisa e de pensar as vulnerabilidades de forma relacional e que fazem parte da experiência do pesquisador.

As armas, os radinhos, as drogas expostas sendo vendidas em pontos da favela não me fizeram me sentir ameaçada, com medo. Por mais que um possível confronto entre polícia e traficantes fosse algo iminente, enquanto eu estava fazendo campo, o que me fez me sentir em risco, desrespeitada e ferida foi aquela abordagem do exército. Não apenas comigo, mas principalmente com a Júlia e o sr. José. Pensar que eles vivenciam isso frequentemente é importante na tentativa de entender o contexto no qual desenvolvo a minha pesquisa, bem como as muitas

situações em que o pesquisador se encontra vulnerável. Isso se assemelha ao que é narrado e proposto por Parreiras (2018), quando descreve uma tentativa de abuso sexual sofrida em campo, ao realizar também pesquisas em favelas. Há, na vulnerabilidade, uma aproximação entre pesquisador e os sujeitos de pesquisa, por vivenciarem situações muito semelhantes.

Neste capítulo, o objetivo era mostrar e descrever os caminhos que me levaram à Favela do Tripé e os motivos que me fizeram realizar a pesquisa neste local. Essa descrição é importante para ajudar a compreender quem são as pessoas que ocupam este território e como elas se relacionam com ele. Além disso, permite compreender minha inserção nesse contexto. São essas relações de confiança que me permitiram realizar a pesquisa e obter os dados que serão apresentados nos capítulos seguintes.

Capítulo 2 - Compreendendo gênero, alimentação e cuidado através do Programa Bolsa Família

Era um dia comum. Eu já havia terminado meu campo e estava sentada na entrada do beco, onde minha comadre Luíza mora, brincando com as crianças e jogando conversa fora com ela e mais duas vizinhas. Estávamos falando sobre as alternativas que elas estavam encontrando para aumentar a renda da família. Elas sempre acham na comida um meio de conseguir um dinheiro extra, por isso trocávamos receitas de bolos e tortas. As crianças estavam brincando de bola, de boneca, soltando pipa e correndo de um lado para o outro depois de retornarem da escola. Eu já estava quase indo embora, pois já eram 19 horas e o meu trajeto de volta para casa é longo. Além disso, esse percurso está se tornando cada vez mais perigoso por causa da intervenção militar, que realiza operações nas favelas, colocando em risco quem está passando por perto.

Quando levantei para me despedir das crianças, ouvi um barulho que parecia tiro, mas fiquei parada para ter certeza. Isto porque, no paiol de Deodoro, existem algumas explosões que eu sempre confundo com disparos de arma. Nessa fração de segundo, em que eu tentei ter certeza do que se tratava, vi duas mulheres correndo dobrando a esquina, uma delas com um bebê no colo. Quando nos viram, gritaram: “corre, corre que é tiro”. Ao mesmo tempo em que nos preparamos para correr, observei também um menino vindo da mesma direção com um saco plástico cheio de drogas, tentando fugir do exército que tinha entrado na favela atirando.

Fui empurrando algumas pessoas para dentro do beco e olhando para trás, para ver se estava faltando alguém. As crianças, que brincavam nas ruas, rapidamente entraram nas casas que tinham as portas abertas e nós corremos para a casa de Luíza. O pequeno corredor, que liga a rua à sua casa, é curto e estreito. Na tentativa de correr e pegar as crianças, acabei ferindo meu braço na parede de chapisco. Luíza foi a última a entrar, pois ela ia tentando salvar as crianças que estavam na rua e, ao mesmo tempo, gritava o nome de seu filho de 8 anos que estava soltando pipa. Sem perceber que ele já havia entrado em casa, ela gritava muito alto o nome dele e não conseguia escutar que ele lhe respondia avisando que já estava seguro.

Ao entrarmos, notei que algumas pessoas vieram atrás de nós para se proteger dos tiros e a sala ficou cheia. Ao todo, éramos oito adultos e sete crianças espremidas no pequeno cômodo. Algumas estavam sentadas no pequeno sofá,

outras amontoadas no chão e eu estava ali em pé, escorada na parede. Começamos a falar como aquilo era absurdo e como poderia acontecer a poucos meses para a eleição (era agosto de 2018, as eleições para presidente da república, governador, senado, câmara federal e estadual aconteceriam dois meses depois). A menina que estava com o bebê no colo resmungou sobre a possível vitória de um candidato à presidência que, segundo ela, seria responsável pelo aumento da violência e operações do exército, com mais risco aos moradores, já que entram atirando. Ela disse que, se ele vencesse, aquilo ia piorar e eles estariam perdidos.

Ela e a sua prima estavam preocupadas e pediram nosso celular para entrar em contato com a sua avó, que estava em casa e devia estar muito apreensiva ao ouvir os tiros e saber que elas estavam na rua. Contou-me que saiu de casa para procurar seu irmão, pois já estava ficando tarde e ele estava em condicional. Foi preso enquanto trabalhava no tráfico, mas “graças a Deus saiu disso, conseguiu sair, ainda que com uma pulseira no tornozelo”. Por isso, elas ficam sempre nervosas ao anoitecer, pois, se a polícia entrar, ele seria o primeiro alvo.

As crianças menores estavam ali brincando, sem entender muito o que estava acontecendo e porque foram puxadas para dentro de casa. E nós estávamos tentando reconhecer os barulhos do perigo que rondava a rua.

Luíza nos pediu silêncio e alertou que muito barulho poderia trazer os policiais para dentro de casa. Ela contou que eles têm feito isso ultimamente: entram nas casas para revistar e muitas vezes chutam as portas e destroem tudo que tem dentro. Ao fazermos silêncio, começamos a ouvir melhor o que estava acontecendo do lado de fora. Percebemos que, além dos tiros, havia vozes, gritos desesperados de mulheres, de mães, tias, avós que, com os disparos das armas, iam para as ruas gritando o nome de seus filhos. Esse dueto é marcante em meu trabalho de campo: o ruído de tiros e o de mulheres que se expunham por desespero.

Fiquei ali parada, com um nó na garganta, olhando para todas aquelas crianças na minha frente e tentando assimilar que elas poderiam ser um daqueles nomes que estavam sendo procurados. Eu estava estarrecida, pensando em como aquelas vidas eram frágeis. Vidas que pouco valem. Aquelas crianças me entregavam brinquedos para que eu brincasse com elas, sem saberem que elas são perseguidas todos os dias, são corpos vistos como inimigos. Fiquei estática, sem conseguir me mexer. Diferente de Luíza, que, ao ouvir os gritos das mães, abriu a porta de casa e foi para o beco se comunicar e responder a algumas delas, que

tinham seus filhos protegidos por nós, dentro de casa. Como se fosse uma chamada de escola, Luíza ia gritando o nome das crianças que estavam na sua casa, para que as mães entrassem e esperassem o cessar dos tiros.

Não sei quanto tempo fiquei ali, mas me pareceu uma eternidade. O silêncio era produzido pelo barulho de armas e gritos, pelo antagonismo de violência e de amor, da morte e da vida, que resultam em três visões de cuidado. Uma pública, que falhou enquanto aplicação, uma vez que o Estado enxerga aquelas vidas faveladas enquanto um risco e por isso podem ser executadas; uma privada que, na tentativa de se sobrepor à negligência, se coloca em risco em nome do zelo; e uma comunitária, na qual as redes entre vizinhos se fortalecem em busca de proteção.

Finalmente, aquilo pareceu terminar e conseguimos ir para a rua. Nas portas, estavam aquelas mães, sussurrando e criando uma rede de busca às crianças que ainda não haviam aparecido. Elas mostravam os celulares uma para as outras com mensagens de algumas pessoas que estavam com crianças em casa e que alguma delas poderia ser seus filhos. Iam se comunicando umas com as outras para tentar encontrá-los.

Eu me propus a ficar para ajudar, mas elas me mandaram ir embora, “de vidro aberto e luz interna acesa, vai rápido”. Ao ser alertada, fui caminhando para o meu carro, ainda trêmula e com uma sensação de impotência e covardia, por deixá-las naquela situação à procura de seus filhos. Quando entrei no carro, percebi que no meu celular havia algumas ligações perdidas da minha mãe. Ela soube da entrada do exército pelas redes sociais e estava também preocupada com a sua filha, mas eu estava voltando para casa. Dez minutos depois soube que o exército havia entrado novamente na favela.

Essa história faz parte de uma das muitas que tenho registradas em meu diário de campo. Minha escolha por começar o capítulo com essa narrativa se deve ao fato de ela ser um ponto de partida para a discussão sobre cuidado, que se mostra interligado a gênero, alimentação e às diversas relações que surgem entre as beneficiárias²⁸ do PBF.

Ainda sobre o caso descrito acima, é possível observá-lo como um exemplo do que estou chamando de cuidado. Nele, vemos as mães assumindo a frente nas questões relativas ao cuidado, uma vez que, no momento do tiroteio, chegam a se

²⁸ Utilizo sempre as mulheres enquanto receptoras por só ter encontrado um homem responsável pelo recebimento do PBF na minha pesquisa de campo.

colocar em risco para tentar proteger seus filhos. Neste episódio que vivenciei, não observei nenhuma figura masculina envolvida na procura das crianças que estavam na rua durante a entrada do exército.

A favela não é feita apenas por mulheres, mas os únicos homens envolvidos nessa situação eram os ligados ao tráfico e ao exército. O aviso sobre o perigo veio de mulheres. Os gritos à procura das crianças eram de mulheres. O encontro nos portões das casas para tentar achar as crianças também era realizado por mulheres e eram elas que se mantiveram na rua durante a troca de tiros.

Esse exemplo é uma situação extrema, mas recorrente no local, não só no que diz respeito à entrada do exército, mas também ao cuidado diário com as crianças. O extremo aqui é corriqueiro. São as mães que executam todas as funções de zelo e responsabilidade em relação aos filhos e à casa. Dentre esses cuidados, poderia citar alguns: mobilidade; alimentação; educação; trabalhos domésticos; compras; consumo; e toda a burocracia que envolve documentos e o próprio Bolsa Família, que colocou a mulher como principal responsável pelos filhos.

Ainda em relação ao caso descrito, é possível realizar uma análise baseada em estudos recentes sobre violência e o papel assumido pelas mães. Paula Lacerda (2015), em seu trabalho que analisa o caso dos meninos emasculados em Altamira, faz uma relação entre gênero e maternidade, pois, segundo ela, cabe socialmente à mãe a responsabilidade de proteger o filho e, posteriormente, usar a dor como um mecanismo de busca de justiça. Além desse cruzamento, ela também faz outro, no que diz respeito a gênero, maternidade e classe social, pois o surgimento da maternidade está ligado à própria noção de pessoa e à configuração do sujeito moral em contextos de camadas mais populares.

Farias e Vianna (2011) discutem sobre as relações de gênero e violência, em que há uma mobilização da condição de mãe como “autoridade moral” na busca por justiça, após a morte de seus filhos pela Polícia Militar do Rio de Janeiro. As autoras mostram que são as mães as “protagonistas políticas” (p. 93) e, por isso, criam estratégias para se fazerem ouvir e para demonstrar a importância dos corpos de seus filhos, vistos muitas vezes como dispensáveis e expostos a riscos constantes.

Embora este tenha sido um caso a partir do qual podemos refletir de forma mais ampliada sobre o cuidado das mães, inspirada em minha pesquisa de campo, farei uma discussão mais centrada no que diz respeito ao cuidado em sua relação com uma política pública, o Programa Bolsa Família.

Em relação ao conceito de cuidado, a perspectiva adotada, nesta dissertação, está de acordo com o proposto por Annemarie Mol (2008) e Mol, Moser e Pols (2010). Algo apontado pelas autoras é que, durante muito tempo, a dimensão do cuidado esteve ausente das reflexões antropológicas, sociológicas e da área de saúde. Recentemente, isso começa a mudar e as dimensões em torno do cuidado ganham proeminência. Ao invés de falar simplesmente de cuidado e buscar defini-lo, Mol (2008) mostra ser mais interessante utilizar a ideia de “lógica do cuidado”, o que permite deixar clara sua dinâmica processual.

É importante lembrar também que cuidado possui uma dimensão subjetiva ligada ao que Mol (2008) chama de “escolha individual”, atrelada ao pensamento ocidental e que seria diretamente relacionada à escolha do indivíduo e à construção de sua autonomia. Relativamente à “lógica do cuidado”, o que importa é o que as pessoas fazem, em que tipo de atividades estão engajadas, quais são suas práticas. Assim,

Care is a process: it does not have clear boundaries. It is open-ended. This is not a matter of size; it does not mean that a care process is larger, more encompassing, than the devices and activities that are a part of it. Instead, it is a matter of time. For care is not a (small or large) product that changes hands, but a matter of various hands working together (over time) towards a result. Care is not a transaction in which something is exchanged (a product against a price); but an interaction in which the action goes back and forth (in an ongoing process) (MOL, 2008, p. 18).²⁹

Esse conceito pode ser útil para entender como as pessoas assumem de fato esse compromisso de atenção aos filhos e à vida familiar nos seus muitos âmbitos. A partir dele, é possível entender que mecanismos são mobilizados pelas beneficiárias e que poderiam ajudar a compreender como cuidado ganha significado contextualmente.

No entanto, deve-se ter em mente que o cuidado é uma categoria que está além do subjetivo, implicando em políticas sociais específicas. O Bolsa Família, de certo modo, é uma destas políticas estatais que têm, em sua base, uma ideia

²⁹ Cuidado é um processo: ele não possui limites claros. É algo em aberto. Não se trata de tamanho; não significa que um processo de cuidado é maior, mais abrangente do que os dispositivos e atividades que são parte dele. Ao invés disso, é uma questão de tempo. Cuidado não é um produto (pequeno ou grande) que muda de mãos, mas uma questão de várias mãos trabalhando juntas (ao longo do tempo) para um resultado. Cuidado não é uma transação em que algo é trocado (um produto contra um preço); mas uma interação em que a ação vai e volta (em um processo contínuo). (Tradução livre).

específica de cuidado. Por isso, se faz indispensável discutir como ele é vivenciado na prática, indo além dos pontos que o caracterizam como uma política pública.

Ao acompanhar as trajetórias de algumas beneficiárias da Favela do Tripé, o objetivo é mostrar como uma política ampla de transferência de renda é ressignificada na prática e nos permite entender os modos como os sujeitos escolhem e criam relações a partir do uso do benefício. Algumas destas relações poderíamos, sem dúvida, caracterizar como cuidado. Em outras palavras, não se trata de uma dissertação sobre o PBF. Sem dúvida, o programa informava meus primeiros questionamentos, visto ser o que eu via ali como um fio que unia aquelas pessoas. Percebi posteriormente que o PBF é um personagem importante, mas um entre tantos outros, em uma dinâmica que envolve corpos, vidas, estigma e preconceito, alimentação, moralidades, gênero, violência e dinheiro, termos que hoje tenho dificuldade em separar.

2.1- “Depois do Bolsa Família virei gente”: alimentação e convenções de gênero.

Durante a pesquisa de campo, algo perceptível foi a relação de cuidado, evidenciada por meio dos alimentos ofertados pela mãe aos seus filhos. Como exemplo, posso citar a relação de Luíza com determinados alimentos. Ela separa iogurte para os seus filhos mais novos, pois acredita que o produto faz parte do que ela considera essencial a uma alimentação saudável, que ela precisa oferecer para que eles cresçam com saúde. Já os mais velhos são repreendidos quando querem comer o iogurte, pois eles não precisam mais daquele alimento por já estarem grandes. Também o leite em pó e as farinhas lácteas são reservados aos mais novos, visto que leite é mais um desses alimentos que são considerados essenciais para o crescimento das crianças e, por isso, não é permitido aos mais velhos o consumo em caso de escassez.

As mães fazem as escolhas dos produtos que oferecem aos seus filhos baseadas no que elas acreditam ser melhor para a saúde deles. O crescimento saudável e a prevenção de doenças são sempre pontos relevantes, levados em consideração no momento da escolha da refeição.

Ainda nesse sentido, parte-se do princípio da importância da alimentação não apenas sob uma perspectiva nutricional, mas também simbólica, social e histórica, uma vez que essas escolhas são baseadas em experiências familiares de alimentos

que são ou não bons para o consumo. Barbosa (2007) afirma que questões políticas e ideológicas se relacionam aos hábitos alimentares para além do biológico, mas como algo ético e moral.

Tomando Mauss (2003) como inspiração, é possível pensar na dietética como uma “técnica do corpo”. Técnica, para ele, se relaciona com aprendizagem, sendo que toda técnica tem uma forma específica e é aprendida, levando à conclusão que as atitudes do corpo e em relação ao corpo vêm de um aprendizado e da aquisição de hábitos. Os diferentes modos de agir são técnicas do corpo, em que o corpo, enquanto instrumento do homem, é “montado” pelo indivíduo e pela educação, que depende do grupo social do qual o indivíduo faz parte e do lugar que ele ocupa nesse grupo.

No caso da Favela do Tripé, as escolhas que eles fazem em relação ao que comprar com o dinheiro do PBF, vem de acordo com um aprendizado social dentro de um grupo social. Por esse motivo, causa estranheza alguém fugir dos itens que são permitidos de se adquirir com o dinheiro do benefício, sendo julgado eticamente.

Não são apenas as crianças que têm sua alimentação regulada pelas mulheres. Quando na família há um homem, suas refeições, ou pelo menos grande parte delas, são também de responsabilidade das mulheres. O arroz, feijão e a proteína - ou “mistura”, utilizando um termo êmico – são, para elas, bases de uma alimentação saudável, mais até do que legumes e verduras, que aparecem como alimentos complementares e não essenciais.

Procurando explicações para o uso do termo “mistura”, elas esclareceram que o feijão e arroz são a base do prato e o que se encontra em maior quantidade. Assim, a proteína é misturada para compor a refeição, uma vez que, em função do alto preço, as famílias a consomem em menor quantidade e geralmente em preparações onde ela é encontrada em pequenos pedaços para que todos da família possam comer. Sendo assim a proteína é misturada aos alimentos principais, representados pelo arroz e pelo feijão.

Outra observação importante sobre a “mistura”: a prioridade do consumo da proteína é sempre de quem trabalha. Como, na maioria das casas em que realizei campo, eram os homens os chefes da família, eles obtinham prioridade em comer a carne. Segundo minhas interlocutoras, eles precisavam da “mistura” para ter forças para chegar ao final do dia de trabalho, o que evidencia que a comida, e mais

claramente a “mistura”, é compreendida como símbolo de força, pensando em uma dimensão socio-antropológica do ato de comer.

Podemos inclusive buscar uma aproximação entre o papel simbólico que carne e iogurte têm neste contexto. Ambos são produtos diferentemente valorizados, na medida em que estão relacionados com períodos onde há mais dinheiro. No caso da carne, ela é necessária para agradar aos homens/companheiros, sendo que é o que eles necessitariam para serem saudáveis e para dar força para o trabalho. A carne também está ligada à mudança de poder aquisitivo, mostrando que a família está em uma situação melhor (e é importante lembrar que muitas dessas famílias viviam em situações de escassez e o PBF modifica este quadro). Já o iogurte, que poderia ser considerado um luxo ainda maior, satisfaz ao que se entende como a necessidade das crianças, enquanto pessoas em desenvolvimento. Assim, é importante pensar nessa simbologia de alguns alimentos, já que eles são indicadores de uma ideia de alimentação saudável e ideal e também nos mostram as escolhas de uso do dinheiro recebido (e, mais especificamente, com esse “dinheiro especial” do PBF).

Durante o campo, observei que algumas famílias estavam passando por dificuldades financeiras devido ao corte do PBF. Por isso, a realidade da fome já as assombrava. Elas relataram falta de leite e iogurte para as crianças, ausência de mistura para a família e dificuldade em comprar a cesta básica. Algumas mulheres reclamaram com tristeza que, muitas vezes, só lhes sobra dinheiro para comprar fubá e ovo. A inserção de alimentos como o fubá é sinônimo de fome, pois as remete à infância, período em que a miséria fazia parte da vida de suas famílias. Nesse período, elas ficavam meses consumindo apenas esse alimento. Isso se justifica pelo preço baixo do fubá e do ovo. Este último é adquirido, na favela, em kombis que vendem 30 unidades por 10 reais. Essas mesmas kombis têm ajudado muito na aquisição de alimentos, já que vendem sobras de verduras e legumes por um preço muito abaixo do praticado em outros locais. Há também um futuro candidato a vereador que vai uma vez por mês distribuir frutas e legumes para os moradores, sobras da sua banca na feira do bairro vizinho.

Outra realidade que já observo no campo e já foi narrada acima, se refere ao aumento do gás, que fez com que algumas das minhas interlocutoras buscassem novas soluções para diminuir o consumo. Joana, por exemplo, construiu um fogão a lenha e deixou o seu antigo, que funcionava a gás, apenas para emergências. Ela

costuma emprestar o fogão para as vizinhas cozinharem. Além disso, em situações de festa, ela fica responsável pelo cozimento de alimentos mais demorados, já que seu gasto é menor. Outras moradoras passaram a cozinhar com menor frequência, deixando de comer “comida fresca” todos os dias, o que as incomoda muito.

Pensando na relação entre gênero, vida familiar e alimentação, alguns relatos de mulheres mostram que elas veem como responsabilidade do companheiro “colocar comida em casa”, dar dinheiro para que a mulher compre os insumos alimentares e o que mais estiver precisando. Entretanto, é importante ressaltar que esta responsabilidade é limitada aos filhos dele, ou seja, se a mulher tiver filhos anteriores a essa relação, ele não tem a obrigação de cuidar deles e, na maioria das vezes, não o faz.

Segundo as falas apresentadas, as relações e o bem-estar entre os parceiros dependem do esforço do homem em conseguir prover à sua família uma alimentação de qualidade e diversificada, não no que se refere à qualidade nutricional, mas à presença ou não de mistura nas refeições. Nas famílias que possuem crianças menores, conforme já foi mostrado, é indispensável iogurte, leite em pó, fralda, frutas e legumes. Há uma exigência de que os parceiros assumam uma função de cuidado, mas isto raramente acontece, o que gera constantes conflitos, desentendimentos e acusações.

O caso de Joana exemplifica uma relação conflituosa, que tem como causa as acusações de falta de cuidado envolvendo o seu companheiro e os filhos. Joana é uma mulher nascida no interior de Minas Gerais, de 40 anos de idade, branca e mãe de 4 filhos, um já falecido. Quando a conheci, ela vivia com Manoel, pai de seu filho mais novo. Os cinco viviam em um barraco debaixo do viaduto, sendo que, durante as obras de revitalização para os Jogos Olímpicos de 2016, Manoel estava empregado na construção civil. Durante esse período, Joana conta que houve fartura em casa e a renda não era restrita ao recebimento do Programa Bolsa Família. Eu mesma cheguei a testemunhar Manoel chegando com grandes sacos de legumes e frutas, comprados a preços mais baixos nas kombis ou na xepa da feira de bairros vizinhos, cerveja e ingredientes para churrascos, que aconteciam quase todo final de semana, em frente à casa deles.

Mas, com o fim das obras, Manoel perdeu o emprego e “se acomodou”, deixando de exercer o papel que era esperado como provedor de seu filho. O tempo todo, Joana ressaltou que a relação de Manoel com seus filhos de relacionamentos

anteriores era problemática, já que ele reclamava de dividir com eles a comida que comprava. Um trecho do meu diário de campo ajuda a entender melhor a história de Joana:

Quando cheguei ao Tripé hoje, vi Joana sentada na cadeira de sempre em frente à sua casa. Parecia triste. Fui falar com ela e ver se podia ajudar em algo. Ela então me contou que tinha brigado com Manoel, seu companheiro, e que tinham dividido a casa de novo. O problema eram os filhos dela de outros relacionamentos. Ela começou a dizer que estava cansada de Manoel não trabalhar e não se esforçar para trazer alguma coisa para casa. Que ela era agora a única responsável pela renda, formada pelo bolsa família de 3 filhos e uma pequena pensão paga pelo pai de um deles. E que ela tinha tomado uma decisão: todo esse dinheiro seria para cuidar dos filhos, especialmente da compra de alimentos (iogurte, farinha, arroz, feijão e alguma carne, como ela citou) para eles. (Diário de campo, 2018)

Outro exemplo é contado por Luíza, reclamando sobre o seu marido Juca, pai de seus dois filhos mais novos: Júlia, de 3 anos e Arthur, de 2 anos.

Não sei como o Juca me chamou pra beber, tu sabe que ele nunca me leva pro bar. Tava eu, a irmã dele, o marido e o Arthur. O Arthur estava com um pacote de biscoito na mão e a irmã do Juca pediu um. Claro que ele não deu e ela veio reclamar comigo. É criança, né, Vivi. Ela estava só implicando com ele sem motivo. Mas aí, ela encheu tanto o saco dele que ele saiu correndo pro beco e estava passando um carro. Sabe como o Arthur é, não parou e o carro esbarrou nele. Foi só de leve mesmo. Ele caiu porque o carro bateu nele, mas o carro estava devagar e não aconteceu nada. Mas você sabe, bastou pro Juca começar a gritar e falar que eu não tomo conta dos meus filhos, que não olho eles, que quando eu bebo eu perco a noção das coisas, que começo a gritar. Aí tu já viu, comecei a fazer um escândalo mesmo e gritei na frente de todo mundo. Falei pra ele que eu nem tinha feito filho com dedo, que ele também era responsável por eles e que devia também olhar pra eles. É tudo nas minhas costas, ele quer uma empregada e nem comida está colocando dentro de casa. Ele não fica com eles nem pra eu tomar um banho e já fica reclamando que eles não param quietos. Viviane, tudo sou eu. Com a pensão e o Bolsa Família, eu tenho que dar conta de três casas e ainda quando a Bianca aparece, tenho que ajudar ela também por causa do meu neto. Ele começou a gritar, ficou muito puto quando falei alto que ele não

estava colocando comida em casa e me deu um empurrão. Eu peguei o Arthur e fui embora, e ele continuou lá bebendo. (Luíza, 33 anos)

Segundo os relatos acima, de Luíza e de Joana, algumas brigas, causadas pela falta de provimento do companheiro, podem resultar não apenas em separação, mas também em agressão física. Isso porque eles sentem que sua masculinidade foi ferida, depois da acusação de que não conseguem ser responsáveis por sua família.

Na maioria das vezes, esses desentendimentos não resultam em nada além de um rompimento breve, mas a mulher só recebe o marido de volta caso ele volte a empregar o dinheiro no abastecimento da casa. Entretanto, elas relatam que, após o recebimento do benefício do PBF, pode haver um rompimento deste movimento cíclico, pois elas podem pagar pelo sustento da casa e não precisam mais ficar dependendo do homem e aceitando certos tipos de relações que elas consideram abusivas. Com o relato abaixo, exemplifico o que elas consideram como relação abusiva e o que se torna inaceitável para elas:

Ele me segurou pelo braço e me deixou roxa, olha aqui como está. Outro dia ele chegou bêbado e jogou um balde de água gelada no meu filho que estava dormindo. Assim, sem mais nem menos. Em primeiro lugar, são os meus filhos. Não sei se penso assim porque minha mãe deu um pra cada um, comigo e com meus irmãos. Eu devo ter irmão espalhado por tudo que é lugar. Aí, quando meus filhos nasceram eu quis fazer diferente. Ele não está trabalhando, não coloca um iogurte dentro de casa, ainda fica do lado de fora bebendo todos os dias. Você vê quando chega aqui, ele está sempre sentado bebendo e ainda me bate? Não preciso passar por isso. Eu estou sustentando a casa toda, compro iogurte, leite. Quando peço pra ele, ele ainda me pergunta se já acabou o leite. Vivi, é um leite por semana. De jeito nenhum, eu tenho o Bolsa, arrumo minhas faxinas e não vou mais passar por isso não. (Joana, 40 anos)

Outro ponto muito importante nessas relações diz respeito à vida social que o homem proporciona para a sua família. É muito comum que se tenha festas com bebida alcoólica, churrasco ou almoços que são oferecidos para os outros moradores da favela, sem que haja nenhuma data festiva. Alguns moradores oferecem refeições aos seus vizinhos, sem que isso represente afeto ou cuidado, mas para “ostentar” uma melhor condição financeira. Inclusive, quando há esses

momentos de sociabilidade, é comum vê-los postando fotos de comida e bebida em seus perfis do Facebook.³⁰

A este homem também é destinada a melhor comida, ou seja, a melhor e maior quantidade de mistura, e a melhor bebida. No churrasco, o homem é o responsável por acender a churrasqueira, sendo inegociável esta função. A bebida também é comprada atendendo às suas preferências.

Esta situação pode ser analisada por meio do que Sahlins (2003) chama de “razão cultural”. De acordo com este autor, todo objeto ganha movimento a partir do significado que lhe é atribuído socialmente. O mesmo vale para os alimentos, sendo que Sahlins analisa as preferências de comida e alguns tabus envolvendo a comestibilidade ou não de certos animais na sociedade americana. Ele também mostra como, entre os americanos, a carne é o elemento central da alimentação, sendo que carboidratos e legumes são um “apoio periférico” (p. 171). Ele encontra na centralidade da carne o “polo masculino de um código sexual da comida”, o que significa dizer que a carne é associada à força e à virilidade.

Ao analisar a centralidade que a carne (mistura) ganha no contexto estudado, podemos perceber uma ideia parecida com a expressa por Sahlins: a carne é destinada, primeiramente, ao marido e é ele, em situações sociais públicas, o responsável pelo seu preparo, o que nos evidencia questões de gênero, mostrando o homem enquanto indivíduo superior e forte. Por isso, é ele o responsável pela preparação do prato principal de um churrasco, um evento que está além da vida privada, sob a vista de vizinhos, que poderão reconhecê-lo enquanto provedor. À mulher, cabe a preparação dos acompanhamentos, alimentos menos importantes em um churrasco. Sendo assim, a comida, mais uma vez, demonstra sua função social, com seus símbolos, regras e tabus.

Luíza, por exemplo, divide seu dia entre limpar, cozinhar para a família e levar e buscar as crianças na escola. Seu companheiro possui horários específicos para

³⁰ Ao longo da minha relação com os moradores da Favela do Tripé, fui adicionada na rede social Facebook por vários deles. Ao contrário do que se imagina, eles fazem um uso intenso do Facebook e do Whatsapp. Acompanho suas atividades nessas redes e sempre me chamou muita atenção o quanto há uma preocupação de fazer postagens que ostentem o que consideram ser uma condição melhor do que os vizinhos. Não é um objetivo da pesquisa refletir mais a fundo sobre essas interações online, mas as cito aqui como forma de exemplo. Para uma análise do modo como os marcadores sociais da diferença impactam no uso de tecnologias digitais por moradores de favelas e nas desigualdades digitais, ver Parreiras (2017, 2018). Outra argumentação interessante no que se refere ao uso de tecnologia entre pessoas de classes sociais mais baixas, ver Spyer (2018).

todas as refeições e, antes de fazer qualquer atividade, Luíza deixa tudo pronto para que ele coma sem atrasos. A ele, é reservado sempre o melhor e maior pedaço da carne e, do mesmo modo, dificilmente será preparado algo como macarrão ou carne moída, já que ele não aprecia tais alimentos.

Com estes relatos, pude observar que, no caso de mulheres que tiveram o PBF cortado, elas se submetem às vontades do companheiro e às suas preferências, tendo reafirmadas as convenções de gênero. Pode se dizer que o corte impõe restrições à autonomia dessas mulheres, provocando uma reconfiguração das relações conjugais e reiterando convenções tradicionais de gênero, que demarcam nitidamente os papéis sociais de homens e mulheres (e que não leva em consideração uma mulher autônoma).

Há também mulheres que são responsáveis pela família, atuando como provedoras. Parece que, a partir do recebimento do Bolsa Família, elas tiveram aumentada sua possibilidade de escolha não só alimentar, mas também em outros âmbitos de suas vidas, como as relações afetivas. A história contada por Joana, em uma das entrevistas, é um bom exemplo desta situação. Além dos seus quatro filhos, Joana adotou recentemente um menino de 18 anos. Sua única filha mulher morreu há 2 anos com apenas 18 anos, deixando uma filha. Solteira, católica e criada no Tripé, ela foi morar durante 11 anos em Minas, mas está de volta desde 2012, conforme o filho fez as contas quando perguntei. Estudou até o quarto ano no Rio e, em Minas, completou o ensino fundamental, embora não tenha qualquer comprovação disso.

Ela está trabalhando como doméstica em uma casa em Jacarepaguá, desde que seu marido perdeu o emprego e eles começaram a se desentender, mas não está satisfeita:

Só deus com a minha patroa, olha aqui o vídeo da casa dela....tudo espalhado no chão, uma nojeira só...calcinha espalhada, comida no chão...mas eu preciso né...pela primeira vez estou pagando meu INSS, já é a segunda parcela. Sempre trabalhei, mas nunca assinei. (Joana, 40 anos)

Quando a questiono sobre o PBF, Joana relata recebê-lo há 8 anos e diz que o principal motivo que a impulsionou a procurá-lo teria sido a dificuldade em criar três crianças sozinha, quando morava em Minas. Ela conta como era difícil fazer faxina, lavar roupa pra fora e não ter ninguém além dela para alimentar os filhos:

Eu trabalhava muito Vivi, de doer as mãos, por uma caixinha de leite. Eu lavava, passava, limpava pros outros, todo dia, sem descanso. Então, qualquer coisa que eu recebesse já ajudava. No começo eu recebia 90 reais do Bolsa Família, mas ajudava muito. Ó, eu comprei meu micro-ondas, minha geladeira, meu fogão...tudo com o dinheiro do Bolsa Família. (Joana, 40 anos)

A história de Rita, também entrevistada durante a pesquisa de campo, mostra mais benefícios trazidos pelo PBF para a autonomia dessas mulheres, além de associar a tarefa de cuidado às mães. Rita é uma mulher negra, de 30 anos, solteira, evangélica. Estudou até o primeiro ano do então chamado segundo grau e mora na Favela do Tripé desde tão pequena, que ela nem consegue me dizer com quantos anos teria se mudado para lá. Disse não ter memória dessa época. Ela está desempregada, mas relata sempre ter trabalhado muito. Agora, para sustentar a família, está vendendo biscoito no semáforo próximo à sua residência.

Rita mora com seus cinco filhos com as seguintes idades: 20, 19, 14, 7 e 1 ano e 6 meses. Entretanto, conforme vamos conversando, ela me conta que sua filha de 14 anos só volta para a casa aos finais de semana, pois está, desde pequena, com a madrinha. Conta que fez um acordo para que a filha tivesse melhores condições na vida e conseguisse estudar, já que a madrinha pode pagar uma escola particular. Segundo Rita, “a madrinha é classe média”, não precisa da ajuda do Programa Bolsa Família.

Claudia Fonseca (1998), em seu artigo “Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse”, analisa a circulação de crianças nas camadas mais populares, em um contexto ampliado de adoção nacional e internacional. Ela constata que 100 de 120 famílias pesquisadas haviam passado sua infância em lugares diferentes do lar materno. A autora discute sobre o arranjo em torno da criação de uma criança que circula em outras famílias, observando que, diferentemente de uma adoção legal, a mãe não é destituída de sua autoridade parental. Ela apenas conta com a ajuda de alguém em uma situação financeira melhor do que a dela, na maioria das vezes algum parente, para criar seu filho por um determinado tempo ou durante o período em que uma criança precisa de cuidado.

Na Favela do Tripé, essa circulação, embora incomum, pode ser observada em algumas famílias. Algumas crianças são criadas pelas suas avós, geralmente as

maternas, por suas tias e madrinhas. Na maioria das vezes, esse arranjo se dá com o objetivo de proporcionar uma vida melhor para a criança, com uma alimentação mais diversificada, ou a inserção em escolas particulares, atividades extracurriculares e uma moradia mais segura. Entretanto, também já observei casos em que isto ocorreu em decorrência da prisão da mãe ou do pai, precisando de alguém que se responsabilizasse pela criação de menores de idade.

Retornando à entrevista da Rita, questionei sobre quais filhos estavam recebendo o BF e ela me diz que os dois maiores, de 20 e 19, mas desconhece os motivos dos outros não receberem, pois ela já fez a solicitação da filha de sete e da de 1 ano e 6 meses. Conforme a entrevista vai se centralizando no PBF, ela vai falando mais sobre a vida dos filhos.

Quando ela se separou do seu último companheiro, a filha de 7 anos ficou morando com o pai, que também tinha uma condição “mais ou menos de vida” e que até a matriculou em uma escola particular. Com o tempo, ele foi cobrando dinheiro à Rita, pedindo que ela assumisse algumas contas da filha e, desta forma, ela decidiu pegar a filha de volta, colocá-la em uma escola municipal e solicitar o BF.

*Se for pra eu ter que sustentar ela, que ela more comigo. Não tenho dinheiro para mandar pra lá, tem os outros meninos que preciso sustentar. Depois, eu pedi o Bolsa e sei que o arroz e o feijão não vão faltar. Aí eu trabalho no sinal pra comprar o resto. Uma mistura, um iogurte... Melhor ter todos comigo.
(Rita, 30 anos)*

Começamos então a conversar sobre o motivo de ter buscado o PBF, há 14 anos. Ela contou que trabalhava em casa de família como doméstica, mas não conseguia sustentar os filhos e, para não ter que fazê-los trabalhar, foi solicitar o recurso. Assim, ela conseguia garantir que eles permanecessem na escola e utilizava o dinheiro para alimentação.

Conversamos sobre os pais de seus filhos e as responsabilidades que eles acabavam por não cumprir. Rita foi muito assertiva ao me dizer que os filhos são sempre da mãe e, por isso, nós mulheres não devemos esperar que um homem se preocupe com as crianças. Terminamos a entrevista e ela pediu para adicionar uma fala à sua narrativa:

Posso falar mais uma coisa? O amor de mãe não tem comparação. Por mais que um pai tenha que sustentar a casa e os filhos, quando ele pula fora, ele não olha pra trás. A gente que tem que dar um

jeito pra cuidar. O homem é pai enquanto está com a mulher, separou, parece que esquece. Às vezes, mesmo casado, você já viu? Não compra nada pra dentro de casa. A gente que sempre vai atrás, essa é a verdade...E aí eu tive que procurar o Bolsa, é uma ajuda pra mim né? Uma mão na roda porque sei que fome a gente não passa, as crianças não vão pro sinal. Pô, isso é ou não é um jeito da gente dormir mais tranquilo? (Rita, 30 anos)

Reafirmando o que já foi dito anteriormente, as mulheres que recebem o PBF entendem que os homens também são responsáveis por prover a alimentação da família, embora o cuidado com a casa e com os filhos seja exclusivamente responsabilidade delas. Entretanto, caso a realidade seja diferente e o homem não compre o suficiente para a sua família, ou que a mulher acredite que ele está gastando além do aceitável fora de casa, com jogos ou bebidas, as mulheres não mantêm aquela relação, independentemente de qualquer sentimento que possa existir. O homem ainda é visto enquanto o provedor da família, mas esse arranjo pode ser rompido com facilidade pelas beneficiárias do PBF. Ainda que a mulher não veja como suficiente o valor do benefício, submeter os filhos à negligência dos pais é inaceitável e, por isso, elas assumem o papel de provedoras e responsáveis pela manutenção da casa.

Sendo assim, sobre o conceito de gênero que utilizo nessa dissertação, é importante entendê-lo enquanto uma categoria de análise (SCOTT, 1995), como construção social e relacional, diretamente ligada aos processos de subjetivação (MOORE, 1994), sendo que ele também se cruza com outros marcadores sociais da diferença (BRAH, 2006), como, raça, sexualidade e classe social. Gênero é então uma forma de organizar e classificar as diferenças, não sendo restrito ao sexo biológico, mas ligado a práticas e relações.

É importante dizer que, tal como sugere Butler (2011), gênero não é simplesmente uma construção social do sexo. Por isso, ela propõe falar de fabricação ou produção, com uma constante dinâmica de materialização do gênero no corpo. Assim, o corpo é continuamente feito e refeito, por meio da subversão ou da repetição das expectativas e controles sociais que acompanham todos nós. Com isto, concluímos que não faz sentido pensar em identidades de gênero imutáveis, sendo que o gênero é produzido e percebido apenas na prática.

Por isso, esta dissertação trabalha com a ideia de convenções de gênero, buscando compreender de que modo elas são mobilizadas a partir do recebimento

do Bolsa Família, seja pela subversão ou pela reiteração das categorias de gênero. Pesquisas sobre o BF sublinham sempre a importância da dimensão de gênero, na medida em que, na própria diretriz do Programa, aparece a preocupação de tornar as mulheres as responsáveis pela gestão do dinheiro.

Segundo Marins (2017), a partir da metade do século XX, reflexões sobre pobreza e gênero foram produzidas dentro dos debates mais amplos sobre bem-estar social. Essas análises dizem respeito a críticas relacionadas à divisão de papéis sociais - de homem enquanto provedor e mulher enquanto cuidadora -, o que consolidava a divisão sexual no trabalho e no papel da mulher na maternidade. Em outras palavras, a mulher era mantida em um lugar de dependência em relação ao homem.

Partindo disso, o Estado realoca para a família (especialmente para a mulher) a gerência dos recursos financeiros que vem por meio de políticas públicas e também ao cumprimento de responsabilidades específicas. Se, por um lado, isto aumenta a participação de mulheres no mercado de trabalho, por outro, reinstala o papel tradicional de gênero mantendo-as em uma função de cuidadoras.

No entanto, ainda que o recebimento se caracterize por este caráter dúbio, não é possível dizer que não traz ganhos para a vida destas mulheres e de seus filhos. O que minhas interlocutoras mostram é que o dinheiro recebido pode ser um propulsor de mudanças de vida, com aquisição de comida e outros bens e que, muitas vezes, permite até mesmo a quebra de relações de violência, dependência e submissão em relação aos seus companheiros.

Deste modo, receber o benefício do Bolsa Família tem se mostrado um incentivador da autonomia e do protagonismo das mulheres. Como mostram Rego e Pinzani (2014), ao prover um rendimento regular para as mulheres, o Programa Bolsa Família cria impactos, tais como, mais liberdade, respeitabilidade, autonomia e poder de decisão.

Partindo da ideia de “autonomia individual”, Rego e Pinzani (2014) pensam a relação entre autonomia e renda, sendo importante a discussão de gênero. Pelas entrevistas realizadas, os autores notaram o quanto o Programa Bolsa Família impactou a vida das mulheres. Uma de suas novidades é permitir o acesso a uma renda regular, facilitar a tomada de decisões de ordem subjetiva, como os casamentos e as relações conjugais, e criar maior empoderamento no âmbito de

direitos (autonomia política). Perceberam também o aumento da liberdade pessoal das mulheres e o crescimento de sua respeitabilidade dentro de suas comunidades.

No que se refere à Favela do Tripé, ouvi de algumas mulheres ecos semelhantes. Para exemplificar, posso citar a história de Luíza, que foi expulsa de casa aos 13 anos, após uma gravidez indesejada proveniente de um abuso sexual:

Vivi, de repente eu me vi com 13 anos, com um bebê no colo, dentro de um quarto. A casa era tão pequena que não tinha nem banheiro, eu tinha que cagar em um balde e depois jogar tudo no rio. Pra tomar banho, eu tinha que depender da boa vontade dos vizinhos para encher as garrafas de guaraná com água pra gente poder se lavar. Não tinha geladeira, então o macarrão de hoje a gente comia no dia seguinte com bicho. Eu dava aquele macarrão cheio de bicho pra minha filha e chorava, mas não queria que ela passasse fome. Até que apareceu o Maurício e ele registrou todos os meus três filhos e eu fui morar com ele. Mas ele me batia muito, tenho o corpo todo marcado. Cheguei a denunciar 11 vezes, mas ninguém fazia nada e eu pensava que pelo menos fome meus filhos não iam passar. Eu preferia apanhar, mas não queria nunca mais ver filho meu com fome. Aí, escreve aí essa parte, eu só me tornei gente depois do Bolsa Família. Escreveu? Eu falo isso pra qualquer um. Consegui me separar dele porque sabia que meus filhos não iam mais passar fome. O Bolsa Família mudou minha vida. Aqui na favela todo mundo recebe, não adianta, todo mundo recebe. Todo mundo teve a vida mudada, quem te disser que não é mentira. Tá escrevendo? (Luíza, 33 anos)

Histórias como a narrada acima nos mostram que, para mudarmos um histórico de sujeição feminina - em que as mulheres não se reconhecem e não são reconhecidas enquanto indivíduos, que não apresentam domínio sobre sua vida e sobre suas escolhas, sofrendo diversos tipos de dominação -, faz-se necessária a criação de políticas públicas focadas em cidadania.

O Programa Bolsa Família é fundamental por ser uma política pública de transferência de renda, com desenvolvimentos nos âmbitos cultural e educacional, que muda padrões da sociedade em relação às mulheres, oferecendo-lhes outras visões e oportunidades e permitindo que elas apresentem diferentes percepções sobre si mesmas. Além disso, atua no seu processo de constituição enquanto sujeitos, excluindo de suas vidas o que Fraser (apud Rego e Pinzani, 2014) chama de “marginalizações múltiplas”.

Tais marginalizações, culturais e/ou econômicas, se mostram como excludentes em relação a múltiplos direitos, inclusive o direito de voz de determinados sujeitos, que acabam por levar uma vida de exploração e submissão em um movimento cíclico, como o que relatei sobre Luíza.

Rego e Pinzani (2014) assim definem a atribuição de autonomia: quando “o sujeito é capaz de agir conforme um projeto pessoal de vida boa e de considerar a si e aos outros como capazes de estabelecer relações de direitos e deveres, referindo a um grau mínimo de autonomia” (p. 65). Eles defendem que a autonomia é aumentada quando o indivíduo pode construir sua vida de forma independente a qualquer modelo de vida e quando se atribuem direitos e deveres com base em princípios universais. Pensando nisso, podemos avaliar que, quando há a garantia de uma renda mínima aos cidadãos, é gerada também uma autonomia básica, onde o indivíduo é minimamente autônomo. No caso do PBF, há uma forma de emancipação que vai além da pobreza, proporcionando alternativas de liberação de uma situação social que pode causar sofrimento.

No caso de Luíza, relatado anteriormente, ela é assombrada pela ideia de uma vida que sofreu todos os tipos de privação e exposições a múltiplas violências. Ela precisou ficar durante anos se sujeitando a uma relação que ela considera abusiva. Como resultado, essa união deixou, além de marcas físicas pelo corpo, outras tantas marcas não físicas que lhe causam dor e tristeza.

Ainda sobre autonomia, Moreira et al (2012) analisam o empoderamento de mulheres que recebem o Bolsa Família, a partir da visão dos profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). O que notam é que há não apenas a melhoria das condições de vida, mas mudanças nas relações familiares e na autoestima. Assim, é possível dizer que se trata de empoderamento, no sentido de uma modificação nas relações de poder em favor da equidade, em três níveis: individual, familiar e comunitário.

Outro exemplo que podemos utilizar é o trabalho de Pires (2012) que, a partir de uma pesquisa de campo com beneficiárias da cidade de Campinas – SP, observou mudanças e permanências em relação às questões de gênero. Ele mostra que a maioria das mulheres relatou utilizar os valores recebidos sem qualquer participação do marido ou companheiro. O processo decisório em relação ao gasto familiar fica exclusivamente a cargo das mulheres, o que lhes confere autonomia no ambiente doméstico e no âmbito do consumo.

Até mesmo em relação ao Estado parece haver maior autonomização feminina, na medida em que são elas as responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades do Programa: acesso à escola e aos serviços de saúde. Pires (2012) pontua, entretanto, que muitas são as críticas feitas ao Bolsa Família, pois, ao eleger as mulheres como o alvo central, haveria um reforço das posições tradicionais de gênero, com associação direta entre mulheres, casa e maternidade e a culpabilização dessas mulheres pelo insucesso no enfrentamento da pobreza.

Para Yazbek (2012), ainda que o PBF seja responsável por alimentar muitos brasileiros, o programa se limita à intervenção e melhorias imediatas nas condições de vida dos pobres, “servindo tão somente para manter e controlar a pobreza e potencializar a legitimação do Estado”. As críticas aos Programa são válidas, ao servirem para que ele seja repensado e aprimorado, ainda que hoje esteja envolto em incertezas. No entanto, utilizando meu campo enquanto cenário, o que observei é que, após o recebimento do PBF, as mulheres relatam ter se tornado mais autônomas e mais empoderadas para enfrentarem a vida e a pobreza, pois se sentem mais seguras. Um exemplo disso é a história de Nanda:

Antes do Bolsa era muito difícil. Eu nunca passei fome, mas pra comprar um iogurte, uma fruta, o leite pra menina, eu tinha que pedir pra minha mãe, acabava dependendo dela pras coisas e me sentia mal, ficava triste mesmo. Depois do Bolsa, tem sempre aquele dinheirinho garantido pras coisas deles. Quando comecei a receber eu só tinha a minha mais velha, então, além das frutas, verduras, iogurte e biscoito, eu ainda conseguia pagar a explicadora pra ela. Era pouco dinheiro, mas aquilo de não ter que pedir mais pra minha mãe, mudou muito a minha vida, me deu uma força aqui dentro, sabe? Consegui um emprego num restaurante aqui perto, comecei a trabalhar e hoje nossa vida melhorou muito. É, não foi por causa do biscoito e do leite, você entendeu né? Foi uma coisa que veio aqui dentro de mim.” (Nanda, 40 anos)

Nanda é uma mulher negra, de 40 anos, solteira. Mora, desde de seu nascimento, no Tripé e, segundo ela, conseguiu começar a construir sua casa após o recebimento do PBF. Hoje ela é cozinheira e mora com suas duas filhas. A história dela nos faz refletir sobre algo que vai além de um programa de transferência de renda e de um possível abrandamento da pobreza. No seu caso, a política pública auxilia na construção da identificação de indivíduo enquanto sujeito autônomo.

São indiscutíveis os efeitos do programa no acesso ao alimento, em especial das crianças. Segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)³¹, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2008/2009, é possível notar que o programa auxilia na melhora do *status* nutricional de crianças e adolescentes. No entanto, além disso, foi possível notar, tendo como base todas as entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo, questões relacionadas à autonomia das mulheres que passaram em um determinado momento da vida a serem beneficiárias do PBF. Esses dados mostraram que elas conseguiram sair de situações, nas quais se consideravam dependentes de outros e até resignadas, para se tornarem agentes de suas próprias vidas e responsáveis por seus filhos. Além disso, uma pesquisa de caráter qualitativo ajuda a dar uma outra visão e interpretações mais complexas dos dados quantitativos, fugindo assim de indicadores fixos e chamando a atenção para as relações e as vivências contextuais dos sujeitos.

2.3- “Só sei que é assim”: fluxos de desinformação sobre o benefício

Algo que foi notável, ao longo da pesquisa de campo, diz respeito ao orgulho que as mulheres sentem da sua transformação e do poder que elas agora têm em relação à própria vida, como, por exemplo, portar o cartão magnético do Programa Bolsa Família. Para muitas beneficiárias, esta foi a primeira ocasião em que abriram uma conta no banco, já que a maioria trabalha ou trabalhou apenas fazendo bicos, em ocupações informais.

Um fato, que pode evidenciar o que afirmei acima, é relativo à relação que elas apresentam com este cartão magnético. Em todas as entrevistas, quando eu começava a explicar sobre o conteúdo das perguntas e sobre a pesquisa como um todo, elas faziam menção de se levantar e me perguntavam se eu desejava ver o cartão do Bolsa Família.

O cartão do Bolsa Família é entregue para todos os beneficiários do programa. Trata-se de um cartão magnético que funciona diferente de um cartão de crédito ou débito, pois ele só realiza um saque único no valor integral do benefício. Sendo assim, ele não realiza nenhum outro serviço e não há nenhuma cobrança de manutenção do banco.

³¹ <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv50063.pdf>

No entanto, ele aparece durante a pesquisa de campo como algo a mais do que um simples objeto. Simbolicamente, ele é o responsável por tornar a vida dos beneficiários menos escassa, um instrumento que materializa a independência e a esperança em dias melhores. O cartão parece ser a expressão material desse conjunto de sensações difusas e subjetivas de uma maior autonomia. Por isso, ele é visto e mostrado com orgulho pelas mulheres e acaba obtendo diversas outras funções além de só um cartão de saque do benefício, conforme pretendo mostrar no capítulo 3.

É, por meio deste cartão, que a beneficiária recebe o valor referente à transferência de renda de seus dependentes e também é nele em que está registrado o seu Número de Identificação Social (NIS)³², sobre o qual pretendo fazer uma análise nos próximos parágrafos.

O NIS corresponde a um número resultante de um Cadastro Único (CadÚnico), concedido pelo Banco Caixa Econômica Federal, que identifica as famílias de baixa renda que recebem até meio salário mínimo mensal por cada integrante. Essas famílias, que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza, necessitam de auxílio para complementar e suprir necessidades básicas e são candidatas a Programas Sociais, Políticas Públicas do Governo Federal, Estadual ou Municipal.

As informações das famílias cadastradas são: característica da moradia; composição familiar; documentação dos membros da família; escolaridade; qualificação profissional; renda e despesas gerais³³. Os dados recolhidos geram um cadastro por família e esse cadastro fornece um número de NIS a cada integrante da mesma. Por meio do NIS, é possível localizar as pessoas cadastradas, atualizar informações, averiguar a situação e gerir o benefício. Por isso, este número é pessoal e intransferível. Também é através do último dígito do número do NIS que são organizadas as datas de pagamento do PBF.

Como já falado acima, no Tripé, as mulheres com quem conversei e entrevistei demonstram sentir orgulho do que se transformaram após se tornarem beneficiárias, o que se torna evidente por meio da importância que elas dão ao cartão do Programa Bolsa Família. No entanto, essas mulheres não mostram entendimento sobre alguns critérios do programa e demonstram incômodo por terem

³² <http://www.caixa.gov.br/cadastros/nis/Paginas/default.aspx>

³³ <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2010/03/cadunico>

que fornecer tantos dados e nunca saberem ao certo para o que servem, ou nunca obterem um retorno, tais como explicações básicas sobre o benefício. Elas são informadas que precisam ir ao CRAS, onde é realizado o Cadastro Único, mas não têm certeza sobre por que recebem determinados valores do PBF. Do mesmo modo, por vezes, têm seu benefício suspenso ou cortado e não entendem os motivos, uma vez que as informações são sempre escassas e em uma linguagem que elas não conseguem entender, lhes causando frustração e ansiedade. Essa circulação de desinformação se mostrou importante, em meu trabalho de campo, porque alimenta um sistema de dúvidas, fofocas e acusações entre os próprios beneficiários a respeito do PBF. Tal afirmação fica clara na fala de Josefa, também moradora do Tripé, negra, de 45 anos e beneficiária do PBF:

Eu não sei se eles trocam, não sei o que acontece, mas teve um sorteio lá em Padre Miguel, na quadra da Mocidade, e quem foi sorteado, começou a ganhar o Bolsa Carioca e o Família. Teve uma reunião, mandaram o cartão pra gente e foi isso. Mas foi só daquela vez, depois disso quem ganhou continua a ganhar sem alteração, mas, quem não ganhou, já era. A Joana não morava aqui, aí não ganhou. Agora, eu ganho 64, a Suelen ganha 37. Eu não sei por que, só sei que é assim. Como eles decidem quem vai ganhar mais, aí eu não sei. Já até perguntei lá pra eles, mas eles nem souberam me responder, ou não quiseram. Eu vou lá e só tenho que levar aquela pilha de documentos. Você vê né, falam que a gente é acomodado, eu pego minhas faxinas, pego tudo pra melhorar um pouco, meu filho faz dieta, então as coisas são mais caras, não posso me acomodar com tão pouco. (Josefa, 45 anos)

Outro exemplo do caráter nebuloso acerca dos valores e de como é definido o benefício pode ser observado na fala de Luíza:

Eu ganho 84 por cada criança. Não sei por que eu ganho esse valor, sei que eu recebia dos meus 6 filhos, mas depois de um tempo, você sabe que os dois começaram a me dar problema e fui lá no CRAS tirar eles. Aí o menor nasceu e eu consegui incluir, ou seja, hoje recebo de 4 filhos. Mas, quando eu fui lá, a mulher me disse que tinha que colocar uma renda pra mim. Eu disse pra ela que não tinha renda, que colocasse zero, mas ela disse que não podia e que tinha que inventar um valor qualquer. Ela colocou 200 reais, como se eu recebesse isso. Mas a Suelen, minha irmã, ela recebe de menos filhos e ganha mais do que eu,

sendo que ela também não tem renda nenhuma, então não deveria ser igual? Então eu acho que foi isso: a mulher inventou uma renda pra mim e eu recebo menos do que devia. Eu não sei, aqui ninguém entende esse cálculo não. Outra coisa é o Bolsa Carioca, tem gente que recebe, outros não recebem, não sabemos por que. (Luíza, 33 anos)

Como fica claro acima, ninguém sabe ao certo o valor do benefício e nem mesmo sobre outros programas que complementam o PBF, como é o caso do Programa Família Carioca, nomeado como “Bolsa Carioca” pelos moradores da Favela do Tripé. O Família Carioca é um projeto da prefeitura do Rio de Janeiro, que tem como objetivo oferecer uma renda complementar a famílias que, mesmo com PBF, ainda tenham uma renda per capita inferior a 108 reais por mês. O programa é exclusivo para beneficiários do Programa Bolsa Família e o valor varia dependendo da renda e do número de integrantes da família. Segundo informações retiradas do site³⁴ da prefeitura do Rio de Janeiro, esse benefício é oferecido a todos os indivíduos que preencherem alguns requisitos, como: frequência na escola; participação dos responsáveis nas reuniões da escola e colaboração dos pais para o aumento das notas bimestrais dos filhos. Esse benefício, ao contrário do que foi relatado por alguns moradores do Tripé, pode ser solicitado diretamente na prefeitura com a apresentação de documentos solicitados (RG, CPF, Comprovante de residência, comprovante de renda - se tiver -, carteira de trabalho - mesmo que em branco ou desempregado -, além do cartão da família e número do CadÚnico). O pedido é analisado e será concedido ou não o complemento.

No entanto, não parece tão simples conseguir este complemento de renda. Nos últimos meses, sem justificativa, as famílias que recebiam o Família Carioca sofreram um atraso³⁵ de pelo menos três meses no recebimento do benefício. Sem saber o motivo, elas procuraram algumas informações, tentando entrar em contato por telefone com o órgão responsável pelo repasse. A informação obtida é de que havia sido um problema com a prefeitura, que não tinha disponibilizado a verba.

Para outras mulheres, foi explicado que elas não cumpriram alguma condicionalidade, apesar de afirmarem e até comprovarem que estavam em dia com todas as obrigações. Um exemplo disso está na fala da Nanda:

³⁴ <http://www.rio.rj.gov.br/web/cvl/exibeconteudo?article-id=2248211>

³⁵ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/24/programa-da-prefeitura-do-rio-que-complementa-renda-do-bolsa-familia-atrasa-pagamentos.ghtml>

Eu liguei e eles me disseram que era pra eu ir pro CRAS. Lá fui eu. Faltei do trabalho e fui lá ver o que era. A mulher me disse que a minha filha estava faltando muito e que por isso que eu não estava recebendo, que ela tinha muita falta. Eu tinha certeza que não era verdade, porque eu mesmo levo ela na escola todos os dias, mas como ela foi passar uns dias na casa do pai lá no começo do ano, eu fui na escola e peguei aquele papel com as presenças dela, aquele que prova que ela foi todos os dias e levei lá no CRAS de novo. A mulher olhou aquilo e não esperava que eu fosse voltar. Ela ficou sem resposta e disse que então não sabia porque eu não estava recebendo, mas que era pra eu esperar. Isso tem 2 meses e nada do Carioca sair. Se fosse um erro meu mesmo, o Família tinha sido cortado também, né?! (Nanda, 40 anos)

Outra narrativa, que pode evidenciar o quanto a falta de clareza e de informações vêm prejudicando algumas pessoas, é o relato de Luíza, em relação à sua suspensão do Família Carioca:

Eu liguei pra lá e nada. Falaram que a prefeitura não tinha feito o repasse, aí eu fui lá pra saber o que aconteceu. Eles disseram que, no meu caso, nem foi questão do repasse, mas que eu tinha uma empresa aberta no meu CPF. Viviane, eu não tenho dinheiro nem para comer, imagina pra abrir uma firma com onze funcionários! E agora eu não sei o que eu faço. Ela mandou eu levar um documento lá, vou ver se resolve, mas é isso né? Estou sem dinheiro. Ontem fui ao supermercado com as meninas e o Gustavo e depois de muito tempo eu sofri de desespero. Teve uma hora que parei o carrinho e comecei a chorar de nervoso do dinheiro não dar pra comprar tudo. As meninas iam colocando as comidas no carrinho, uma colocava carré, outra salsicha. A mais velha me pediu pra comprar leite pro meu neto, como eu podia dizer que não? E era creme pro cabelo, absorvente, desodorante e eu vendo aquilo tudo e pensando que o dinheiro não ia dar. Aqui pra casa mesmo eu só comprei o Mucilon das crianças, fralda e alguma mistura. O Carioca era pouco, mas ajudava alguma coisa né? Nunca caía no dia certo, sempre atrasava, mas vinha. Agora está há três meses sem vir. Tenho a minha casa pra sustentar e mais duas dos meus filhos que foram expulsos da favela. Fica difícil. Tem coisas que não tenho como dizer não pra eles. Vou deixar passando fome, ou sem absorvente? Não tem como. (Luíza, 33 anos)

O CRAS, além de responsável pelo cadastramento do CadÚnico, também funciona como rede de apoio à população de baixa renda. Com o objetivo de incentivar famílias a participarem de diversas atividades, que diminuam e previnam a vulnerabilidade e situações de violência, o CRAS oferece diversos serviços que variam de acordo com as necessidades de cada grupo.

No entanto, durante minha pesquisa de campo, ficou evidente que as famílias não enxergam o CRAS como um aliado, mas um órgão que apenas fiscaliza o PBF e que pode ser responsável pelo corte, pelo valor que irão receber, ou pela não inserção de uma família enquanto beneficiária. Sendo assim, concordo com Eger (2013) quando afirma que a “relação entre beneficiários e assistentes sociais visa não apenas reparar vulnerabilidades, mas também é responsável por sua produção.” (p. 98). Durante minha pesquisa, não ouvi nenhum relato sobre a participação das famílias em atividades oferecidas pelo CRAS.

Ao contrário, era frequente ouvir sobre como elas encontrariam formas de explicar às assistentes sociais sobre a falta dos filhos na escola; sobre a exclusão de uma das crianças do CadÚnico, para não perderem o benefício de outras; sobre como elas criam imagens de quem precisa ou não do benefício; ou sobre como os dados lhes parecem inventados para cada uma delas.

Pensando nesse enquadramento de vulnerabilidades, é importante mencionar que utilizo aqui o conceito de vulnerabilidade não apenas como dados estatísticos, mas como uma relação contextual, conforme propõe Butler (2004). O Estado é importante porque realiza a distribuição dessa vulnerabilidade, tornando algumas populações mais vulneráveis e tornando alguns indivíduos vidas não reconhecidas e, portanto, não passíveis de luto. Butler mostra que a vida, constituída de normatividades sobre o corpo, se torna “precária”, “vulnerável”, por uma exposição ao que há do lado de fora, ao social. Por isso, a autora aponta o corpo como um “fenômeno social: que está exposto aos outros, é vulnerável por definição. Sua mera sobrevivência depende de condições e instituições sociais, o que significa que para ser no sentido de sobreviver, o corpo tem de contar com o que está fora dele” (p. 57-58). Desta forma, quem foge dos enquadramentos esperados, pode ser considerada uma vida precária, não reconhecida, que não é passível de luto.

Assim como as Clínicas da Família, os agentes comunitários de saúde, as escolas e a polícia, os CRAS representam uma das formas de presença do Estado em locais periféricos, como as favelas. Conforme explícito desde a Introdução, a

pesquisa tem como uma de suas bases teóricas o conceito de “margem” (DAS e POOLE, 2008). Isto implica em pensar e repensar o Estado a partir de suas margens, não tomando essa relação entre eles como simples oposição. Para as autoras, o “Estado” é sempre um projeto inacabado e por isso, ao invés de fronteiras com limites, deve-se pensar em margens como algo que se multiplica para periferias e para o centro. Não se trata simplesmente de uma demarcação territorial, mas de cadeias de relações fluidas que ligam o Estado a estas margens. Com essa ideia, cabe ressaltar o caráter complexo das relações entre as margens e o Estado, onde não existe oposição entre ambas, mas relações de complementaridade, sendo que a proposta das autoras é partir das margens para explicar o próprio Estado. Assim, as práticas das margens atuam na definição das práticas de regulação e disciplina que caracterizam o Estado.

O conceito de margem é útil a esta dissertação em muitas frentes, na medida em que possui significados contextuais e relacionais. Para Das e Poole (2008), ele aparece com três significados possíveis: relativa à periferia; relacionada à legibilidade e ilegibilidade do Estado e seus papéis; e como “espaço entre os corpos, a lei e a disciplina” (p. 20).

Isso nos faz refletir sobre o que Foucault (2008) conceitua como “governamentalidade”. Esta definição procura mostrar como o Estado tem, no centro de suas relações de poder, o objetivo de gerir a vida (e não a morte³⁶) e utiliza para isso uma série de dispositivos de poder, como a disciplina e o controle dos indivíduos e de seus corpos. É esse princípio a base do que Foucault chama de biopoder e biopolítica.

Por outro lado, pensando nessas novas dinâmicas de Estado, podemos encontrar uma combinação particular, especialmente em um contexto como o do Rio de Janeiro, que torna possível fazer uso do conceito de “necropolítica” (MBEMBE, 2018). O autor explica sobre a determinação da vida e a morte do sujeito, em que há o extermínio de grupos que não apresentam lugar no sistema. Nesse caso, não existe, por parte do Estado, a intenção de controlar corpos de determinados grupos sociais, partindo da exclusão para o extermínio, para a opressão e desumanidade. Esse aniquilamento, onde o objetivo é matar o maior número de pessoas, também abre espaço a novas formas e relações de resistência e de terror.

³⁶ Farias (2014), em sua tese de doutorado, mostra como há, nas favelas cariocas, o que ela chama de “governo de mortes”.

Na favela, isso é perceptível de várias formas e podemos, ao longo da dissertação, encontrar exemplos claros do descrito acima. Entretanto, discutirei adiante um processo de controle por meio de documentações, que se fazem necessárias para o recebimento do Bolsa Família. Isto ocorre não apenas no que diz respeito a se tornar elegível para o recebimento da transferência de renda, mas também em como esses documentos se tornam um instrumento, um exemplo de cuidado, já que é a partir deles que algumas famílias têm suas necessidades básicas atendidas.

2.4. Uma outra face do cuidado: os documentos

A carteira de vacinação, de pesagem e a certidão de nascimentos das crianças são documentos com os quais as mães têm muito cuidado. Muitas vezes, são aplicadas a elas capas desenhadas com flores ou com temas infantis, que protegem os cadernos de qualquer possível estrago. As certidões de nascimento devem ser plastificadas e as mães que ainda não o fizeram são criticadas pelas outras e taxadas como descuidadas. Além disso, em quase todas as casas por onde passei, ao longo desses anos, encontrei pastas ou envelopes de documentos, com tudo organizado e bem guardado. Em casos relatados de perda de algum documento, o tom sempre era de preocupação e mostrava a necessidade de resolver logo a falta do documento.

Para o Programa Bolsa Família, é fundamental que as beneficiárias e seus filhos possuam e guardem todos os documentos necessários, na medida em que ele se baseia em uma ideia de cidadania que inclui o acesso à emissão da documentação básica (identidade, CPF, certidão de nascimento e, especificamente, o já citado número de NIS). Dito isso, podemos encontrar mais uma face do cuidado relacionada ao PBF. Desta forma, pode-se afirmar que o PBF, ainda que indiretamente, pode ser considerado também um dos responsáveis pelo zelo com a documentação das crianças, não apenas na sua manutenção, mas em garantir que elas tenham todos os registros necessários.

Pensando nisso, é fácil concluir que todos esses documentos que são entregues ao Estado - e que funcionam como símbolos de cidadania e de pertencimento -, com a finalidade de inclusão em políticas públicas, ajudam no processo de gestão de todos esses corpos. É um controle de corpos não apenas no

que diz respeito à vida, mas também à morte. Também é importante ressaltar que, a partir desse controle, a vida ganha diversos valores e significados diferentes. A vida se contextualiza de formas distintas. Ou seja, a intervenção estatal inevitavelmente produz desigualdades e falta de reconhecimento em alguns casos.

Como mostrado acima, para Foucault, a governamentalidade diz respeito a uma série de dispositivos que foram sendo criados para controle, contagem e disciplina dos indivíduos. Essas ações permitem o controle de uma população inteira, com destaque para as ideias de proteção da vida e de regulação do corpo, a partir do que se chama de biopoder. Isso pode ser percebido em âmbitos como a saúde, a higiene, a alimentação, a sexualidade, a natalidade, os costumes e pode ter várias ferramentas, incluindo as documentações exigidas.

Tal controle permite pensar em margens e, por isso, é muito relevante entender a margem, seus habitantes e suas práticas em suas relações complexas com o Estado, para chegar a avaliações mais consistentes do Bolsa Família. Trazendo novamente o conceito de margem, para Das e Poole (2008), ele está interligado ao que elas chamam de “legibilidade” e “ilegibilidade”. Neste caso específico, estão se referindo aos muitos documentos e papéis que compõem o Estado e que podem ser percebidos como sua presença constante nas margens.

Como descrito acima, existe uma preocupação enorme das mulheres com seus documentos. Ainda que não digam isso abertamente, há a percepção de que elas só existem enquanto indivíduos se estes documentos de identificação são acionados. Assim, eles organizam a vida social e as possibilidades de existências dessas mulheres. Não é à toa, por exemplo, que até os bebês, para serem incluídos no PBF, necessitam ter um número de NIS. Entretanto, isso não é facilmente legível nas margens, o que é confirmado pela dificuldade que as beneficiárias têm de compreender os cálculos realizados para a determinação do valor de seu benefício.

Pensando no que foi descrito neste capítulo, podemos concluir que o controle e a normatização de políticas públicas resultam em desigualdades. Isso obviamente não tira delas a eficácia e a importância, mas representa uma nova forma de abordagem que toma como foco central de análise os instrumentos e dispositivos de controle.

Além disso, um outro desenvolvimento é possível a partir do que foi exposto. O cuidado com a alimentação, com a educação, com os documentos, com a segurança presente, nesse contexto, envolve cobranças e reiteraões de

convenções de gênero, como esse capítulo pretendeu mostrar. O cuidado, no entanto, aparece de outros modos, resultando em desigualdades, fofocas e acusações que geram moralidades em torno do PBF, tema que será discutido no capítulo

3.

Capítulo 3 - Bolsa Família entre moralidades

Quando fui convidada para o aniversário do Juca, Luíza me avisou que seria uma comemoração simples, com apenas um bolo para festejar a data. A princípio duvidei, já que as festas organizadas por ela são sempre fartas de comidas e bebidas, com música alta e de longa duração. Entretanto, ela me explicou o motivo dessa festa mais básica: o corte de uma parte do PBF levava a família a uma situação mais complicada, de escassez e dificuldades.

As mudanças referentes a hábitos cotidianos não são exclusivas nas comemorações, mas, segundo Luíza, o consumo alimentar também sofreu alguns cortes. Como mostrei no Capítulo 2, a família de Luíza foi uma das que introduziu nas refeições o fubá e os ovos por serem alimentos mais baratos em relação a outras farinhas e proteínas.

Quando entrei na casa deles, ela estava finalizando o bolo que levava morangos e brigadeiro de leite Ninho. Luíza havia conseguido a receita na internet e estava testando pela primeira vez. Por isso, estava empenhada em montar o bolo exatamente como no vídeo que havia assistido para agradar ao marido.

Apesar da comemoração simples, com seus filhos, irmãos e alguns poucos convidados - todos parentes -, uma atitude de Juca contradisse o discurso da escassez: ao chegar do trabalho, ele deu dinheiro para que uma de suas filhas fosse ao bar comprar duas Coca-Colas. Essa aquisição é um sinal local de status, já que se trata do refrigerante mais caro do bar, cuja compra costuma gerar reações jocosas dos vizinhos, no estilo “nossa, tá bem hoje hein... coca cola? Ganhou na loteria? Tá ostentando”. Por outro lado, a brincadeira e a ironia, em relação a isso, nos mostram que existe um controle no que é permitido ou não comprar. É como se a falta de dinheiro só pudesse proporcionar atitudes punitivas, como o consumo de produtos inferiores em preço e em qualidade.

Logo após os parabéns, estranhei a atitude dos convidados que, diferentemente do habitual em comemorações na favela, comeram o bolo e foram embora em seguida. Não houve conversa, nem festa, nem sequer mais um copo de refrigerante. Todos agradeceram e foram embora. Apesar de ter estranhado, depois tentei encontrar uma justificativa para o ocorrido por meio do “cheiro do perigo” que eles dizem sentir, pois, nas próximas horas, ocorreria uma tragédia.

Quando saí do aniversário do Juca, Alice, uma das filhas de Luíza, foi me fazendo companhia até a entrada do Tripé. Aproveitamos para conversar sobre seus estudos e sua vida, já que estávamos há algum tempo sem nos vermos. Quando paramos para nos despedir e eu pegar o caminho para o trem, uma moradora se aproximou, nos cumprimentou e me sugeriu que não fosse de trem, pois estava ocorrendo assalto. Fiquei um pouco sem saber o que fazer e como ir embora, já que a estação de metrô fica longe e é muito perigosa. Como já passava das 20 horas, acabei optando por pegar um Uber.

Ao acordar no dia seguinte, visualizei uma mensagem de áudio de Alice, no WhatsApp, às 2 horas da manhã: “Pegaram o Gustavo. Ninguém sabe onde ele foi parar, meu pai está indo às delegacias para tentar achar ele. Provavelmente ele que estava no trem ontem roubando quando a menina te avisou pra não ir de trem”.

Receber mensagens das pessoas da favela é algo rotineiro nesses últimos anos, no entanto, nem sempre são mensagens de pedido de ajuda ou de consolo, como interpretei a de Ana. Muitas vezes, os moradores do Tripé dividem comigo o cotidiano deles com fotos das crianças, de festas, de nascimentos e até de parentes hospitalizados. Eu sempre tento responder às mensagens, mas essa, em especial, me deixou desnorreada. Por isso, imediatamente liguei para Luíza, para tentar entender o ocorrido com seu filho, com esperança que já o houvessem encontrado, seis horas depois da mensagem inicial. Luíza me atendeu chorando muito e disse que não o encontraram em nenhuma delegacia. Ela estava se preparando para ir a alguns hospitais, conforme sugestão dos delegados. Perguntei o que havia acontecido e ela tentou me explicar em meio a muito choro:

Ontem, 11h da manhã, o Gustavo me ligou dizendo que o Mateus, primo dele, tinha expulsado ele de casa e me pedindo um dente de alho, um ovo e uma xícara de arroz. Eu disse pra ele que eu não tinha naquela hora, mas que era pra ele me ligar amanhã porque eu ia conseguir. Ele disse que estava sem comer já há dois dias e eu pedi que tivesse calma que amanhã eu ia mandar a Ana ir entregar na praça. Depois disso não soube mais nele. Quando foi 2 horas da manhã um amigo dele veio aqui na porta me acordar dizendo que tinham pego ele no trem. Eu achei que ele tinha sido preso de novo, mas ele não está na delegacia. (Luíza, 33 anos)

Gustavo era o filho homem mais velho de Luíza. Havia completado 18 anos há apenas 3 dias e, já há alguns meses, não podia entrar no Tripé. Ele foi expulso

na ocasião do seu segundo assalto, pois os policiais o flagraram roubando muito próximo à favela. Seguindo os termos de um acordo entre polícia e tráfico, foi este último quem julgou, condenou e aplicou o castigo: um tiro em cada mão e a expulsão do lugar onde Gustavo sempre morou.

Após um dia inteiro de procura, Luíza finalmente achou seu filho e me ligou para contar o que havia acontecido:

Mataram o meu filho, eu não reconheci meu filho, ele está tão inchado que nem parece ele, só sei que é ele mesmo porque vi a tatuagem do braço dele. O pescoço e a cabeça parece uma coisa só e ele está em coma, mas ele já chegou em coma, não foi colocado em coma. Ele está respirando só porque tem um monte de aparelhos ligados nele e o médico me disse para rezar caso eu tivesse alguma religião porque ele ficar bom, só por um milagre. (Luíza, 33 anos)

Perguntei a ela o que havia acontecido de fato e ela me explicou:

Ele estava com fome, me ligou, mas não conseguiu esperar, ele já estava dois dias sem comer. Aí ele e mais uns amigos foram tentar roubar o último trem, estavam em três com uma réplica de arma. Quando as pessoas de dentro do trem percebeu isso, foram pega eles. Os outros dois conseguiram fugir, mas o Gustavo ficou e de uma estação pra outra bateram nele, os próprios passageiros e jogaram meu filho na outra estação. O médico disse que foi sorte que os Bombeiros que acharam, porque se fosse à polícia, ele já tava morto. Bateram muito nele, tanto que tem um buraco na cabeça dele que saiu os miolos pra fora. (Luíza, 33 anos)

Dois dias depois do ocorrido, estive na casa de Luíza e a encontrei muito abatida, com os olhos fundos e visivelmente sem dormir. Eram 11 da manhã e ela sentou na porta de sua casa, acendeu um cigarro, me ofereceu outro. Fumamos ali, entre choros, lamentações e risos quando as crianças faziam alguma graça. Ficamos conversando por aproximadamente uma hora e Luíza me contava sobre o médico que havia dito a ela que seu filho estava com morte cerebral, sobre as inúmeras vezes em que ela o socorreu em casos de necessidade e sobre essa vez em específico que ela não conseguiu atendê-lo.

Gustavo é o segundo filho que Luíza perdeu. Há 16 anos, seu bebê de 6 meses faleceu de uma forma que, segundo ela, ninguém consegue explicar, nem mesmo os médicos. Luíza amamentou sua filha antes de dormir e a encontrou morta

ao despertar. Como consequência, ela respondeu por homicídio não culposo e, mesmo entendendo que não foi culpada pelo ocorrido, sempre parece fantasiar sobre o que poderia ter feito para evitar o falecimento de sua filha.

A morte prematura desta primeira filha, em um contexto de extrema carência, foi entendida como algo que faz parte da vida e, por isso, apesar de sentida, não é socialmente esperado um lamento público intenso, já que é recorrente na favela o falecimento de crianças muito novas. Desta forma, é importante realizar uma distinção entre modos de morrer: justifica-se o intenso pranto de mães por toda a vida no caso de meninos que tiveram suas vidas interrompidas em função da violência (Lacerda, 2015). Isto porque, na maioria das vezes, existe uma revolta com o Estado por seu total descaso e desinteresse em fazer justiça, o que leva as mães a uma longa trajetória de luta pelos seus direitos.

Enquanto conversávamos e recuperávamos lembranças de Gustavo em nossas vidas, uma “irmã” da Igreja chegou para acompanhar Luíza até o hospital e foi então que ela percebeu que estava atrasada. Irmã, neste caso, é um termo êmico e se refere à pessoa que se torna obreira da Igreja, trabalhando com pregações e evangelização. Nesse momento, Juca chegou para almoçar e Luíza também se lembrou que não havia feito ou requentado comida. Ela secou as lágrimas e estava se levantando para ir à cozinha quando, pela primeira vez, vi Juca se responsabilizar pela refeição da casa, tomando a iniciativa de servir o seu próprio prato. No entanto, a alimentação das crianças ainda era responsabilidade dela. Conforme visto no capítulo anterior, cabe à mãe o cuidado com a alimentação de seus filhos. Então, mesmo atrasada, ela preparou um prato de feijão com arroz e pediu que Ana desse aos irmãos, que dividiram a comida, a colher e o prato. Luíza se arrumou, nos despedimos e ela foi visitar o Gustavo.

Os dias foram passando e eu sempre falava com ela em busca de notícias. As mensagens eram sempre divididas entre a reprodução de informações passadas pelos médicos e suas queixas em relação à família e os vizinhos, que a acusavam de não ter dado o que comer ao filho quando ele entrou em contato pela última vez. Ela sempre se justificava para mim, repetindo que tinha feito tudo por ele, que não havia nada que ele pedisse que ela não lhe desse, que há uma semana ela foi com ele ao mercado fazer compras de comida para ele levar para a casa do primo, onde morava temporariamente.

Fassin (2007) destaca como os modos de lidar com o sofrimento gerado a partir da violência podem ser heterogêneos como, por exemplo, culpar a Luíza pela morte do Gustavo, ainda que ela também, assim como ele, tenha sido vítima do ocorrido. Essa acusação se torna responsável pelo que o autor chama de “exclusão moral”, ou seja, quando se concede à vítima o papel de culpado e, por isso, ela não merece nem mesmo sofrer.

Outro ponto relevante, ainda que mais evidente, é a relação entre gênero e maternidade, já que coube apenas à mãe a responsabilidade de proteger o filho. Ainda no que diz respeito a gênero, é importante refletir sobre outro cruzamento: maternidade e classe social, onde o surgimento da maternidade está ligado à própria noção de pessoa e à configuração do sujeito moral, principalmente em contextos como ao que me refiro, de camadas mais populares (LACERDA, 2015).

Alguns dias depois, Gustavo faleceu. Luíza mal conseguia falar quando me ligou. Só repetia meu nome incansavelmente, como se esperasse que eu pudesse falar que aquilo tudo era mentira, que ele ia voltar para ela e que ele não tinha sido assassinado. Seu pai me repetia, com ironia, que o filho havia sido morto por “cidadãos de bem” que, na ilusão de estarem fazendo justiça com as próprias mãos, acabaram cometendo um crime ainda mais grave do que o inicial.

Luíza se ressentida e lamenta que seu filho tenha morrido em decorrência da fome e com fome. Ela me relata que sempre procurou dar tudo aos seus filhos. Uma vez que sua vida começou a melhorar um pouco, após recebimento do PBF, nunca mais ela permitiu que nenhum filho passasse fome, mas não encontrou soluções para conseguir dinheiro para comprar para o Gustavo um dente de alho, um ovo e uma xícara de arroz. Essa mãe tem como renda R\$200,00 de pensão e R\$146,00³⁷ pelo PBF, mas, nos últimos meses, teve esse último valor reduzido em decorrência da falta de repasse do Família Carioca pela prefeitura do Rio de Janeiro.

Fui encontrar Luíza no hospital, onde ela fez sozinha o reconhecimento do corpo, e a levei de volta à favela. Ela quis ir para a casa de sua mãe, localizada embaixo do viaduto. Dona Lia tem aproximadamente 70 anos, negra, de cabelos sempre arrumados, orgulhosa em ter criado todos os filhos com seu emprego de auxiliar de serviços gerais em uma universidade particular na zona sul do Rio de Janeiro. Sua casa é a única naquele local que é feita de pallets e não de restos de

³⁷ Cerca de US\$53,00 e US\$39,00, respectivamente.

madeira. Ela é uma pessoa com gênio e opiniões fortes. Por isso, ela e Luíza têm uma relação definida pela filha como complicada. Ela acusa a filha de não ser protagonista de sua vida, de mimar muito os filhos e de se relacionar, há mais de 15 anos, com um homem que a humilha física e psicologicamente. Luíza também tem inúmeras queixas em relação à mãe, como desatenção, falta de amor e generosidade em relação à ajuda financeira. Dona Lia expulsou a filha de casa aos 13 anos, após ela engravidar, ainda que tenha sido vítima de um abuso sexual. E isso é imperdoável para Luíza. De toda forma, foi para casa da mãe que ela se direcionou após a morte do filho.

Luíza entrou na casa da mãe e as duas se abraçaram sem dizer uma palavra. Continuei do lado de fora com algumas crianças e vi Dona Lia se aproximar da linha do trem, que fica em frente ao seu portão, levantar as mãos para o alto e gritar:

Meu Deus, eu falei ontem contigo, porque você levou meu neto? Eu pedi pra você me levar no lugar dele. E agora? Como eu fico? (Dona Lia, 70 anos)

Me aproximei dela pra dar um abraço e ela só me questionava sobre a injustiça de o terem levado ao invés dela, que já era idosa. Todos estavam preocupados com a reação de Dona Lia, pois, há poucos dias, ela havia sido levada ao hospital com princípio de acidente vascular cerebral (AVC) e a orientação médica havia sido clara: repouso e pouco stress. Por isso, todos a cercavam, pedindo calma e oferecendo chás calmantes. No entanto, ela não parecia querer a ajuda de ninguém. Secou suas lágrimas e me disse que entraria para fazer um chá para que eu e todos os presentes nos acalmássemos, pois ela estava muito controlada.

Na casa da Dona Lia, é comum o uso de chás. Por ela ser uma senhora com problemas coronarianos, que já infartou duas vezes, ela tem o costume de juntar algumas ervas e fazer um chá. A receita é passada de mãe para filhas. O seu valor simbólico e de fuga da realidade no momento da produção parecem ser mais curativos do que a eficiência esperada das ervas utilizadas de um ponto de vista científico (Boltanski, 2004).

Ao entrar na casa da Dona Lia, ela me entregou uma xícara de chá e me ofereceu um pão, dizendo que também havia queijo e presunto. Havia algumas pessoas na cozinha, entre irmãos, cunhados, vizinhos e amigos que iam chegando e se juntando a nós. Seguindo as indicações de Dona Lia, as irmãs ou cunhadas da

Luíza iam cortando alguns legumes, lavando folhas e descongelando potes. Ficamos ali, todas cortando algo (eu me uni ao trabalho após o lanche) e preparando a comida, enquanto Luíza começou a falar sobre o enterro e como fariam para conseguir o dinheiro necessário para o sepultamento, pois a família não provia do valor necessário. Procuramos juntos uma maneira de realizar o sepultamento de forma que o Estado cobrisse os custos. No entanto, a burocracia era tão longa e demorada que inviabilizou nossa tentativa. Ao mesmo tempo, o pastor da região entrou em contato com a Luíza e lhe ofereceu metade do valor necessário, sendo a outra metade dividida entre os amigos. A igreja aparece diversas vezes como uma rede de apoio, assumindo um papel de cuidado (seja no âmbito espiritual ou mesmo com ajuda com alimentos e doações).

As pessoas começaram a chegar e alguns pratos já estavam sobre a mesa. Além dos pães e frios, salsicha, macarrão, feijão, maionese e salada compunham o cardápio. As mulheres iam pegando pratos e servindo os filhos e os maridos, com pausas para consolar Luíza.

A comida foi um elemento importante no espaço entre essas duas celebrações: do aniversário de Juca e após a morte de Gustavo. Ela esteve sempre presente, física ou discursivamente, como justificativa para um assalto, celebrando a vida ou a morte, mas sempre cumprindo o seu papel de ferramenta que entrelaça relações sociais, independentemente da classe social. Para Cravo e Daniel (2005), o alimento atravessa as relações de amizade de uma sociedade. Comemorar um aniversário, distribuindo alimentos para os amigos - ainda que a família esteja, como no caso do Tripé, passando por um momento de dificuldade financeira -, era um ritual necessário que marca um luto coletivo e reafirma relações de parentesco e comunhão.

Dois dias se passaram antes que o corpo fosse liberado e, neste período, Luíza me relatou diversas brigas com a mãe, sendo que algumas delas relacionadas ao fato de Luíza não ter dado comida ao seu filho quando ele ligou se queixando de fome. Para Dona Lia, era inaceitável que sua filha houvesse usado o dinheiro do PBF, que ela afirmava ser das crianças, para comprar os ingredientes do bolo do Juca na semana anterior. Para agradar ao marido, que, segundo ela, só a humilhava, ela havia feito um bolo com morangos, leite Ninho e comprado coca cola, ingredientes que ela julgava muito caros, ao invés de ajudar os filhos. Por outro lado, Luíza também acusava a mãe dizendo que ela sempre teve condições de ajudar os

netos e nunca o fez, que ela havia preparado um banquete no dia da morte de seu neto, alimentara várias pessoas, ao invés de ter, no passado, ajudado Gustavo. Sendo assim, ela também a considerava culpada.

O dinheiro do PBF aparecia recorrentemente nas conversas e recaía sobre ele um julgamento particular, era um “dinheiro especial”, segundo Zelizer (2008), carregado de normas e expectativas, já que ele é visto como uma compensação, um presente, uma ajuda (EGER, 2017) e não como um direito. Trata-se de um *dinheiro moral*, pois ele apresenta um peso moral, uma carga normativa elevada para além do seu valor de face. Deste modo, há uma configuração moral que gira em torno das escolhas sobre com o que se gasta esse “dinheiro especial”, que deve garantir às crianças de uma família, na qual o PBF seja a única renda doméstica, o necessário para viver. Luíza foi julgada por ter usado o dinheiro para o bolo do marido, dinheiro que era “das crianças”, “para as crianças”.

O dia do enterro chegou e, ao meio dia, eu estava chegando de carro à favela. Já havia sido informada de que o tráfico havia conseguido um ônibus para levar todos ao enterro, um ônibus de linha, com motorista uniformizado que havia sido interceptado na garagem por alguns dos traficantes e disponibilizado para realizar esse traslado. A utilização de transporte público para levar familiares e amigos a enterros é comum em todas as favelas do Conjunto. Em caso de morte, o gerente do tráfico ordena que um de seus subalternos se dirija à garagem de uma empresa, que fica próxima à favela e que solicite um dos ônibus para o transporte ao cemitério. Pelo que me foi relatado, essa solicitação é parte de um acordo para o bom funcionamento da garagem naquela região: o tráfico é responsável pela segurança do local e, em troca, há a liberação quando necessário.

Não são todas as pessoas mortas que têm direito ao ônibus para levar suas famílias. É feita uma avaliação segundo a importância, o comportamento na favela (da família e de quem morreu) e o tempo de residência no local. No caso do Gustavo, primeiro foi negada a liberação do ônibus, mas o respeito que o tráfico possui com seus pais fez com que lhes cedessem o transporte.

Ao chegar ao cemitério, esperamos por aproximadamente uma hora o corpo chegar. O velório foi curto, de aproximadamente uma hora e meia, sob um toldo na entrada do cemitério, sem capela e, portanto, exposto a todos que passavam próximo ao local. O pastor e a irmã pregaram o durante toda a cerimônia. Suas palavras eram, muitas vezes, de culpabilização à família pelo ocorrido, já que não

frequentavam a igreja. Também fizeram inúmeros alertas em relação aos outros filhos, que poderiam se tornar vítimas da violência enquanto estavam “no mundo”, como eles se referem aos que não fazem parte da Igreja.

O pastor reside em um local próximo à favela, mas sua proximidade com aquelas pessoas se deve ao fato de realizar cultos semanais no Tripé. Segundo algumas moradoras, nos últimos anos, muitos pais resolveram batizar seus filhos na igreja, na tentativa de distanciá-los do tráfico. No entanto, quem é responsável por esse trabalho diário, que eles chamam de “evangelização”, é a irmã. A irmã mora na Favela do Tripé e está sempre caminhando pela favela com um vestido azul claro até os pés, com mangas compridas, e seus cabelos estão sempre bem amarrados em um coque próximo à nuca. Como vizinha, conhece com detalhe a vida de todos e, por isso, sempre está conversando e dando conselhos, principalmente às mulheres. Ela também é chamada para orar dentro de algumas casas em dias de cultos itinerantes ou se a família está passando por alguma situação mais urgente. Ela se apresenta como irmã e assim é chamada por todos que a conhecem, de maneira que eu desconheço seu nome.

No dia do enterro, Luíza me confidenciou que estava muito desgostosa, porque sabia que a despedida de seu filho se tornaria um culto. Como o pastor e a irmã haviam ajudado no período de internação e enterro, não apenas psicologicamente, mas fisicamente e financeiramente, ela nada podia fazer para intervir no que eles iriam falar. Ela demonstrou tristeza por precisar da ajuda deles e por ter que dar algo em troca, ainda que fosse algo muito caro para ela, como a despedida de seu filho. E realmente assim foi o enterro, conduzido inteiramente pelo pastor e pela irmã. A partir de tudo que observei em campo, acredito que a igreja possui um papel central no estabelecimento de moralidades. Como mostrei anteriormente, ela tem a função de apoio espiritual e com alimentos e doações, mas no geral exige uma contrapartida para que isto ocorra. Neste sentido, é que estabelece padrões morais e regras a serem seguidas: realiza doações, mas exige comportamentos que considera adequados. O enterro de Gustavo é um exemplo desta situação.

Concordo com Mauss (1979) no que diz respeito à sua leitura das expressões de sentimento como fenômenos sociais e não apenas fisiológicos ou psicológicos. O autor procura entender, por meio de um ritual de um funeral na Austrália, as expressões coletivas sobre o luto. Ele analisa de que forma os gritos, choros e

cantos podem ser acionados, ainda que exista certa obrigatoriedade social nessas manifestações, com objetivo de entender a dor e o luto. Desta forma, é possível refletir sobre as representações de sentimento de injustiça e de sofrimento que vivenciei e assisti no enterro de Gustavo, e que se mostravam por meio de uma linguagem que era traduzida através de gritos, choros e cantos religiosos. Ou seja, havia um roteiro socialmente determinado.

É necessária a reflexão sobre o racismo institucionalizado no Brasil, onde há uma construção de corpos que são vistos como inimigos, sendo esses: pobres, negros, homens e favelados. Conforme há essa criação do inimigo, há uma legitimidade para o uso da força, tanto pelo Estado quanto pelos cidadãos civis em busca da extinção do perigo. Leite (2012) chama esse processo de “faxina étnica” em sistemas normativos, que demarca quem é ou não sujeito, quem merece morrer, quem é o perigo. Naquele trem, o Gustavo era o inimigo a ser combatido.

Depois do enterro, fiquei algumas semanas com dificuldade de escrever, pois eu também estava em luto. Gustavo era alguém que fazia parte da minha vida. Como mostrei no Capítulo 2, Behar (1996), em seu livro *The Vulnerable Observer*, reflete sobre a “observação vulnerável”. Sua questão diz respeito a como o pesquisador pode se colocar no texto, buscando o equilíbrio entre a conexão intelectual e emocional. Ela também discute sobre conhecer os outros, sujeitos de pesquisa, através de nós, pesquisadores. A autora escreve sobre como a culpa de não estar presente no falecimento do seu avô a levou à reflexão sobre o conceito de observador vulnerável. Para ela, a pesquisa de campo deve trabalhar e desvendar os envolvimento emocionais do próprio etnógrafo com o campo de estudo. Desta forma, Behar faz críticas à objetividade normatizada em trabalhos antropológicos justificando que pode resultar em estudos impessoais e incompletos.

Sendo assim, a autora se afasta da noção de observação participante, pensando em um conceito de observação do ambiente de estudo de forma mais distante, e passa a defender o que ela chama de “observação vulnerável”. Esta ocorre quando o pesquisador passa a ser também o sujeito de observação, não fala apenas dos outros, mas também se insere e descreve a si próprio, como fazendo parte daquela prática.

Inspirada em Behar, trouxe para a minha pesquisa de campo sentimentos de afeto, que andam em paralelo à realização da pesquisa de campo e justificam meu trabalho. Assim, as experiências relatadas durante essa dissertação não são apenas

sobre o outro, mas também sobre o que passou a fazer parte da minha vida e que, só assim, consegui realizar e concretizar a escrita: quando a redação passou a ser também sobre personagens próximos e a se misturar com a observação e a vivência. O que relatei acima, sobre o ocorrido com Gustavo, é um exemplo disso, dessa dificuldade de desagregar trabalho e vida pessoa. Portanto, é possível que haja um abismo entre o que aconteceu e o que descrevo aqui.

Dito isso, é notória a permeabilidade da violência na narrativa e não pretendo avançar no tema³⁸. Por meio de acontecimentos em que eu era também personagem da narrativa, minha intenção foi realizar uma discussão sobre os jogos de acusações que novamente se apresentam e que trazem o PBF e a alimentação enquanto fios condutores.

Conforme já citado acima, o dinheiro do PBF não é um dinheiro comum, já que ele vem do poder público diretamente para os beneficiários, sem qualquer restrição de uso. Mas, quando chega, ele se torna socialmente diferente, um dinheiro especial, carregado de moralidades, classificações e regras em relação ao gasto, criadas por vizinhos e parentes, gerando uma “economia moral”, que se apresenta de forma mais importante do que a economia monetária.

O dinheiro do PBF é direcionado a um grupo social com características, comportamentos e escolhas de consumo diferentes, que podem ser foco de preconceito e estigma. Phelan, Link e Dovidio (2013) analisam, na literatura, modelos de estigma e preconceito. Os autores sugerem a distinção entre estigma e preconceito, propondo três divisões: dominação e exploração; aplicação de normas; e prevenção de doenças. Eles afirmam terem encontrado o preconceito mais ligado à exploração e à dominação e o estigma mais concentrado em imposições de regras e prevenção de doenças. Desta forma, o preconceito poderia ser referido a algo relacionado à atitude, enquanto o estigma a um processo mais amplo.

Sobre os beneficiários do PBF, é possível afirmar que eles se encontram no centro do preconceito e também do estigma, uma vez que fazem parte de uma população dominada, normatizada e controlada. Como um dos exemplos do controle, podemos citar o PBF - desde suas condicionalidades até o gasto do dinheiro. Este dinheiro se torna alvo dessa vigilância constante, se tornando um

³⁸ Existe um campo já sedimentado de estudos sobre violência (segurança pública) e favelas e periferias. Especificamente sobre favelas cariocas e as muitas formas de violência: Zaluar (1985); Farias (2014), Parreiras (2018), Machado da Silva (2015), Vianna (2015), Misse (2006), Rocha (2009), Leite (2012), dentre outros.

socialmente diferente dos outros, com muitos significados, classificações e moralidades que são produzidas a partir da sua origem e do seu destino (EGER, 2014). Não é visto como resultado do trabalho, do esforço, do mérito, mas como de uma ajuda estatal que estimula ócio e vagabundagem e que divide quem o recebe de quem não o recebe. De um lado, há os prósperos, os trabalhadores, os moralmente superiores e, de outro, os inúteis, vagabundos e moralmente inferiores.

As acusações dirigidas à Luzia, após a morte de seu filho, nos mostram de que forma essa “economia moral”, na Favela do Tripé, movimenta o cotidiano dos moradores. Se, por um lado, havia o falecimento de um menino, que nasceu e foi criado naquele local, por outro, se encontrava uma mãe que sofria o luto por ter perdido filho e, ainda assim, era alvo constante de acusações, fofocas e julgamentos acerca das suas escolhas de consumo. O fato de Luíza ter feito um bolo para o seu marido, com produtos que eles consideram caros, foi um problema que precisou ser discutido e comentado por vizinhos e familiares, os quais realizam uma permanente vigilância difusa, regulando o que pode e o que não se pode comprar, consumir, mostrar. Ela ter gasto o dinheiro do PBF, que, dentro da expectativa social, precisava ser designado à alimentação das crianças, tornou Luíza a principal culpada pela morte de seu filho, uma vez que ela não pôde atender sua solicitação por comida.

Isto mostra que, apesar de haver outros familiares que poderiam ter se responsabilizado por comprar alimentos para Gustavo, como o seu pai e sua avó - que dias depois serviu lanche e almoço para todos que iam à casa da família cumprimenta-los -, coube apenas à mãe a recriminação por não ter ajudado, cuidado de seu filho. Isto ocorreu porque seu dinheiro era especial, não era o “outro dinheiro”, o que é proveniente de bicos ou de empregos e por isso pode ser usado para gastos diversos. O uso do dinheiro do PBF para outros fins gera muita fofoca e acusações que são responsáveis pela organização das moralidades e, conseqüentemente, do imaginário local a respeito de interdições e prescrições sobre o uso do dinheiro, especialmente de certos dinheiros.

Trabalho com o conceito de moralidade a partir de uma perspectiva crítica, tal como proposta por Fassin (2018). De acordo com este autor, uma antropologia moral (ainda que o próprio termo seja problemático) não se trata de um “projeto moralizante” (p.3). Nesse sentido, as questões morais estão embutidas na própria base do social, sendo que elas não podem ser pensadas em separado de problemas econômicos, políticos, religiosos e sociais. Precisamos entender em como essas

moralidades circulam, se estruturam em nomeações e em formas de regulação dos grupos sociais. Como afirma Fassin: “o objeto de uma antropologia moral é a construção moral do mundo”.

Na Favela do Tripé, podemos encontrar as moralidades nas escolhas que eles fazem em relação ao que comprar com o dinheiro do PBF, que vem de acordo com um aprendizado social dentro de um grupo social. Por esse motivo, causa estranheza alguém fugir dos itens que são considerados permitidos de se adquirir com o dinheiro do benefício, sendo julgado moralmente. No entanto, fica claro que esses apontamentos são exclusivos às mães e às mulheres porque é para elas que são direcionadas as acusações, fofocas e estigmas relacionados ao gasto do PBF.

3.1 - “Tem gente que não merece ser mãe”: moralidades, maternidade e Bolsa Família

Como dito anteriormente, o benefício do PBF, na Favela do Tripé, é quase que exclusivamente recebido por mulheres. Sendo assim, a escolha sobre o que consumir é também responsabilidade delas. No entanto, se elas designam o dinheiro para outros fins, que não os ligados às necessidades básicas, são julgadas e se tornam foco de estigmatização por parte dos vizinhos.

Entretanto, o que seria uma necessidade básica? É importante entender que existe uma variedade de leituras sobre o que é necessário para cada família, a partir de suas experiências, seus antepassados e suas escolhas, ou seja, a partir de suas construções sociais. Determinado produto pode se tornar essencial para a vida de um grupo familiar e ser completamente dispensável para outro. No entanto, como estamos falando de uma moralidade social, existem alguns itens que mostraram ocupar espaço garantido em todas as listas dessas famílias: arroz, feijão, proteína, iogurte e leite. Como exemplo, cito algumas falas de minhas informantes:

Você já é muito grande para tomar iogurte e leite, tem que deixar pros seus irmão mais novo né? Tem graça você abrir a geladeira e acabar com as coisas deles, não se enxerga não? É sempre assim, você acha que não percebo que eu compro iogurte pra eles e quando vejo já acabou? Eu sei que você pega! (Luíza, 33 anos)

É assim, Vivi, ela tem um monte de filhos e eles vão comendo cada dia em um lugar. Comem muito mal.

Ela tinha que pegar o dinheiro do Bolsa Família e comprar legumes, verduras pras crianças, mas não, a verdade é que aqui, só eu dou legumes para os meus filhos. Outro dia fiz uma sopa e chamei os filhos dela pra comer. Comeram tudo, um prato enorme e repetiram. Aí você vê, as crianças gostam, mas a mãe não dá. Mas você sabe né? Ela usa o dinheiro todo dela com drogas. Sabe o que ela faz? Ela te pede 100 reais emprestado, aí te paga 150. Como garantia, ela deixa o cartão do Bolsa Família com você e a senha. No dia certo, você vai lá e pega o dinheiro. Eu já fiz isso pra ela, mas depois não faço mais não. É como se eu tivesse tirando comida da boca das crianças, porque o dinheiro do Bolsa Família é pra isso né? Para dar comida para as crianças. (Joana, 40 anos)

Ih, o que tem de gente que usa o dinheiro do Bolsa Família pra ir pro baile, você nem queira saber. Vejo um monte de mãe comprando bebida aqui e, no dia seguinte, não tem nem o que comer. Elas não se preocupa não, Viviane, não quer nem saber. Por isso não tenho amigo aqui, elas não valem nada. Quem deixa os filhos passar fome pra beber? Comprar cigarro? A gente que é mãe tem que cuidar, tem que usar o dinheiro pra comida, pra um biscoito, um leite, um legume que é bom pra eles né? Tem gente que não merece ser mãe. (Lídia)

A fala de Luíza mostra sua relação com determinados alimentos. Ela separa iogurte para os seus filhos mais novos, pois acredita que o produto faz parte do que ela considera essencial a uma alimentação saudável, que precisa ser oferecida para garantir um crescimento com saúde. Já os mais velhos são repreendidos quando querem comer o iogurte, já que eles não precisam mais daquele alimento por não estarem mais no que elas acreditam ser a fase de crescimento.

Essas proibições alimentares não são questões inéditas. Mausés e Mausés (1978) pesquisaram como são as representações, proibições e classificações dos alimentos entre pescadores. Eles analisaram de que forma se dá a relação entre as categorias de pessoas e os alimentos, resultando em uma classificação simbólica complexa. Os autores defendem que a proibição alimentar pode ser uma ferramenta de defesa contra a fome, em momentos de carência alimentar, que se torne comum nas relações sociais.

Sahlins (2003) nos faz refletir sobre esta situação ao afirmar que os objetos e as coisas só possuem “movimento” pelo significado social que são dados a eles. Em seu texto, o autor analisa os hábitos alimentares norte-americanos e o tabu em torno

do uso de alguns animais para alimentação, afirmando existir uma “razão cultural” para estes hábitos. É isto que define então a comestibilidade ou não de alguns animais. Essa organização cultural dos significados de cada animal faz com que nos seja inimaginável pensar em comer cachorros e cavalos, localizados em uma cadeia de relações mais próximas com os humanos. Mas o autor também nota que, em momentos de crise, aparecem “as contradições do sistema”. Ele dá como exemplo uma crise econômica ocorrida, nos anos 70, nos Estados Unidos, quando autoridades sugeriram que a população se alimentasse de vísceras, coração ou rins, já que possuem o valor nutricional parecido com as outras proteínas que estavam acostumados a consumir. Isto causou espanto e protesto entre a população, como ele bem ilustra. Podemos aproximar essa apresentação da reorganização do sistema, nos momentos de crise, com a questão apontada por Mausés e Mausés (1987): existe sempre a possibilidade de resignificação do uso e consumo dos alimentos, mostrando o quanto se trata mesmo de uma “razão cultural”.

Na segunda fala acima, a de Joana, pode-se observar o frequente jogo de acusações entre os vizinhos, onde o Bolsa Família se apresenta como fio condutor que é utilizado para promover julgamentos e fofocas. Ela deixa claro durante a entrevista que, para ela, é inaceitável que as mulheres que recebem o benefício o utilizem para qualquer outro fim que não seja unicamente direcionado para o cuidado e, mais especificamente, para a alimentação dos filhos.

Ainda que Joana tenha contado que já usou o benefício para efetuar compras de eletrodomésticos, como micro-ondas e geladeira, ela explica que isto só foi permitido, que ela só se sentiu à vontade para tal, porque a alimentação das crianças já estava garantida. Caso contrário, seria totalmente inaceitável o uso do dinheiro para outros fins e isto concederia a ela uma posição de mãe ruim, que não se preocupa com os filhos e que poderia ser mal falada pelos vizinhos.

Ainda sobre Joana, quando lhe é questionado sobre sua amizade com os vizinhos, ela reflete sobre como a sua casa funciona como um ponto de encontro em que todos se juntam para conversar. Acredito que isso se deva ao fato de haver uma área mais externa na casa, separada do restante dos cômodos. É nesse local onde eles cozinham no fogão à lenha, sentam para tomar café e preparar os almoços no final de semana. Joana diz que os vizinhos são como uma família para ela, já que a sua está em outro estado, e ela utiliza essa proximidade para justificar o que ela chama de “preocupação com o que eles comem”. Na medida em que ela se sente

parte da família dos vizinhos, é natural que lhes sugira o que oferecer às crianças e como utilizar o dinheiro do PBF.

Há também, na fala de Joana, algo importante nesse contexto que é o fato do cartão do PBF ser utilizado enquanto garantia para o pagamento de uma dívida. Esse não foi o único exemplo que apareceu em campo. Em outra conversa, uma moradora me contou que deixou o seu cartão e sua senha com um pedreiro como garantia de pagamento da construção de sua casa. Isso mostra e corrobora o que já foi falado no segundo capítulo e que retorna na fala das mulheres como mais uma face e mais uma construção do que é o cartão do PBF. Para além de um objeto que permite o pagamento eletrônico e o acesso ao dinheiro, na Favela do Tripé, ele ajuda na definição de como aquele indivíduo é visto, na construção de quem ele é nas relações sociais daquele local, tornando-o mais confiável e lhe permitindo algumas negociações financeiras.

O que podemos concluir é que o cartão do PBF criou um sistema de crédito popular para essa população, de baixíssima renda, que não consegue obter aprovação em nenhum sistema de empréstimo ou crédito, por não possuírem documentos necessários - como o comprovante de residência ou de renda -, já que grande parte da Favela do Tripé não conta com um sistema de entrega de Correios e faz parte de empregos informais. O cartão do PBF preenche exatamente essa lacuna, uma vez que é visto como a objetivação de um compromisso. Mas, diferente da lógica dos empréstimos em bancos ou financeiras, onde o pagamento é efetuado em cartão de crédito, boletos bancários, débito em conta ou em folha de pagamento, no caso do Tripé, o cartão físico é a garantia do pagamento da dívida.

Outra novidade, em relação ao que o cartão do PBF oferece àquela população, diz respeito a oportunidades. Conforme podemos observar, as bandeiras dos cartões – principalmente de crédito - mudam dependendo do valor gasto mensalmente. Essas diferentes bandeiras permitem certa hierarquia a determinadas classes sociais, uma vez que, quanto mais elevada for sua bandeira, mais benefícios e exclusividades serão acessíveis. Por isso, pode-se afirmar que há uma exclusão de camadas mais pobres da sociedade, que não possuem cartão de crédito. Sendo assim, além da autonomia, já citada como um benefício do PBF, o cartão deste programa de transferência de renda possibilita que seus beneficiários adquiram também uma mobilidade financeira, realizando compras, empréstimos, mudando suas casas e tendo acesso a diversos bens de consumo.

Nas pesquisas sobre o PBF, esse não é um tema novo. Rego e Pinzani (2014) refletem sobre a forma que a “monetização das relações” torna os indivíduos autônomos, iguais e livres, mas, ao mesmo tempo, desenvolve diferentes conflitos uma vez que a escolha do que comprar é individual. Entretanto, comprar não deixa de sofrer interferências de outras pessoas, podendo inclusive afetar algumas relações. Um exemplo disso é a fala de Lídia: ela é categórica ao dizer que não faz amizade com ninguém na favela, pois não concorda com a maneira como as mulheres gastam o benefício do PBF. Isto evidencia acusações entre mulheres e a afirmação de falta de laço devido a críticas morais a respeito de conduta e uso do dinheiro do PBF. Ao acusar as mães de comprar bebidas e cigarro com o dinheiro do benefício, ela produz e reproduz uma rede de fofocas, uma vez que torna determinada mulher inapta para o papel de mãe, de beneficiária e de cuidadora. Reitera e normaliza um sentido de maternidade e do que é “a boa mãe”, quando me diz que seria aquela que cuida dentro de determinados padrões e que faz escolhas que colocam os filhos acima de tudo.

A fofoca gerada pelo uso do benefício é recorrente. Para alguns moradores é inaceitável que o PBF seja utilizado para algo diferente de alimento. A fofoca entre os vizinhos cria entre os beneficiários o que Elias e Scotson (2010) e Goffman (1981) chamam de “controle moral”. Na Favela do Tripé, o PBF é usado como agente de disputas no que diz respeito a quem merece mais ou menos, dependendo do uso que faz do dinheiro recebido. Em certo sentido, como atesta a fala de Lídia, é construído um arcabouço moral que diz até mesmo quem pode ou não, merece ou não ser mãe.

Inspirada em Fernandes (2017), é fácil entender que é dada à mãe a responsabilidade pela criação de indivíduos saudáveis, seguros e estáveis. São as mães que precisam dispor de atitudes normativas como forma de serem vistas como “boas mães”, como “saber ser mãe”. Na pesquisa, fica visível que, para além da gestação, a conexão entre mães e filhos precisa necessariamente, envolver relações de poder e cuidado e são exatamente essas categorias que lhe darão o merecimento de ser mãe, como fica elucidado na fala da Lídia.

No entanto, acredito que o estigma criado, em relação ao grupo de mulheres que utilizam o benefício para algo que não seja diretamente associado às crianças, se dá pela falta de conformidade ao que é socialmente esperado. Ou seja, o comportamento delas em relação às compras realizadas com o PBF se apresenta

diferente do previsto e, assim, foge do que as vizinhas entendem como o normal para o gasto do dinheiro. Desta forma, o objetivo do estigma seria esclarecer comportamentos aceitáveis para modificar as ações e, conseqüentemente, aumentar a conformidade (PHELAN, LINK e DOVIDIO, 2013).

É possível afirmar, em relação às beneficiárias do PBF da Favela do Tripé, que o que causa o estigma são as normas, que são estabelecidas por elas. Ainda que haja certos mecanismos do Estado para definir como deve ser gasto o dinheiro do benefício, pois, através das condicionalidades (saúde e educação), fica velado como deve ser usada a quantia, não há uma regra oficial a ser cumprida. Sendo assim, este estigma resulta em disputas e conflitos entre as vizinhas e beneficiárias.

Pensando nesse jogo de disputas a partir do Programa Bolsa Família, também se torna evidente que os diferentes valores recebidos pelos beneficiários são usados como justificativa para mais acusações, fofocas e distinções entre os moradores do Tripé. Um exemplo disso são as seguintes colocações de Josefa e Luíza:

Não sei porque a Samantha ganha mais, mas teve uma época que ela ganhava quase mil reais. Ficava aí sem fazer nada, nem um trabalho arrumava. E eu que dou duro, trabalho, vendo sorvete e tudo mais, nada. Eles deviam ver isso, eu acho. Já fui lá perguntar: ué, se eu tenho a mesma renda que ela, como posso ganhar menos? Mas eles não sabem, as assistentes sociais não sabem, não conseguem responder a gente. Fazer o que, né? (Josefa, 45 anos)

Eu não tenho a menor ideia dessa coisa dos valores, sei que é assim. Vou falar uma coisa pra você: o que tem de gente aqui que tinha que ganhar menos que eu, você nem imagina. Ela vai no baile, entorna, toma balinha até e amanhã já era. Eu tenho vontade de chegar lá e perguntar porque ela ganha mais que eu, claro que eu tenho. É injusto, eu acho. Mas não sei porque é assim. Eu tive que colocar que ganhava 200 reais de renda, eu ganho zero. Falei pra mulher lá na hora de preencher que eu não ganhava nada, mas ela disse que não podia colocar zero e inventou uma renda pra mim de 200 reais, mas se alguém foi lá e conseguiu colocar zero, já ganha o mesmo que eu, porque tem gente que tem menos filho que eu e ganha mais, como pode? Isso que eu acho estranho. (Luíza, 33 anos)

As falas acima fazem parte das entrevistas aplicadas com algumas das mulheres da Favela do Tripé e ratificam o que já foi falado, no capítulo anterior, sobre os valores divergentes concedidos aos beneficiários do PBF. Entretanto, o que pretendo analisar aqui é sobre como esses valores diferentes se tornam responsáveis por novos jogos de acusações e fofocas, como a vida neste ambiente é permeada pelo controle dos próprios pares.

É importante ressaltar que, durante o meu campo, só ouvi moradoras mulheres discutirem sobre o PBF. Nenhum homem, ainda que fizesse parte da família, falava sobre o assunto, como se o dinheiro do BF fosse, além de um “dinheiro especial”, de pertencimento e responsabilidade exclusivo das mulheres. Em determinados casos, até complementariam a renda de casa com o benefício, mas caberia a elas a movimentação desse dinheiro. Além de um dinheiro especial/moral, a forma como a política pública se organizou transforma o benefício em um *dinheiro de gênero*. Ademais, eles não demonstraram saber nem o valor recebido por elas, assim como não obtinham conhecimento profundo sobre o benefício e suas condicionalidades, pois, embora estas últimas dissessem respeito à saúde e educação de seus filhos, eram as mães as responsáveis por esses assuntos.

Não é uma novidade nas pesquisas sobre o PBF o que acabo de descrever acima. Eger (2013) mostrou, em sua pesquisa, que os homens encaravam o dinheiro do PBF como “dinheiro das crianças”, que era administrado pelas mães e que deveria ser usado para alimentação, vestimenta ou material escolar de seus filhos. A autora ainda inclui um sentimento de desonra quando o homem³⁹ não pode sustentar sua família e precisa recorrer ao “dinheiro da criança” para ajudar nas compras e contas de casa.

Acredito que, por esse motivo, encontrei certa dificuldade em falar com os homens sobre o Programa Bolsa Família. Tentei em algumas ocasiões, principalmente em alguns eventos para os quais fui convidada, iniciar o assunto com alguns deles. A resposta sempre era vaga e me direcionavam a conversar com a mulher: “ela que resolve esse assunto”, diziam eles. Por isso, não apenas em relação aos gastos, mas também as fofocas e conflitos que giram em torno do benefício, é um assunto exclusivo das mulheres. Durante meu campo, pude observá-

³⁹ Durante meu campo, só tomei conhecimento de um homem que era receptor do benefício em consequência do falecimento de sua esposa e mãe de seus quatro filhos.

las em momentos de conversa, onde sempre fofocavam sobre suas vizinhas e sobre o valor que elas recebem do Bolsa Família.

A fofoca sobre o PBF é algo que aparece como intrínseco às mulheres se pensamos no senso comum. No Tripé, as mulheres se mostraram surpresas quando eu questionei sobre a participação dos homens nas conversas relacionadas ao PBF, pois eles não fazem fofoca, não lhes cabe bem esse papel. A eles, são alocados o respeito, a coragem, a honra. Quando querem dizer algo, dizem diretamente. Tudo isso confirma a manutenção de convenções de gênero que separam o mundo entre esferas de homens e de mulheres.

Cláudia Fonseca (2000) analisa como se diferenciam os homens de mulheres em relação às suas opiniões, pois, segundo a autora, “ao homem cabe impor sua vontade pela força física; à mulher, através da manipulação da opinião pública” (p. 25). Ela também ressalta que a reputação é mais importante às mulheres, pois pode servir como instrumento para exclusão de um grupo. Isso acontece principalmente quando está ligada ao cuidado com a casa e à maternidade, pois, “o orgulho da mulher depende do reconhecimento de suas capacidades de mãe e de dona de casa”, ou seja, a criança serve como vitrine do papel de mãe. Como exemplo, cito a seguir a fala de Luíza:

Eu estava lá no beco bebendo, estava na minha e ela entrou. Eu não falei nada, tava lá quieta e ela veio do nada me chamar de fraca. Aí eu virei e perguntei de onde ela tinha tirado isso e ela me disse que eu era uma esposa e uma mãe ruim, que todo mundo da favela falava isso. Ah, Vivi, eu não aguentei, arrastei ela pra fora e dei um tapa na cara dela pra ela ver quem era fraca. O Juca não fez nada, ficou lá só olhando. Falar que sou uma mãe ruim, na frente de todo mundo! Isso não podia aguentar, não sou eu que fico sentada no Bingo o dia todo, com aquela barriga de fora sem fazer nada. Meus filhos estão sempre limpos e arrumados. Ela mereceu, saiu toda machucada (Luíza, 33 anos).

O relato acima demonstra como a fofoca pode desencadear a violência e, além disso, mostra a importância da reputação, ou seja, o quanto é fundamental para as mulheres da Favela do Tripé serem reconhecidas como boas mães e donas de casa. O rompimento, ainda que parcial, com esse cuidado as torna vítimas de

estigmatização e há um conseqüente afastamento da vida social daquela comunidade.

Ainda sobre os diferentes valores do benefício, é evidente que há um grande desconhecimento em relação ao que elas devem receber. Isso se mostra muito claro durante meu campo e, assim como o desconhecimento acerca do programa, ambos corroboram para que essas mulheres se sintam humilhadas. Acreditam ser inferiores e que, por isso, não entendem o que os profissionais da saúde lhes explicam. Elas também não enxergam neles a obrigação de esclarecimentos sobre os valores do PBF, como podemos observar na fala abaixo:

Eu já fui lá algumas vezes, perguntei pra mulher e ela não me respondeu nada. Quer dizer, ela disse né, mas eu sou tão burra que eu não entendi. Tinha uma fila enorme lá, não tinha mesmo como ela ficar me dando explicação. Imagina se ela tivesse que falar isso com todo mundo, todo mundo burro, sem entender nada. Ela não ia trabalhar, ia ficar só fazendo isso o dia todinho. (Juliana, 35 anos)

Sendo assim, podemos observar que a questão dos diferentes valores recebidos causa dois tipos de sentimentos. O primeiro está relacionado às vizinhas que recebem mais e, por isso, poderiam ser mães melhores aos seus filhos, uma vez que teriam mais dinheiro para lhes propiciar uma vida melhor, gerando fofocas e violência em alguns casos. E o segundo, o aumento do estigma e da vulnerabilidade, ambos gerados pelos próprios trabalhadores de saúde do CRAS.

Esse aumento da vulnerabilidade, resultante de assistentes sociais que trabalham com o PBF, foi demonstrado na pesquisa de Eger (2013). Ela conta como os beneficiários sentiam que precisavam reafirmar sua pobreza e sua carência alimentar para continuarem recebendo o benefício. Desta forma, a cada visita do trabalhador da saúde, as mulheres demonstravam as necessidades que estavam vivendo. Mostravam o armário que se encontrava vazio, sem comida ou como precisavam de doações para sobreviver. A autora explica como “o sofrimento, desencadeado pela relação entre beneficiários e assistentes sociais, visa não apenas reparar vulnerabilidades, mas também é responsável por sua produção” (p. 98).

Dito isso, é importante pensarmos a desinformação, a falta de acesso e a dificuldade de compreender o benefício enquanto um sofrimento, que causa, aos

moradores do Tripé, um aumento da vulnerabilidade, ainda que o benefício seja responsável por oferecer, como mostrado anteriormente, autonomia às mulheres.

Na Favela do Tripé, embora à primeira vista seja quase imperceptível a presença do Estado, o conceito de margem (DAS e POOLE, 2008) é mais uma vez importante. Neste caso, o Estado aparece na figura do CRAS, que acaba repetindo exclusões. Ainda que o CRAS seja o responsável por garantir a melhoria de vida e autonomia dessas pessoas, ele também reproduz desigualdades, já que, segundo relatos das minhas interlocutoras, os profissionais as tratam como se fossem sempre incapazes de compreender qualquer explicação.

Através do que foi demonstrado acima, é possível entender como aparecem as fofocas, os julgamentos e as desigualdades por meio do PBF. Além disso, é importante pensar sobre a produção de novas relações de vulnerabilidade em populações já bastante vulnerabilizadas. Com isso, começamos a compreender como as moralidades aparecem na Favela do Tripé. No entanto, há ainda uma outra face destas moralidades a ser abordada: o modo como ela se relaciona com as corporalidades.

3.2. “Falar que sou uma mãe ruim, não sou eu que fico sentada o dia todo, com aquela barriga de fora sem fazer nada”: Um corpo moral.

Conforme podemos observar, na fala que dá título a este subitem, existe uma ressignificação do papel de mãe por meio do corpo. Luíza mostrou, a partir de sua frase, que também existem moralidades em torno da estrutura física e que esta se vincula ao papel de mãe e ao PBF.

Durante meu trabalho nesta favela, não apenas dentro de ONGs, mas também nas escolas da região, em contato com funcionários de saúde e de assistência social e a partir dos relatos de meus pacientes e beneficiários, comecei a perceber mudanças consideráveis na vida destas pessoas nos últimos anos. Mudanças que dizem respeito, ainda que não somente, à alimentação das famílias e ao papel da mulher na comunidade. No que se refere ao perfil nutricional⁴⁰ dos moradores, notei que houve um relevante aumento no consumo de alimentos

⁴⁰ O perfil nutricional refere-se ao equilíbrio entre o consumo alimentar e as necessidades de nutrientes. Esta ingestão depende e é influenciada por diversos fatores

processados e ultra processados⁴¹, o que influenciou no ganho de peso dessa população.

Este aumento de peso vai contra o senso comum de que encontramos entre populações pobres apenas desnutrição. Estudos⁴² realizados nos últimos anos corroboram com a minha observação, mostrando que são muitos os fatores responsáveis pelo problema da obesidade. Dentre eles, podemos citar a maior disponibilidade de comprar alimentos, a influência da mídia nas escolhas do consumidor, o crescimento do sedentarismo e o aumento do poder aquisitivo que impactaram características nutricionais dos grupos que recebem o benefício do Programa Bolsa Família.

Outro ponto importante é como as mulheres, que recebem ou já receberam o PBF, enxergam o seu corpo e como o outro também o faz. Isso diz respeito a como elas projetam as suas vidas e de que forma esse possível aumento de peso influencia nas suas escolhas, não apenas alimentares, mas como o corpo tem relação com as moralidades do indivíduo. Como o meu recorte foram as mulheres beneficiárias do PBF, pude observar que a transferência de renda permitiu a criação de novas relações de gênero, sendo que as mulheres ganham destaque como responsáveis pelas decisões sobre a alimentação do grupo familiar.

Segundo Yatzimirsky (2006), a sobrevivência faz com que as necessidades alimentares sejam priorizadas em relação às demais. Desta forma, os moradores das favelas podem resistir à fome, mas não à deficiência nutricional, resultando em uma fome oculta que é causada não por sinais clínicos de desnutrição, mas pela carência de nutrientes, já que há o aumento de ingestão de alimentos industrializados. Isso nos mostra como eles escolhem seus alimentos que, geralmente, são os produtos mais baratos, para possibilitar chegar ao final do mês ainda com comida. Um exemplo disso é a fala de Rita:

Geralmente eu vou ao mercado mais barato. Pras crianças, tem que ter iogurte, leite, biscoito, quando dá compro uma fruta. Não dá pra ser aquela marca né? A melhor de todas. Mas eu sempre tento ter em casa uma coisinha pra eles. Agora eu como qualquer coisa, eles estando bem, eu como qualquer coisa. Às vezes, como um biscoito e já

⁴¹ Alimentos Ultra processados e Processados: são alimentos que trazem muito risco à saúde, pois a fabricação envolve técnicas de processamento e ingredientes industriais. Alguns exemplos são biscoitos recheados, refrigerantes, biscoitos chips e macarrão instantâneo.

⁴² Witt (2017), Lima de Figueiredo et al (2017), Sperandio, Rodrigues, Franceschini e Priore (2017); Carmo, Oliveira, Almeida e Santos (2016).

nem almoço mais. Eles que importam. (Rita, 30 anos)

A narrativa acima nos mostra que as mulheres muitas vezes se abstêm do alimento em detrimento dos filhos e maridos e, por isso, acabam fazendo escolhas alimentares mais baratas e de menor valor nutricional. Sendo assim, com um olhar de nutricionista e observando os corpos naquela favela, posso afirmar que as mulheres apresentam maior sobrepeso do que os homens, o que se justifica pela frequente troca das principais refeições (desjejum, almoço e jantar) por alimentos hipercalóricos. Outro motivo desse sobrepeso pode estar atrelado ao fato de os homens saírem para a labuta, enquanto parte das mulheres permanece em casa cuidando da família.

Claramente, as escolhas alimentares não são baseadas apenas nos preços dos alimentos, mas também são orientadas por uma abordagem sociocultural, influenciadas por ordens históricas, culturais, sociais e econômicas do indivíduo e que marcam sua identidade. O alimento é visto como algo simbólico e não apenas sob o ponto de vista biológico, que atende somente às necessidades de funcionamento do organismo.

Para Maciel (2005), apesar de comer ser uma necessidade vital, as escolhas que cercam o ato de se alimentar, como o alimento, o local e as pessoas que farão parte deste momento, produzem “maneiras diferentes” deste processo, que tem como produto uma diversidade cultural que vai além do biológico, marcado por fatores sociais, ecológicos, culturais e econômicos.

O peso também está associado, naquele contexto, assim como o recebimento do PBF, à falta de trabalho. A gordura corporal é vista como sinônimo de preguiça, falta de cuidado e acomodação. O estigma da gordura desqualifica o indivíduo e o torna incapaz de conseguir um emprego. Para Goffman (1981), “o termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo” (p.6). A estigmatização, para aqueles que já possuem atributos morais considerados ruins, funciona como um controle social, afastando essa minoria de um convívio em grupo.

Rego e Pinzani (2014) analisam algumas condições básicas para uma vida saudável e destacam pontos que representam obstáculos nesse processo: moradia precária, acesso ao serviço de saúde e má nutrição. A má nutrição não se apresenta apenas ligada à ausência de alimentos, mas à falta de educação nutricional e ao consumo insuficiente de alimentos que sejam fontes de vitaminas, sais minerais e

proteínas. Esses, geralmente, são substituídos por alimentos ricos em gorduras e carboidratos.

Para além de questões nutricionais específicas dos alimentos, Ferreira e Magalhães (2005) discutem a relação entre excesso de peso e magreza. Segundo os relatos dos sujeitos de pesquisa, o primeiro vem ligado a limitações e sintomas clínicos. Ou seja, só se faz necessário emagrecer por uma questão de saúde e não necessariamente por estar relacionado a nenhum atributo físico. Por outro lado, para esses grupos, pessoas magras são consideradas doentes ou, por algum motivo, estão sendo privadas de se alimentar.

Assim, considero que as pessoas acima do peso, bem como as que recebem o PBF e as que foram cortadas do benefício, acabam sendo desvalorizadas e excluídas. Conforme dito anteriormente, a pessoa acima do peso é vista como preguiçosa e incapaz, assim como as que recebem o benefício, que também são consideradas vagabundas e inúteis, vivendo às custas do Estado. Já as que tiveram o benefício cortado são julgadas não merecedoras e vivem sob desconfiança de terem agido de má fé, motivo pelo qual tiveram o benefício anulado. São pessoas estigmatizadas de todas as formas: moradia, corpo, recebimento ou o corte do PBF e tantos outros rótulos. Um exemplo disso é o relato de Luíza:

Eu estava conversando com meu compadre sobre eleição. Falei pra ele que, se o coiso ganhasse, a gente ia estar ferrado, a chance do Bolsa Família acabar era grande. Ele não se preocupa com pobre, ele não quer nem saber. Aí tu sabe o que ele me disse? Disse que ele não estava nem aí, que tinha que acabar mesmo, que era pra essas mulheres levantarem a bunda gorda e irem trabalhar e não ficar vivendo às custas do governo. Eu respondi na hora pra ele: eu vivo às custas do governo? Você acha que eu fico em casa coçando a buceta e vivo só com o dinheiro do Bolsa Família? Você sustenta sua afilhada? Você dá comida pra ela, roupa, leite, iogurte, Mucilon, compra fralda? Pelo amor de Deus, né? Ele acha mesmo que ninguém faz nada e só vive com o Bolsa Família. (Luíza, 33 anos)

Com a narrativa acima, é possível observar que os beneficiários do PBF são estigmatizados e vistos como pessoas que não querem trabalhar. Essas pessoas se sentem inferiores e, muitas vezes, encaram o benefício como uma ajuda do governo e não como um direito que lhes é assegurado com o objetivo de diminuir a

desigualdade social. Eles não se aceitam e se compreendem como portadores de direitos, inclusive sociais, estando sempre em uma posição inferior, como aquele que não pode crescer sem ajuda do Estado.

Ainda sobre o peso, que é visto como um empecilho para que a pessoa trabalhe, Foucault (2017) atribui ao Estado o investimento na vida, o cuidado com os corpos para o aumento da produtividade, diretamente ligado ao aumento das forças produtivas. Para tal, instituições disciplinadoras e práticas políticas e econômicas surgem como forma de garantir o controle das populações e, por conseguinte, o controle da vida. Um desses controles diz respeito ao corpo obeso que é enquadrado, a partir das moralidades, como incapaz, preguiçoso, inapto e inferior. Acaba por se consolidar também um padrão saúde x doença, já que esse corpo obeso é comparado a um corpo doente, que precisa ser tratado e normatizado para voltar a estar em conformidade com a norma.

Outro ponto importante de se ressaltar, na fala acima, diz respeito ao que Lewis (2018) conceitua como “cultura da pobreza”, que se refere à

reação dos pobres a sua posição marginal em uma sociedade de classes estratificadas, altamente individualista e capitalista. Representa um esforço para enfrentar os sentimentos de desespero que nascem, quando os pobres compreendem a que ponto é improvável que eles alcancem o sucesso tal como ele é concebido de acordo com os valores e objetivos da sociedade em que vive. (LEWIS, 2018, p. 355).

Para Luíza, é inaceitável que alguém acredite que o PBF seja o único responsável pela manutenção dos cuidados com seus filhos. Por isso, ela está sempre à procura de participação na economia de seu grupo, ainda que para isso precise pedir dinheiro para agiotas, dividir suas compras em vários dias do mês para que tenha mais dinheiro livre para adquirir outros produtos e realizar pequenos trabalhos informais - cujo objetivo é conseguir uma remuneração mais rápida para algum objetivo a curto prazo, como uma festa de aniversário. Isto nos mostra, mais uma vez, como o dinheiro do PBF é moralmente marcado: o dinheiro dos bicos pode ser usado para além da alimentação; o do benefício é restrito a gêneros alimentícios e alguns produtos para as crianças.

A partir disso, explicam-se os discursos ligados a posições que poderíamos chamar de neoliberais, por parte dos próprios moradores. Após os cortes no PBF, como forma de comportamento e de se relacionarem uns com os outros, nota-se uma competição, não apenas entre beneficiários, mas em relação ao que eles

fazem com o dinheiro que recebem, enfrentando o que Dardot e Laval (2017) chamam de “luta econômica”. Nesse sentido, para sobreviver, cada um deve criar as próprias condições para tal, independentemente do recebimento ou não de algum benefício governamental. Foi um desafio enfrentar a discussão sobre os cortes e bloqueios, na medida em que eles parecem reorganizar a vida social dessa favela, principalmente em um momento de sucessivos ataques aos direitos sociais. Com os cortes⁴³ e retraimentos no PBF, torna-se indispensável pensar nas consequências disto para a população de baixa renda, não apenas relacionadas à alimentação, mas também aos estigmas vividos por estas pessoas.

Sobre cortes, manutenções e valores diferenciados e sem critérios que soem claros àquelas pessoas, parece circular grande desinformação em termos técnicos, mas muitas opiniões, por vezes confusas e imprecisas. Nos casos mais dramáticos, a consequência é sempre em cadeia e a primeira dificuldade mais evidente é relacionada à alimentação. Torna-se importante entender o funcionamento do benefício em contextos etnográficos específicos, como ele é utilizado para suprir necessidades alimentares, mas também o sentido que se atribui aos corpos, às comidas e ao próprio dinheiro, sempre moralizados.

São várias as discussões entre os vizinhos sobre os motivos para os cortes do PBF. A utilização do dinheiro para comprar drogas e/ou bebida alcoólica, a irresponsabilidade na criação dos filhos e a falta de atenção ao andamento escolar eram as razões que mais apareciam nos discursos. Segundo Luíza, a situação está cada vez mais difícil, pois as suspensões já feitas no PBF, o aumento do gás e o desemprego fizeram com que a fome⁴⁴ volte a ser uma realidade na vida deles.

É frequente ver crianças substituírem uma refeição por um pacote de biscoito, muitas vezes por não ter comida em casa. No geral, é na escola em que elas têm acesso a uma refeição mais completa, diversificada e equilibrada. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁴⁵ é responsável por oferecer alimentação e educação alimentar a todos os estudantes da rede pública na educação básica. O cardápio é elaborado por uma nutricionista com a promessa de atender às

⁴³ <https://jornalggn.com.br/noticia/crueldade-social-como-politica-de-estado-por-walquiria-domingues-leao-rego>

⁴⁴ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/12/05/em-1-ano-aumenta-em-quase-2-milhoes-numero-de-brasileiros-em-situacao-de-pobreza-diz-ibge.ghtml?fbclid=IwAR2HY9CUp9HCO1zQ97tyTkULiMhynpleropoAbPsVmmCp56Y0YWDTmBp7Sc>

⁴⁵ <http://www.fn.de.gov.br/programas/pnae>

necessidades nutricionais e respeitar os hábitos alimentares da região. Para muitas dessas crianças, a refeição na escola é a única do dia.

Nos últimos meses, os ex-beneficiário relataram que outra maneira de lidar com a falta de comida é a busca por algumas igrejas próximas, a fim de receberem doação de cesta básica. Isto mostra, mais uma vez, a religião ocupando o lugar do Estado. No entanto, eles descrevem essa experiência como algo muito humilhante, em sua concepção. Isto porque, para receberem essa ajuda, eles precisam assistir ao culto ou à missa inteira para só ao final receber os alimentos. O problema é que, muitas vezes, eles não possuem esse hábito de frequentar a igreja.

Ainda assim, segundo os relatos, esses alimentos geralmente são de qualidade muito ruim e, na maioria das vezes, vêm com os sacos abertos e carunchos⁴⁶, sendo difícil separar o que está próprio para consumo. Nos piores casos, descartam o alimento e continuam sem acesso à alimentação.

Pensando no contexto citado acima, das igrejas enquanto gerenciadoras de cestas básicas, e inspirada em Foucault (2017), vale analisar o quanto esta instituição faz o papel de disciplinar corpos por meio das missas ou cultos e, posteriormente, escolher quem é passível de ter vida, quais as famílias se beneficiariam mais com as doações, quem merece e quem conseguirá transformar esse alimento em produtividade, como mostra a narrativa abaixo:

Às vezes, eles dão uma cesta básica, mas você tem que ir lá, assinar no começo da missa e no final pra receber. Aí você pega. Da última vez, fui lá pegar pra minha filha que ela estava passando muita necessidade. Quando a gente abriu, estava cheio de bicho. A gente foi tentando separar porque era melhor do que passar fome, mas tinha coisa que já tava tomado. Eles fazem também o dia do quilo que passam nas casas recolhendo um quilo de comida para quem mais precisa. Acho que é o segundo sábado do mês, mas aí acho que fica lá jogado e dá bicho. Na outra Igreja, é a mesma coisa. Todo mundo entra nas águas, se batiza, mas não muda nada, continua no mundo, bebe, fuma, vai pro baile, mas aí é mais fácil do pastor arrumar alguma doação. (Luíza, 33 anos)

⁴⁶ Bichos que se alimentam de cereais e feijão.

Ainda que a igreja apareça como um órgão que protege, cuida e distribui auxílio, os tutelados acabam tendo que exercer algumas manobras para merecerem esse amparo, sendo, neste caso, a participação nos rituais religiosos ou, em outros, o batismo e o convertimento como símbolo de merecimento à tutela. Assim, torna-se ainda mais importante entender o funcionamento do benefício, como ele é utilizado para suprir necessidades alimentares e como isto atua na construção dos corpos dos beneficiários do BF, no que diz respeito a como as moralidades impactam nesse contexto.

Com o que foi descrito nesse capítulo, podemos concluir que, na Favela do Tripé, pessoas acima do peso, as que recebem o Programa Bolsa família e as que foram cortadas do benefício acabam sendo desvalorizadas. Portanto, nos três casos abordados, os corpos e o Bolsa Família produzem efeitos na identidade e também imagens das pessoas, que são responsáveis por julgar e categorizar os outros e a si mesmos, desenvolvendo relações de moralidades e efeitos na sociabilidade dos rotulados e dos portadores de atributos.

Sem dúvida, o PBF tem importância clara no combate à pobreza, à fome e à miséria. No entanto, muitas de suas condicionalidades não são seguidas, o que minimiza os resultados esperados.

Assim, é possível afirmar o que já foi mencionado por Marins (2017), “não é apenas o sentimento de vergonha que alicerça a vida dos beneficiários, mas também o controle dos outros sobre eles” (p. 67). Esta frase funciona como um resumo deste capítulo, já que essas pessoas se sentem controladas pelos vizinhos, familiares, amigos e todas as faces que o Estado pode apresentar nesse contexto.

Considerações finais

Procurei, nessa dissertação, conferir visibilidade às (e aos, ainda que as mulheres sejam o foco) beneficiárias do PBF, em um contexto de extrema pobreza, entendendo como esta política coloca em circulação mais do que dinheiro. O Bolsa Família, nesta dissertação, representa o modo acessado – uma espécie de atalho – para compreender alguns âmbitos da vida dos moradores do Tripé. O que aparece no texto são as complexas relações e os novos arranjos que essa política pública propicia, em áreas como alimentação, gênero e moralidades. Portanto, como venho afirmando desde a Introdução, a dissertação não é em si um texto especificamente sobre o PBF.

Conforme mostrado, nos capítulos anteriores, existe um campo de estudos que relaciona o Programa Bolsa Família à moralidade. Entretanto, essa pesquisa mostra outra face dessas moralidades, sendo estas relativas ao corpo, aos estigmas e aos julgamentos morais feitos entre os moradores da Favela do Tripé. Ainda que o dinheiro seja fundamental para entender o PBF, já que ele é responsável por criar uma “economia moral” (Eger, 2014), a pesquisa de campo me levou para além dessa discussão. O desafio, então, foi compreender como uma política pública que faz parte do cotidiano destes sujeitos é responsável por mediar e organizar as relações sociais.

A partir da pesquisa de campo, foi possível concluir que as mulheres receptoras do PBF procuram utilizar o dinheiro do benefício para garantir alimentação aos seus filhos. A escolha desses alimentos atende a um valor simbólico e coletivo, sendo que é de responsabilidade das mulheres adquirir e preparar as refeições da sua família. Família aqui se apresenta de forma ampla, para além de seus filhos. As mulheres que moram com seus companheiros também são encarregadas de garantir a boa alimentação desses homens e, por isso, é frequente que, por opção própria, se privem de alguns alimentos escassos ou troquem refeições por lanches mais baratos e de baixa qualidade nutricional. Agindo dessa forma, garantem os melhores alimentos para sua família.

A dissertação mostra também que existem diversos julgamentos morais, relacionados ao recebimento e ao gasto do dinheiro recebido por meio da transferência de renda. Os moradores não se preocupam apenas com o seu gasto e

o de sua família, mas também exercem um controle sobre os vizinhos, parentes e amigos que recebem o benefício.

Como consequência, as mulheres que não atendem às expectativas sobre o gasto do dinheiro e as que o utilizam de outra forma são alvos de dupla moralidade: são julgadas moralmente (ser boa mãe ou não, corpo obeso, duplicando a moralidade em torno da oposição saúde X doença) e, muitas vezes, são estigmatizadas (sendo visível no corpo, na tipologia das pessoas e até na divisão do território da favela).

Isto porque a pesquisa revelou que entender o funcionamento do Programa Bolsa Família inclui pensar também em cuidado. A começar pela separação dos documentos necessários para o cadastro no PBF, as mães, que são as receptoras do benefício, se tornam responsáveis por zelar pela vida de seus filhos e garantir seu acesso à alimentação, à saúde e à educação. Desta forma, é possível discutir dois desdobramentos a partir do recebimento do PBF: autonomia das mulheres e reiteração das convenções de gênero.

Muitas mulheres, após começarem a receber o PBF, se tornaram autossuficientes e tiveram suas vidas transformadas. Algumas delas saíram de relações que consideravam abusivas, já que o recebimento do PBF proporcionava a certeza de sobrevivência e de acesso à alimentação para seus filhos. Além disso, o empoderamento lhes deu força para buscar uma melhoria de vida em outros âmbitos - como o profissional - e ainda, segundo alguns relatos de minhas interlocutoras, também se mostrou uma força impulsionadora para retomarem os estudos ou realizarem cursos profissionalizantes.

Outro ponto a destacar, a partir de meus dados de campo, é a ressignificação local do cartão magnético que é entregue aos beneficiários para efetuar o saque do benefício. Partindo de um contexto de pessoas de baixíssima renda, as negociações com bancos são quase nulas, o que as priva de realizar crediários ou empréstimos. Entretanto, o cartão do PBF assume o papel de garantir a concretização do pagamento de uma dívida, uma vez que ele é entregue, junto com a senha, como garantia de pagamento, criando uma microeconomia dentro da favela e aumentando ainda mais a autonomia das mulheres.

No entanto, ainda que seja de fato garantidor de autonomia, podemos notar que o recebimento do PBF pelas mulheres acaba fazendo com que convenções de gênero sejam reiteradas. Isso aparece mais claramente na alocação da função de

cuidado para as mulheres. Nesse sentido, são elas as responsáveis por manter o funcionamento da casa, bem como zelar pelas necessidades dos filhos. Isso reitera visões convencionais que reconhecem como papel de homens o acesso ao espaço público e relega às mulheres o ambiente doméstico e as funções que o acompanham.

Podemos assim dizer que há uma dupla possibilidade no que se refere às construções de gênero: por um lado, o PBF propicia autonomia, escolha e poder decisório às mulheres, quebrando com cadeias de dependência em relação a homens; por outro lado, ele mantém a associação entre cuidado e mulheres, já que elas são as responsáveis por tudo que se refere à vida da casa e dos filhos.

Outros estigmas que aparecem com frequência são os relacionados ao corpo. Os beneficiários do PBF são classificados enquanto sujeitos incapazes de prover o sustento de suas famílias. Por isso, precisam da “ajuda do Estado”, uma vez que eles não enxergam o benefício como um direito do indivíduo. Por isso, quem precisa desse auxílio é preguiçoso, acomodado e resignado, uma vez que não conquista o seu dinheiro por conta própria, por meio do trabalho. Por outro lado, os cortes do benefício, ainda sem qualquer explicação oficial, resultam em um jogo de acusações entre os vizinhos na tentativa de justificar a suspensão e podem ser vistos, em algumas situações, como uma punição merecida. Dentre elas, aparece o corpo dessas mulheres como sendo preguiçoso e incapaz de cuidar de seus filhos, de sua alimentação, de leva-los à escola ou às consultas médicas, resultando no não cumprimento das condicionalidades - por preguiça, por leviandade, por falta de cuidado. Desse modo, essas mães e seus corpos são estigmatizados.

Isto nos mostra que a mãe/mulher é recorrentemente culpabilizada, seja porque recebe ou deixou de receber o benefício do Programa Bolsa Família; seja porque gasta com seus filhos ou de uma forma que é vista como errada, comprando roupas ou bebidas; ou mesmo por buscar sua autonomia. Essa mulher parece nunca atingir as expectativas da sociedade do que é ser uma boa mãe, uma vez que sofre ataques de todos os lados - marido, família, amigos, vizinhos, parentes, filhos. O corpo feminino se torna alvo de um constante policiamento de conduta, das próprias mulheres e de seus pares, havendo sobre ele uma vigilância constante.

Outra contribuição que busquei deixar evidente relaciona-se a dar voz aos moradores da Favela do Tripé. Isto se torna visível no primeiro capítulo, quase todo dedicado a detalhar a favela e alguns de seus moradores. Na busca por dar voz a

esses personagens, fiz questão de trazer seus dilemas, preocupações e narrativas em todos os capítulos do trabalho, evitando um capítulo exclusivamente teórico e deixando que a bibliografia estivesse a serviço dos dados de campo.

Rego e Pinzani (2013) chamam a atenção para a importância de “ouvir a voz dos pobres”, utilizando a linguagem enquanto instrumento da autonomia. Quando não é dada ao indivíduo a possibilidade de falar de si, de descrever a sua própria situação, há, segundo os autores, uma humilhação dupla que se nota pelo silenciamento e por uma descrição do indivíduo que não corresponde ao modo como ele se enxerga. Sendo assim, a autonomia prevê ao sujeito o uso da linguagem para respaldar suas ações, propósitos, vontades e necessidades.

Por isso, durante toda a minha dissertação, procurei utilizar as narrativas das mulheres que construíram esse trabalho em conjunto comigo, sempre na busca por dar visibilidade, permitindo-lhes descrever suas aflições, perspectivas e os novos arranjos que apareceram a partir de julgamentos morais, fofocas e moralidades relacionados ao recebimento – ou corte - do PBF. Mesmo nos momentos em que não gravei as conversas (que foram muitos), busquei ser fiel nas citações que aparecem no texto, usando palavras e expressões usadas cotidianamente por minhas colaboradoras. Assim, são as suas vozes, misturadas com a minha, que podem ser lidas na dissertação.

Por fim, é importante frisar que serão necessárias novas investigações sobre o tema uma vez que os cortes parecem ser algo que vai se acentuar nos próximos anos. Isto porque, após a eleição de Jair Bolsonaro como presidente, os primeiros rumos de seu governo parecem apontar para um estrangulamento ainda maior⁴⁷ das políticas públicas e da garantia dos direitos sociais. É importante não perder de vista que o Bolsa Família é uma política diretamente associada ao Partido dos Trabalhadores. Em meio ao processo de perseguição às esquerdas – sob os falsos pretextos de “comunismo” e “sustento de vagabundos” – o PBF parece estar no centro dos ataques. Além disso, há também uma criminalização e perseguição maiores contra as chamadas minorias, especialmente pobres, negros, moradores de favelas. Tudo isto coloca em questão os futuros possíveis uma política de inclusão social como o Bolsa Família. Por este motivo, esta dissertação atesta a necessidade de olhares atentos e contínuos sobre esta política pública. Um dos caminhos seria

⁴⁷ Ainda no governo Michel Temer, foi aprovada a PEC do “Teto de Gastos”, que congela os investimentos governamentais em saúde, educação e outros direitos sociais.

pesquisar como, a partir da suspensão do benefício, essas mulheres passariam a acessar os serviços públicos de saúde que, embora já sejam de difícil acesso, são garantidos devido à obrigatoriedade de cumprimento dessa condicionalidade.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Livia. Feijão com Arroz e Arroz com Feijão: O Brasil no Prato dos Brasileiros. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, 2007.
- BECKER, Howard S., *Métodos de pesquisas em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BEHAR, Ruth. *The Vulnerable Observer: Anthropology that Breaks Your Heart*. Boston: Beacon Press, 1996.
- BENEDICT, Anderson. *Comunidades Imaginadas. Reflexões Sobre A Origem e A Expansão do Nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014
- BUTLER, Judith. *Precarious Life. The power of mourning and violence*. London/New York: Verso, 2004
- CACCIAMALI, Maria, TATEI, Fábio e BATISTA, Natália. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. In: Revista Economia Contemporânea vol.14 no.2 Rio de Janeiro May/Aug. 2010
- CAMPELLO, Tereza. *Faces das Desigualdades no Brasil. Um olhar sobre os que ficam para trás*. Brasil: CLACSO e AGENDA IGUALDADE, 2017
- CASTELLANOS, Marcelo Eduardo Pfeiffer; BAPTISTA, Tatiana Vargas de Faria and AYRES, José Ricardo. Entrevista com José Ricardo Ayres. Saude soc. [online]. 2018, vol.27, n.1, pp.51-60
- DANIEL, Jungla e CRAVO, Veraluz. O Valor Social e Cultural da Alimentação. In: CANESQUI, A, GARCIA, R. *Antropologia e Nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- DAS, Veena e POOLE, Deborah. El Estado y sus márgenes. Etnografias comparadas. In: Cuadernos de Antropologia Social, n.27, 2008.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. Indivíduo e pessoa na experiência da saúde e da doença. In: Ciênc. saúde coletiva [online], 2003.
- EGER, Talita. *Dinheiro e Moralidade no Bolsa Família: Uma Perspectiva Etnográfica*. Tese de Doutorado. UFRGS, 2013.

EGER, Talita e DAMO, Arlei. Money and morality in the Bolsa Família. In: DOSSIER ETHNOGRAPHIES OF ECONOMY/ICS. Vibrant, Virtual Braz. Anthr. vol.11 no.1 Brasília Jan./June 2014

ELIAS, N e SCOTSON, J. Os Estabelecidos e os Outsiders. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FARIAS, Juliana. *Governo de Mortes: Uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. UFRJ, 2014

FASSIN, D. e RECHTMAN. *The empire of trauma: na inquiry into the condition of victmhood*. Paris, 2007.

FAVRET- SAADA, J. “Ser afetado”. In: Cadernos de Campo n.13, 2005.

FERREIRA, Vanessa e MAGALHÃES, Rosana. *Obesidade e Pobreza: O Aparente Paradoxo*. Estudo com mulheres da Favela da Rocinha, RJ, Brasil, 2005.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso. In: XXI Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 1998

_____. *Família, fofoca e Honra*. Porto Alegre. UFRGS, 2000.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário de Segurança Pública 2017., Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/01/ANUARIO_11_2017.pdf

FOUCAULT, Michel. *A História Da Sexualidade*. São Paulo, 2017.

GOFFMAN, Ervin. *Estigma*. Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. Mais Além da “Cultura”: Espaço, Identidade e Política da Diferença. In: Cultural Anthropology, 1992.

HALL, Stuart. *A identidade cultural da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares, 2008/2009. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/pof/Tabelas%20de%20medidas%20referidas%20para%20os%20alimentos%20consumidos%20no%20Brasil_2008_2009.pdf

LACERDA, Paula Mendes. *Meninos de Altamira: violência, “luta” política e administração pública*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

LEITE, Márcia . Preconceito racial e racismo institucional no Brasil. In: Le Monde Diplomatique (Brasil), v. ano 5, p. 24-25, 2012.

_____. Entre a 'guerra' e a 'paz': Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. In: DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 7 - no 4 - OUT/NOV/DEZ 2014

MARINS, Mani. *Bolsa Família: questões de gênero e moralidades*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

MARTINS, Ana Paula B. *Impacto do Programa Bolsa Família sobre a aquisição de alimentos em famílias brasileiras de baixa renda*. Tese. Faculdade de Saúde Pública, USP, 2013.

MAUSS, Marcel. "As técnicas do corpo". *Sociologia e antropologia*. Cosac & Naify: São Paulo, 2003.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Rio de Janeiro: n-1, 2018.

MISSE, M. Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos. In: Anuário Antropológico, 2010

MOL, Annemarie. *The Logic of Care*. Health and the problem of patient choice. New York: Routledge, 2008.

MOL, A., MOSER, I. e POLS, J. *Care in practice*. On tinkering in clinics, homes and farms. Verlag: transcript, 2010.

MONTEIRO, Simone e Villela, Wilza. *Estigma e Saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

MOREIRA et al. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. In: Revista de Administração Pública. Vol 46, n.2, 2012.

PARK, Robert. A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no meio Urbano. In: American Journal of Sociology, XX, 1916.

PARREIRAS, Carolina. Vulnerabilidades, dilemas e dores: fragmentos de uma pesquisadora nas/das violências. In: *Cadernos de Campo*, São Paulo, vol. 27, 2018. Disponível em: <
<https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/142127/149909>> Acesso em 16 de janeiro de 2018.

Phelan, J, Link, B e Dovidio, J. Estigma e preconceito: um animal ou dois? In: MONTEIRO, S. e VILLELA, W. *Estigma e Saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

PIRES, André. Orçamento familiar e gênero: percepções sobre o Bolsa Família. In: Cadernos de Pesquisa, vol.42, n. 145, jan-abr 2012.

REGO, W e PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família*. São Paulo: Unesp, 2014.

ROCHA, Lia. *Uma favela “diferente das outras?”*: Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão, Rio de Janeiro. 2009. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Tese de Doutorado, 2009.

SAHLINS, Marshall. *La pensée bourgeoise: a sociedade ocidental como cultura*. In: *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

SILVA, Luiz. A experiência das UPPs: Uma tomada de posi o. In: DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 8 - no 1 - JAN/FEV/MAR 2015

VIANNA, Adriana e FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situa es de violência institucional. In: *Cadernos de Pagu*, Campinas, UNICAMP, 2011

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

YATZIMIRSKY, Carolina. A comida dos favelados. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 20, n. 58, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000300014 acesso em 16 de janeiro de 2019.

YAZBEK, Maria. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. In: *Serviço social e Sociedade*. São Paulo, n. 110, 2012.

ZALUAR, A. *A Máquina e a revolta*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
_____. Perverse Integration: drug trafficking and youth in the favelas of Rio de Janeiro. *Journal of International Affairs*, v.53, n.2

ZELIZER, Viviana. *El dinero de los pobres*. In: *El significado social del dinero*. México: Fondo de Cultura Economica, 2011.
_____. *A negocia o da intimidade*. Petrópolis: Vozes, 2011.

ANEXO A

ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA

Qualificação:

- 1- Nome
- 2- Idade
- 3- Estado Civil
- 4- Raça
- 5- Religião
- 6- Mora há quanto tempo no local?
- 7- Escolaridade?
- 8- Trabalha?
- 9- Mora com quem? Filhos?

Bolsa Família e Alimentação:

- 10- Recebe (ou recebia) Bolsa Família de todos os filhos? Se não, qual o motivo?
- 11- O que a fez procurar o Programa Bolsa Família?
- 12- Há quanto tempo recebe (ou recebia) o BF?
- 13- Há quanto tempo está sem receber o BF?
- 14- Sabe qual o motivo de ter parado de receber o benefício?
- 15- Tem alguma renda além do BF?
- 16- Pode descrever como é a rotina de sua casa com relação à alimentação?
- 17- Quem é responsável pela compra e escolha dos alimentos?
- 18- Como você vê a alimentação que teve quando criança e a que dá aos seus filhos?
- 19- E durante o recebimento do benefício como era a rotina de alimentação?
- 20- Percebe mudança na alimentação (rotina: alimentos, horários, etc) do período que teve o BF e de antes?

Território e Alimentação:

21- Como é a sua relação com os vizinhos? Com que frequência você fala com os vizinhos? E com os moradores de outras áreas da localidade? Têm parentes e amigos na localidade? Em que parte moram? Fala com eles com que frequência?

22- O que fez nos últimos finais de semana? Existem e frequenta atividades na localidade? Todos os moradores vão?

23- Em relação à alimentação, você sabe como é a “rotina” de alimentação dos seus vizinhos? E dos que moram em outra área da localidade?

24- Onde você compra os alimentos?

25- O que você entende como alimentação saudável?

26- Você acredita que sua família tem uma alimentação saudável?

ANEXO B

Breve perfil das beneficiárias entrevistadas que perderam o benefício

Apesar de eu ter conversado com muitas mulheres na Favela do Tripé, acho importante apresentar as cinco com quem realizei a entrevista semiestruturada com a finalidade de obter respostas mais precisas acerca do atraso ou corte do Programa Bolsa Família. Sendo assim, o que apresento abaixo é um breve relato da vida de cada uma delas.

Joana é branca e tem 40 anos de idade. Completou o ensino fundamental, se considera católica, mas diz que frequenta qualquer religião. É solteira, mas tem um relacionamento instável de quase 6 anos com Manuel, pai de seu filho mais novo. Joana teve 4 filhos biológicos e, em 2018, adotou mais um jovem que havia perdido seus pais e avós. Sua filha mais velha faleceu e ela tem uma neta, com quem não tem muito contato. Recebe o PBF de apenas dois filhos, pois teve um dos benefícios cortado sem saber o motivo. Ela também se queixa do atraso do Família Carioca, que na ocasião da entrevista estava com 3 meses de pendência. Joana faz algumas faxinas para que, junto com a renda do PBF, possa sustentar sua família, principalmente agora que seu companheiro está desempregado.

Lídia é negra, tem 33 anos, solteira, mas tem um companheiro há mais de 7 anos. Não tem religião declarada e mora desde seu nascimento no Tripé. Estudou até a sétima série quando parou para trabalhar. Hoje ela tem 2 filhos que recebem o benefício do PBF. Entretanto, segundo ela, está com um atraso de 3 meses. Lídia conta hoje com o salário do seu marido, que trabalha com construção, para sustentar a família, pois ela se encontra desempregada.

Luiza é negra, tem 33 anos, solteira, não tem religião declarada. Mora há 23 anos no Tripé e estudou até o primeiro ano do ensino médio. Ela tem 9 filhos, dois já falecidos. Luiza não trabalha e, para sustentar seus filhos, conta com o dinheiro do PBF de 4 filhos e uma pequena pensão de seu ex-marido, mas que, no momento, assim como o seu benefício, também está atrasada. Luiza mora com seu companheiro e com apenas 3 filhos, tendo uma filha morando com o pai, uma já em companhia de um companheiro e com um filho de 2 anos, um morando com sua tia -

a quem ele chama de mãe - e outra morando sozinha também na Favela do Tripé. Entretanto, Luiza é responsável por ajudar no sustento de todos eles e precisa dividir sua renda para ajudar um pouco cada um de seus filhos.

Nanda é uma mulher negra, de 40 anos, solteira, evangélica e estudou até a quarta série. Mora, desde de seu nascimento, no Tripé e hoje conseguiu construir sua casa, onde reside com suas duas filhas. Trabalha como cozinheira e relata que deixou de receber o PBF sem motivo nenhum, o que dificultou muito sua vida, já que ela o responsabiliza por dar a ela e as suas filhas, além de alimentação, uma força para conseguir conquistar outros sonhos.

Rita é uma mulher negra, de 30 anos, solteira, evangélica. Estudou até o primeiro ano do então chamado segundo grau e mora na Favela do Tripé há aproximadamente 26 anos. No momento, ela está sem emprego formal, mas garante o sustento dos seus cinco filhos fazendo alguns bicos como, por exemplo, vender biscoito no semáforo. De seus 5 filhos, 4 residem em sua casa e apenas dois recebem o PBF, apesar de ela já ter feito a solicitação para todos se tornarem beneficiários.

ANEXO C

